

# **O PASTEL AÇORIANO EM AMESTERDÃO NO SÉCULO XVII: COMÉRCIO E USO**

*Versão corrigida e melhorada após defesa pública.*

**ANA ELISABETH VAN MEEGEN SILVA**

**Dissertação de Mestrado em História do Império Português**

**Mai de 2025**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História do Império Português realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Ana Catarina Abrantes Garcia e coorientação da Professora Doutora Cristina Brito.

*Porque o saber é infinito.*

\* Esta dissertação foi redigida de acordo com as normas linguísticas do Português do Brasil.

## **RESUMO**

### **O PASTEL AÇORIANO EM AMESTERDÃO NO SÉCULO XVII:**

#### **COMÉRCIO E USO**

**Ana Elisabeth van Meegen Silva**

O estudo que apresentamos tem por objetivo analisar o comércio do pastel-dos-tintureiros das ilhas dos Açores ao longo do século XVII a partir de um olhar sobre as fontes históricas holandesas. Situa-se num quadro político de grande perturbação, com diversos conflitos entre a União Ibérica, local de origem do recurso, e os países do Centro e Norte da Europa, consumidores deste produto. No entanto, as lacunas nos arquivos açorianos relativamente à circulação de produtos entre as ilhas e a República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, adiante designada por Holanda, não permitem enquadrar as problemáticas relativas ao controlo da monarquia Ibérica sobre as rotas de comércio clandestinas de pigmentos açorianos que chegavam ao norte da Europa protestante, com quem os reinos ibéricos se encontravam em litígio. Assim ilustramos como o pastel açoriano chegou ao porto de Amesterdão e quais os agentes que contribuíram para o uso e comércio desse produto, tendo por base a análise de documentação dos arquivos holandeses, habitualmente pouco considerados para compreender esta problemática. A historiografia indica que, entre 1580 e 1639, foram usadas rotas indiretas de comércio para a aquisição de produtos portugueses. Neste contexto, pretendemos clarificar algumas questões relacionadas com esta problemática, através da análise de fundos que contêm informações relevantes para um melhor entendimento do alcance deste produto e qual o seu impacto na economia da época.

**PALAVRAS-CHAVE:** pastel-dos-tintureiros, Açores, Amesterdão, comerciantes, rotas comerciais, impactos económicos.

## **ABSTRACT**

### **THE AZORIAN DYE-WOOL IN AMSTERDAM IN THE 17TH CENTURY:**

#### **TRADE AND USE**

**Ana Elisabeth van Meegen Silva**

The study we present aims to analyze the trade in woad from the Azores islands throughout the 17th century, based on Dutch historical sources. It was set in a political context of great disorder, with several conflicts between the Iberian Union, the place of origin of the supply, and the countries of Central and Northern Europe, consumers of this product. However, the gaps in the Azorean archives regarding the movement of products between the islands and the Republic of the Seven United Provinces of the Netherlands, hereafter also referred to as the Netherlands, do not allow us to frame the issues relating to the Iberian monarchy's control over the clandestine trade routes of Azorean pigments that reached northern Protestant Europe, with which the Iberian kingdoms were in dispute. We illustrate how the Azorean woad arrived at the port of Amsterdam and which agents contributed to the use and trade of this product, based on the analysis of documentation from Dutch archives, which are usually little considered in understanding this topic. The historiography indicates that, between 1580 and 1639, indirect trade routes were used to acquire Portuguese products. In this context, we aim to clarify some issues related to this matter, through the analysis of archival collections that contain relevant information for a better understanding of the scope of this important product and its impact on the economy of the time.

**KEYWORDS:** woad dye, Azores, Amsterdam, commerce, trade routes, merchants, economic impact.

## ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS .....	9
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1 O CIRCUITO DO PASTEL AÇORIANO NA EUROPA DO SÉCULO XVII.</b>	
<b>PESQUISA E MÉTODOS.....</b>	<b>12</b>
1.1 Enquadramento do trabalho.....	13
1.2Objetivos .....	14
1.3 Metodologia.....	18
<b>CAPÍTULO 2 O COMÉRCIO DAS PLANTAS TINTUREIRAS NA EUROPA MODERNA.</b>	
<b>ESTADO DA ARTE.....</b>	<b>22</b>
2.1 A importância da cor azul e o uso do pastel na Europa.....	23
2.2 O cultivo e o comércio do pastel açoriano na historiografia portuguesa.....	27
2.3 A compra e uso do pastel na manufatura têxtil flamenga até o século XVI .....	35
2.4 Conflitos político-religiosos e mudanças nas manufaturas têxteis flamengas .....	38
2.5 O crescimento económico e a mobilidade social na Amesterdão no século XVI.....	44
2.6 O uso do pastel e seu comércio em Amesterdão.....	53
<b>CAPÍTULO 3 A PRODUÇÃO TÊXTIL E O COMÉRCIO DE PASTEL NA AMESTERDÃO DO SÉCULO XVII. PESQUISA E ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>56</b>
3.1 Imigrantes flamengos e o crescimento dos têxteis em Amesterdão.....	57
3.2 As tinturarias de azul de Amesterdão.....	65
3.3 O comércio com Portugal durante a União Ibérica (1580-1640).....	73
3.4 O comércio do pastel pós independência de Portugal (1640-1680).....	82
<b>CAPÍTULO 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>95</b>
4.1 Discussão.....	96
4.2 Síntese.....	102

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	110
Fontes impressas.....	110
Estudos.....	111
<b>ANEXOS</b> .....	125
Figuras e ilustrações.....	125

## LISTA DE ABREVIATURAS

FA	Felix Archief, Antuérpia
FA-AR	Arquivo do Regime Antigo (Anciën Regime), Felix Archief
SAA	Stadsarchief Amsterdam
SAA-NA	Arquivo dos Atos Notariais (Notarieel Archief), Stadsarchief Amsterdam

## INTRODUÇÃO

No contexto da produção têxtil dos séculos XVI e XVII, o tingimento de tecidos com corantes naturais era um dos processos essenciais para o sucesso deste setor comercial. A economia de Flandres foi desde a Idade Média baseada na produção e exportação extensiva de tecidos em todas as variações, destacando-se na confecção de tecidos de luxo para a elite europeia. O corante azul, derivado do pastel-dos-tintureiros, desenvolveu um papel importante na manufatura desses produtos. Flandres dependia da importação dos corantes provenientes de territórios de climas mais amenos. As plantas tintureiras como o pastel e a urzela foram produtos de grande importância para a economia das ilhas Açorianas nos séculos XVI e XVII. No Norte Europeu, o porto de Antuérpia foi um dos principais entrepostos para a distribuição dos produtos açorianos. Os conflitos entre a União Ibérica e Flandres, que culminou na formação da República das Setes Províncias e a queda da Antuérpia, mudaram radicalmente as rotas comerciais entre Portugal e Flandres nos finais do século XVI.

Com este trabalho pretendemos explorar o tema do comércio do pastel entre os Açores e os Países Baixos visto da perspectiva do país importador. Pretendemos compreender as causas do aumento do comércio do pastel açoriano com os Países Baixos, quais as suas rotas clandestinas e os agentes que influenciaram esse comércio. Para essa pesquisa faremos uso de fontes ainda não exploradas dentro deste tema, tornando assim numa pesquisa que poderá contribuir para futuros estudos e debates sobre esta temática.

Como estrutura, esta dissertação organiza-se em quatro capítulos. No primeiro capítulo, abordaremos o objetivo do trabalho, os métodos de pesquisa e as fontes exploradas. O segundo capítulo enquadra a pesquisa na sua totalidade histórica, fazendo uso da historiografia moderna. Aqui, será estudada a importância da cor azul no contexto cultural das nações europeias, motivo da procura intensa do corante. Descreveremos a historiografia portuguesa estudada sobre a colonização das ilhas açorianas com ênfase nas dinâmicas econômicas de demanda e procura de produtos agrícolas e os vínculos primordiais com a nação flamenga. A compra e uso do pastel na

produção têxtil flamenga até o século XVI nos relata o papel chave do pastel-dos-tintureiros para este setor, destacando a importância comercial do produto. Em diante descreveremos com base na historiografia holandesa como a crise político-religiosa entre a União Ibérica e o condado de Flandres acarretaram mudanças na economia flamenga causando um desenvolvimento econômico positivo para o comércio em Amesterdão, e em decorrência o tingimento de tecidos em azul.

O terceiro capítulo apresenta os dados coletados para este estudo. Aqui faremos uso de novas fontes ainda não exploradas no estudo sobre o pastel açoriano em conjunto com dados coletados por historiadores em pesquisas anteriores. A análise de dados são divididos de acordo com os fatos em ordem cronológica, partindo de temas abrangentes que influenciaram o crescimento do comércio do pastel, até chegar aos dados sobre o comércio em si. O primeiro tema é a chegada dos imigrantes flamengos em Amesterdão e a sua influência no crescimento dos têxteis depois da queda da Antuérpia (1585). Após, veremos o crescimento das tinturarias em Amesterdão e o impacto no planejamento urbano e a regulamentação municipal. O próximo tópico fornece os dados coletados que provam a presença do comércio entre Amesterdão e Portugal durante a União Ibérica (1580 - 1640). Por último, apresentaremos os dados coletados sobre o comércio português após 1640, data da independência de Portugal. Nesse último período veremos a importância dos portugueses sefarditas como agentes de comércio entre as duas nações.

Por fim, faremos uma síntese das informações coletadas e uma comparação com conclusões anteriores das rotas comerciais do pastel no século XVII. Para terminar, somaremos temas de estudo necessários para uma melhor interpretação das redes de comércio entre os Açores e o norte europeu.

## **CAPÍTULO 1**

### **O CIRCUITO DO PASTEL AÇORIANO NA EUROPA DO SÉCULO XVII**

#### **PESQUISA E MÉTODOS**

## 1.1 Enquadramento do trabalho

O comércio do pastel é um dos temas da historiografia moderna associado ao povoamento das ilhas atlânticas da Macaronésia, com grande relevância para a compreensão do arranque da expansão marítima portuguesa. Pertinente ao caso do comércio de pigmentos, tão procurado na Europa da época moderna, tem suscitado diversos estudos especialmente sobre questões de história económica relacionadas com investimentos dos diferentes agentes tanto nas ilhas atlânticas sob domínio português como noutros contextos europeus.

Nesta dissertação propomos descrever o circuito comercial do pastel açoriano com Amesterdão ao longo do século XVII, abordado na compreensão das fontes holandesas. Pretende-se compreender o caso de estudo de Amesterdão, enquanto cidade europeia em desenvolvimento e onde o pastel-dos-tintureiros, assim denominado, assumiu um papel relevante no crescimento das redes económicas e de influência entre a Europa setentrional e a Europa do sul. Através deste caso de estudo e do acesso às fontes holandesas, que não são comumente analisadas em relação ao comércio do pastel, pretendemos apurar sobre a forma como esses agentes e redes de mercadores atuaram, contribuindo para as relações económicas do século XVII.

As conjunturas políticas e religiosas que influenciaram o desenvolvimento das diferentes dinâmicas do comércio entre Portugal e a República dos Países Baixos serão contextualizadas, embora não sejam o foco desta dissertação. Contudo teremos em consideração fatores como conflitos religiosos, invasões de territórios e fluxos migratórios que forçaram dinâmicas como a queda do comércio em Antuérpia e o crescimento do uso do pastel na cidade de Amesterdão.

Numa conjuntura própria de antigo regime, procuraremos retratar a realidade de um comércio transatlântico num período histórico em que as leis jurídicas impediram esse comércio. Contudo, uma vez que temos evidências de que as realidades sociais e económicas ultrapassavam as normas estabelecidas, sendo muitas vezes transgredidas, consideramos relevante escrutinar de que forma se procediam os circuitos alternativos de contrabando do pastel entre os Açores e Amesterdão. A historiografia mais tradicional tende a focar-se numa visão sobre os grandes agentes, nomeadamente os monopólios régios, deixando um pouco de lado outras perspectivas como era o caso das

redes alternativas de comércio no Atlântico e o seu impacto nas pequenas comunidades de mercadores. Embargos impostos por governos afetaram diretamente seus cidadãos. A reação destes variaram entre acatar as novas regras, burlá-las, ou procurar novos sítios cujas leis de comércio eram favoráveis aos seus mercadores. A história das trocas comerciais de pastel açoriano com a Europa setentrional nos fins do século XVI até o século XVII é um exemplo de um processo de resistência dos agentes e mercadores aos regimes de monopólio régio, imposto pelas coroas ibéricas ao comércio transatlântico. Nesta disputa pelo direito de comércio a história dá-nos conta de movimentos de controlo por parte dos agentes régios e consequente regulamentação destas atividades, em simultâneo com tentativas de ultrapassar esses impedimentos, seja por pedidos extraordinários em busca de mercês seja na clandestinidade<sup>1</sup>.

## 1.2 Objetivos

O principal objetivo consiste em entender o comércio do pastel entre os Açores e Amesterdão e seus agentes, tendo em conta algumas das dinâmicas alternativas que estavam na base deste circuito económico. Este trabalho divide-se em dois propósitos principais. Em primeiro lugar, este estudo tem como intuito trazer novas fontes primárias à atenção de pesquisadores com o intento de enriquecer a análise do contexto historiográfico sobre o tema do comércio do pastel na Europa. As fontes holandesas são menos acessíveis para pesquisadores que não dominam o idioma. Trabalhar esse acervo contribuirá para tornar essas fontes mais acessíveis. Em segundo, analisar de que forma se explorou o comércio do pastel entre o arquipélago dos Açores e os Países Baixos visto da perspectiva do país importador, em particular, a cidade de Amesterdão. O comércio do pastel conta de uma maneira específica a história do comércio transatlântico de produtos dentro da Europa e sua influência nas economias locais e os agentes que interligam as duas nações. Trabalhar o tema através dos arquivos de Amesterdão visa, portanto, adicionar novas perspectivas ao estudo do comércio desta matéria-prima tão essencial para a economia açoriana até ao século XVII.

---

<sup>1</sup> Bartolomé Yun-Casalilla, *Iberian world empires and the globalization of Europe 1415-1668*, 2019, pp. 339-334.

A sugestão da presença de um comércio do pastel açoriano com Amesterdão nesse período não coincide com os resultados da obra de Maria da Rocha Gil<sup>2</sup>. A pesquisa de Rocha Gil nos arquivos de Ponta Delgada não indicam a presença da exportação do pastel para a recém formada República das Províncias Unidas<sup>3</sup>. Esses dados do arquivo de Ponta Delgada são reforçados pelo histórico de conflitos entre as Províncias e a União Ibérica nessa época. Grandes embargos comerciais restringiram o comércio entre os reinos protestantes e os reinos católicos. Fontes encontradas nos arquivos de Amesterdão contam, porém, uma história diferente. Nessas fontes vemos a presença do comércio de produtos açorianos em Amesterdão. Neste estudo descreveremos estas fontes e faremos uma análise dos fatos traçando a rota comercial do pastel dos Açores para Amesterdão, mesmo em meio a conflitos políticos e embargos econômicos.

Amesterdão, até o final do século XVI, não efetuava comércio diretamente com a Europa do sul. A cidade da Antuérpia figurava como armazém de empilhamento para os produtos da Europa setentrional com o sul europeu. Décadas mais tarde o quadro muda completamente, fazendo de Amesterdão uma das cidades portuárias da Europa setentrional que comercializava em produtos portugueses e seus territórios ultramarinos. Essa mudança inclui o comércio e uso do pastel. Neste estudo pretendemos entender quais os fatores de mudanças nas conjunturas económicas europeias influenciaram o comércio do pastel. Da mesma forma, procuraremos enquadrar problemáticas como as sanções económicas e o protecionismo do comércio no espaço europeu, mergulhando no contexto político das nações envolvidas e no fenómeno migratório que se desenrolou como consequência dos conflitos político-religiosos. Para responder essas perguntas teremos que mergulhar no contexto político das nações envolvidas e no fenómeno migratório que se desenrolou como consequência dos conflitos político-religiosos.

Nesse estudo analisa-se a dicotomia entre a instituição política com suas leis e sanções e seus cidadãos comerciantes com suas relações sociais dentro de sua esfera

---

<sup>2</sup> Maria da Rocha Gil, principalmente *O porto de Ponta Delgada e o comércio Açoriano no século XVII*, 1970.

<sup>3</sup> *Idem ibidem*.

econômica de perdas e lucros. De um modo geral, vemos esses dois corpos com suas dinâmicas próprias que tentam viver em harmonia em uma situação de interdependência. A instituição política necessita do lucro gerado por seus comerciantes enquanto que seus comerciantes necessitam de um ambiente político estável para poder conservar seu comércio. Quando um dos dois corpos não correspondem com o esperado, alternativas são procuradas para substituir o que falta. Sendo um estudo do comércio internacional, esses corpos se multiplicam, pois a análise envolve várias instituições políticas e vários grupos de comércio, cada um com suas próprias ambições tornando esse estudo complexo. Um estudo sobre comércio transatlântico exige, portanto, uma análise das regiões envolvidas. Por se tratar do setor econômico, torna-se importante analisar o contexto político de cada reino pois este influenciou a maneira como o comércio evoluiu. Nos séculos XVI e XVII vemos que o monopólio político se resumia às decisões da Coroa que delimitava ou favorecia o poder de potências socioeconômicas. O comércio do pastel é também interligado ao contexto histórico-social da produção de tecidos no Noroeste Europeu, pois era esse setor que necessitava do pastel para o tingimento de seus panos.

Na idade moderna, as manufaturas têxteis consistiam nas unidades de produção mais avançadas e desenvolvidas da época<sup>4</sup>. As cidades responsáveis pela confecção de tecidos eram dependentes de muitos outros segmentos da sociedade<sup>5</sup>. Essa interação de vários setores comerciais tornavam a confecção um sucesso: a produção de matérias-primas como a lã, o linho; o cultivo dos corantes naturais, o comércio destes produtos, a mão-de-obra barata para a manufatura e o tingimento do tecido e os profissionais que garantiam a qualidade do produto final. Herman Kaptein afirmou que o setor têxtil mantinha todos os aspectos de um sistema pré-capitalista: a complexidade da organização, o processo de produção e o sistema de distribuição, são características encontradas neste setor nos séculos XVI e XVII<sup>6</sup>. A manufatura têxtil é considerada aqui como o total de diversos segmentos que juntos garantiam o funcionamento do setor de tecidos. Ele engloba a produção manual do fio de lã, a confecção do tecido e o

---

<sup>4</sup> N.W. Posthumus, *Bronnen tot de geschiedenis van de Leidsche textielnijverheid 1333-1795*, volume 1, 1910-1922, p. IX.

<sup>5</sup> Herman Kaptein, *De Hollandse textielnijverheid 1350-1600. Conjunctuur em continuïteit*, 1998, p. 18.

<sup>6</sup> *Idem ibidem*.

tingimento do mesmo. No caso de Amesterdão, as matérias-primas vinham de fora da cidade<sup>7</sup>. Assim, devemos incluir os comerciantes desses produtos como parte da manufatura têxtil. Entre estes há, portanto, as lojas que compravam os corantes do exterior para a revenda local. Amesterdão comprava inclusive tecidos de fora para fazer o tingimento na cidade<sup>8</sup>. O armazenamento desses tecidos durante o período de espera para seu tingimento e o período de exportação do tecido tingido, consideramos segmentos importantes do setor têxtil. Sem os armazéns de empilhamento, Amesterdão não estaria apta para comportar essa nova atividade<sup>9</sup>. A manufatura têxtil, nesse período, não englobava a confecção de roupas em si<sup>10</sup>. Os panos eram vendidos em peças a ser confeccionadas pelos indivíduos que a adquiriam<sup>11</sup>.

No período em estudo, conflitos religiosos decompueram comunidades e conseqüentemente seu setor comercial. Dois fluxos migratórios ocorreram em decorrência destes conflitos. Um deles ainda no final do século XVI, desencadeando mudanças fundamentais na pequena cidade portuária de Amesterdão e suas rotas de comércio. O primeiro êxodo foi o movimento dos flamengos das cidades da antiga Flandres do Sul para as cidades da recém formada nação das Províncias Unidas após a invasão espanhola. A segunda corrente de imigrantes, sem um período temporal definido por um acontecimento singular em um espaço geográfico único, foi o estabelecimento dos judeus sefarditas portugueses em Amesterdão. Sobre ambos os fluxos migratórios vários ensaios já foram desenvolvidos por pesquisadores que dedicaram sua vida a estes estudos<sup>12</sup>. Assim, não temos pretensão de fazer uma análise da vasta literatura presente. Consideramos crucial, porém, refletir sobre o papel desses imigrantes como força impulsora do crescimento da cidade de Amesterdão e seu comércio, em específico no relacionamento com o comércio do pastel açoriano. O período em estudo é uma ilustração do efeito da imigração de grandes grupos como

---

<sup>7</sup> Várias obras dedicam-se ao comércio em Amesterdão no período aqui em estudo. Vejamos Clé Lesger, *Handel in Amsterdam ten tijde van de Opstand*, 2001 e Jonathan I. Israel, *Dutch primacy in world trade 1585-1740*, 1989.

<sup>8</sup> J. van Dillen, *Bronnen tot de geschiedenis van het bedrijfsleven en het gildewezen van Amsterdam*, volume 1, 1929, p. XV.

<sup>9</sup> Oscar Gelderblom, *From Antwerp to Amsterdam: the contribution of merchants from the Southern Netherlands tot he commercial expansion of Amsterdam*, 2003, pp. 49-50.

<sup>10</sup> Herman Kaptein, *De Hollandse textielnijverheid 1350-1600: conjunctuur en continuïteit*, 1998, p. 51.

<sup>11</sup> Herman Kaptein, *op.cit.*, p. 174.

<sup>12</sup> Entre eles Jonathan Israel, Stuart Schwartz, Wim Klooster e Daniel Swetschinki.

decorrência de guerras político-religiosas entre nações. O êxodo trouxe disfunção na economia da sociedade deixada para trás. A nação que recebeu os imigrantes, teve, porém, a oportunidade de estabelecer novos conhecimentos, novos setores econômicos e novas redes de comércio.

Essa pesquisa é um estudo de caso que pretende examinar algumas teorias históricas sobre o movimento de grupos de imigrantes e sua influência no comércio transatlântico do século XVII. Esse tema é complexo pois envolve várias nações, regimes políticos e agentes descendentes de diferentes grupos com um modo de vida e regras sociais diversificadas. Partimos da hipótese de que ambos os fluxos migratórios de flamengos e portugueses sefarditas, foram cruciais para o comércio do pastel em Amsterdão. Cada grupo de imigrantes desempenhou, todavia, uma outra função, desempenhando cada um papéis específicos no desenrolar do comércio de produtos portugueses para o mercado holandês. Essa hipótese será investigada e procuramos fundamentá-la com base nos dados recolhidos e analisados.

### **1.3 Metodologia**

Iniciamos a investigação para este trabalho, restringindo a pesquisa somente a uma cidade dos Países Baixos: Amsterdão. A pormenorização do estudo da economia e política entre a Europa setentrional e a União Ibérica através de um produto tão distinto voltado somente a uma cidade de consumo e especificamente para o uso em um setor econômico específico, traz vantagens e desvantagens. Ao contrário de outros recursos e produtos, de uso mais variado e origem mais diversificada, traçar o comércio do pastel das ilhas dos Açores para Amsterdão, e descrever seus agentes e suas rotas comerciais, apesar do número limitado de fontes, pode ser efetuado com precisão. Com base nessa pesquisa descritiva podemos analisar alguns estudos cujo objetivo é entender a política e economia de forma mais abrangente e generalista. Somente o uso de estudos anteriores puderam colocar os dados aqui recolhidos em uma perspectiva mais ampla e compreensiva.

Para esse estudo de caso fez-se uso de uma pesquisa vasta de referências e a pesquisa documental como técnicas de recolha de dados e de pesquisas e análises

anteriormente desenvolvidas por historiadores. A pesquisa bibliográfica foi uma fonte importante para a primeira definição do plano de pesquisa, a formulação do problema e a descrição de termos. Também se baseou nas monografias académicas para se traçar uma cronologia de fatos políticos e sociais que serviram de palco para o comércio do pastel açoriano nas terras holandesas.

Uma primeira pesquisa bibliográfica sobre o relacionamento do pastel-dos-tintureiros com a Europa setentrional demonstrou que houve um vínculo económico e um relacionamento de troca de conhecimentos sobre o pastel e o comércio do produto entre a Flandres e as ilhas dos Açores. Para cumprir com este objetivo procedemos a uma pesquisa arquivística prévia para certificar se haveriam fontes suficientes para poder proceder com o estudo e cumprir com os objetivos de uma dissertação de mestrado em História. Essa pesquisa resultou em um trabalho final para a cadeira de Comércio, onde já pudemos recolher informação sobre a influência dos judeus sefarditas como agentes comerciais. Faltava, porém, um melhor entendimento das causas para o crescimento do comércio do produto estudado no século XVII.

Para o entendimento do século XVII, é necessário retratar os eventos que ocorreram anteriormente e que serviram de causa para os fatos ocorridos. Para tal, fizemos uso de estudos sobre o período que engloba essa pesquisa (século XVII) e o período anterior (séculos XV e XVI). A formação do comércio nas Províncias Unidas está fortemente ligada à própria formação da nação, ou seja, o conflito entre protestantes e católicos no sul de Flandres e sua invasão espanhola. Também vinculado a este fato está a fuga de portugueses sefarditas em decorrência da inquisição portuguesa e ainda mais depois da União Ibérica. Também o contexto sociopolítico das ilhas Açorianas e seus laços com Flandres são fatores importantes que influenciaram este comércio. Esses contextos cuja formação está interrelacionada foram base dessa investigação com auxílio da pesquisa bibliográfica.

A pesquisa de fontes primárias impressas foi realizada com as ferramentas Google Livros (Google Books)<sup>13</sup> e Internet Archive<sup>14</sup>. Ambas ferramentas de busca abrangem um grande corpus de documentos e livros do século XVI em diante. A pesquisa por fontes

---

<sup>13</sup> <https://books.google.com/>

<sup>14</sup> <https://archive.org/>

primárias foi realizada em três línguas: português, inglês e holandês. Uma lista de palavras-chaves nas três línguas foi utilizada para a pesquisa avançada. Para a criação da lista foi usado de técnicas de pesquisa de busca como a pesquisa booleana e o uso de palavras-chaves restritas e palavras-chaves mais amplas.

Os dados desta pesquisa foram coletados de três maneiras. Fizemos uma coleta de dados presentes nas fontes do arquivo municipal de Amesterdão e fizemos uso de dados coletados pelos pesquisadores Maria da Rocha Gil e J. van Dillen. Em terceiro lugar, foram usados fatos descritos em manuscritos impressos. Para o entendimento da venda e uso do pastel em Amesterdão foi utilizado informações das fontes impressas: *keurboeken* – livros de regras - e *zee-rechten* - privilégios marítimos. Os livros de regras (*keurboeken*) contém a descrição das técnicas de tingimento e os regulamentos sobre a qualidade e manuseio de produtos. Os privilégios do mar (*zee-rechten*) é uma coletânea de leis e regulamentos sobre o comércio marítimo e contém também a tabela de preços para o transporte de determinados produtos. Através desses dados pudemos tomar conclusões sobre a rota do pastel açoriano na Europa setentrional.

O arquivo municipal de Amesterdão foi o arquivo principal para esse estudo. Infelizmente não há no arquivo municipal de Amesterdão livros de registo de entradas e saídas dos produtos portuários como os registo da Alfandega do arquivo de Ponta Delgada. Os relatos usados para essa pesquisa decorrem primeiramente dos Atos Notariais. O fundo dos Atos Notariais contém dados de comerciantes que compraram o pastel das ilhas dos Açores. O fundo do Arquivo dos Prefeitos – *Archief van de Burgermeesters 1504* – contém vários fundos importantes sobre a administração da cidade e foi útil para o estudo de regulamentos da cidade para com imigrantes e o planejamento urbano. Como complemento, usamos o índice do Registo de Batismos, Casamentos e Óbitos para coletarmos maiores informações sobre os agentes de comércio.

Depois da primeira triagem e coleta de dados, pode-se fazer uma nova pesquisa nos arquivos, desta vez mais profunda e específica. Nessa pesquisa foram usadas novas palavras-chaves que foram encontradas nos manuscritos, como por exemplo, a designação *Vlaamsche eijlanden* – ilhas flamengas – para as ilhas dos Açores nos relatos nos atos notariais. Foi feita uma pesquisa dos nomes de comerciantes que importaram

pastel em nome de Flandres e/ou República Holandesa. Também pesquisado nos fundos do Arquivo Municipal de Amesterdão se havia algum registo dos capitães de navios e mestres encontrados por Rocha Gil no registo alfandegário de Ponta Delgada. A pesquisa foi feita em todos os índices do Arquivo Municipal que inclui nomes de pessoas na lista de batismo, casamento, óbitos, registo de cidadania e nomes que constam nos atos notariais.

Os dados coletados por Maria da Rocha Gil mapeiam a saída de embarcações com carregamento de pastel do porto de Ponta Delgada<sup>15</sup>. Nesses dados encontramos o destino das embarcações e o nome de seus capitães. Esses dados foram usados na análise aqui presente com intuito de encontrar ligações entre os agentes de comércio encontrados por Rocha Gil com os agentes presentes no comércio em Amesterdão.

O pesquisador Van Dillen fez estudo dos *poorterboeken* - os livros de registo de cidadãos da cidade de Amesterdão<sup>16</sup>. Van Dillen estruturou os dados colhidos agrupando-os de acordo com a profissão e a cidade de origem dos novos cidadãos. Esses dados foram aqui usados como base para entender o crescimento da manufatura têxtil e as tinturarias de Amesterdão, a origem da sua mão-de-obra especializada e de seu capital de investimento.

---

<sup>15</sup> Maria Olímpia da Rocha Gil, *O porto de Ponta Delgada e o comércio Açoriano no século XVII*, 1970.

<sup>16</sup> J.G. van Dillen, *Bronnen tot de geschiedenis van het bedrijfsleven en het gildewezen van Amsterdam*, 3 volumes, 1929.

## **CAPÍTULO 2**

### **O COMÉRCIO DAS PLANTAS TINTUREIRAS NA EUROPA MODERNA**

#### **ESTADO DA ARTE**

## 2.1 A importância da cor azul e o uso do pastel na Europa

O pastel-dos-tintureiros ou pastel-dos-tinteiros, (*Isatis tinctoria*) é uma planta usada para a produção de corante azul. A planta é da família da mostarda (*Brassicaceae*) e comum nas regiões europeias de clima temperado. A *Isatis tinctoria* é uma planta bianual. Sua plantação é feita na primavera, mas somente um ano mais tarde a planta estará graúda para a colheita<sup>17</sup>. O pigmento azul encontra-se em suas folhas, que são retiradas manualmente. A colheita é feita desde a primavera até o mês de setembro. Como as folhas tornam a crescer, há possibilidade de 4 a 5 colheitas da mesma planta no mesmo ano<sup>18</sup>.

No relato sobre a ilha Terceira, Diogo Gomes fez uma descrição sobre a época de semeadura (fevereiro) e colheita das folhas (do meio do mês de maio até setembro)<sup>19</sup>. De acordo com o cronista, a colheita era feita neste período devido às chuvas, pois após a chuva que começam a cair no final do mês de setembro, as folhas perdem a sua virtude e começam a espigar, gerando sementes para o próximo plantio<sup>20</sup>.

O pastel foi usado para a pintura de quadros e outros produtos artesanais, e para colorir têxteis. Neste estudo veremos somente a importância do pastel para o tingimento de têxteis. Até o século XVI, o pastel era a única fonte do corante azul para tecidos na Europa<sup>21</sup>. Em meados do século XVI, o índigo, planta tropical da Ásia e Américas que também oferece o pigmento azul, foi introduzida no mercado europeu. Com a introdução do índigo, o consumo do pastel na Europa declinou<sup>22</sup>. A partir do século dezanove o tingimento orgânico foi substituído pelo uso de tintas químicas como conhecemos hoje<sup>23</sup>.

---

<sup>17</sup> G. Asaert, *op.cit.*, p. 378.

<sup>18</sup> G. Asaert, *op.cit.*, p. 378.

<sup>19</sup> *Descrição das Ilhas do Atlântico* por Valentim Fernandes em *Archivo dos Açores*, vol. 1, p. 148.

<sup>20</sup> *Idem ibidem*.

<sup>21</sup> Jenny Balfour Paul, *Indigo and blue: a marriage made in heaven*, 1998, p. 162.

<sup>22</sup> Rocha Gil, *op. cit.*, p. 382 e Noor Iqbal, *Ambivalent blues: woad and indigo in tension in Early Modern Europe*, 2013, pp. 282-284.

<sup>23</sup> G. Asaert, *Handel in kleurstoffen op de Antwerpse markt in de XVe eeuw*, 1971.

Encontramos dois métodos distintos de processamento da pasta derivada das folhas do pastel nos finais do século XVI: a bola e o granulado<sup>24</sup>. Em ambos os métodos as folhas da planta são moídas com uma moedora de pedra, por vezes auxiliadas por um moinho. A pasta – daí o nome de “pastel” - que se forma é deixada de molho por duas ou três semanas<sup>25</sup>. No primeiro método, a pasta é, depois de seca, transformada em bolas. Essas bolas são deixadas ao sol para secarem. Depois de algumas semanas encontram-se suficientemente secas para a venda<sup>26</sup>. O granulado, por sua vez, é adquirido deixando a pasta secar por duas ou três semanas e depois moendo seu conteúdo até se tornar quase pó<sup>27</sup>.

Na descrição de Diogo Gomes, as folhas colhidas na ilha Terceira eram moídas com pedra de mós. A pasta era transformada em bolas redondas que deixavam secar<sup>28</sup>. Depois de secas, as bolas são moídas novamente até virar pó<sup>29</sup>. O pó era posteriormente misturado com água e revolido até granular<sup>30</sup>. O granulado era por fim vendido<sup>31</sup>.

Até o século XVIII, a sociedade europeia seguia regras rigorosas de vestuário. Essas regras tinham como objetivo distinguir pessoas de acordo com sua estratificação social, profissão, sexo ou filiação religiosa<sup>32</sup>. Indiretamente, ou talvez propositadamente, essas leis criaram uma segregação na sociedade que era simbolizada pelo vestuário usado. A igreja católica definiu o uso do azul como símbolo da tradição cristã de modéstia e bondade<sup>33</sup>. Os santos católicos do sexo feminino como a Santa Maria, são representados com um manto ou vestido azul, simbolizando a “bondade feminina”<sup>34</sup>. Neste contexto, o azul era visto como uma cor neutra, que poderia ser

---

<sup>24</sup> Ao longo dos séculos houveram outros métodos. Para uma classificação detalhada, vejamos Anna Hart, e.o., *Searching for blue: experiments with woad fermentation vats and an explanation of the colours through dye analysis*, 2015.

<sup>25</sup> Charles de Lasteyrie, e.o., *A treatise on the culture, preparation, history, and analysis of pastel, or woad: the different methods of extracting the coloring matter, and the manner of using it, and indigo, in dyeing*, 1816, p. 34.

<sup>26</sup> Michel Pastoureau, *Blue the history of a color*, 2001, p. 63-64.

<sup>27</sup> Charles de Lasteyrie, e.o., *op.cit.*, p. 35.

<sup>28</sup> *Idem ibidem*.

<sup>29</sup> *Idem ibidem*.

<sup>30</sup> *Idem ibidem*.

<sup>31</sup> *Idem ibidem*.

<sup>32</sup> Pastoureau, *op. cit.*, p. 123.

<sup>33</sup> Pastoureau, *op. cit.*, p. 89.

<sup>34</sup> Pastoureau, *op. cit.*, p. 60.

usada por todos os grupos sociais, pois "modéstia" e "bondade" eram atributos valorizados no contexto da Igreja católica<sup>35</sup>.

Até o século XII, o azul não era uma cor popular no vestuário de um modo geral, "mantendo pouco valor simbólico ou astético", de acordo com Michel Pastoureau<sup>36</sup>. A partir da Idade Média, o azul torna-se uma cor apreciada e simbólica para os grupos mais elevados da sociedade, ou seja, a nobreza e o clero<sup>37</sup>. Essa mudança pode ser explicada em decorrência do avanço no método de cultivo e tingimento de tecidos, resultando em uma coloração azul vívida e forte<sup>38</sup>. A diferença no uso do azul pelas diferentes grupos sociais era notado pela qualidade do tingimento. A elite usava um azul mais escuro, bem impregnado nas linhas do tecido. Os trabalhadores, por sua vez, usava uma vestimenta cujo coloração era menos refinada. Outra explicação para o uso mais frequente da cor azul, é a reorganização no simbolismo das cores iniciada no século XI<sup>39</sup>. Essa nova ordem influenciou todas as cores, mas o azul foi a cor que a partir deste momento recebeu um lugar de destaque<sup>40</sup>.

Com o aumento do uso da cor azul no vestuário da Idade Média, aumenta a procura pelo pastel na Europa. O pastel-dos-tintureiros era cultivado em vários países europeus de clima ameno e solo fértil. As cidades francesas da Normandia e Picardia eram desde o século treze conhecidas pelo seu comércio de pastel. Os comerciantes de Picardia vendiam até o século quatorze o pastel no mercado de Londres<sup>41</sup>. Esse comércio trouxe atritos entre os tingidores de tecido da França (Carcassonne, Alby) e os comerciantes franceses de pastel que vendiam o produto para seus concorrentes<sup>42</sup>. Nos meados do século XVI, a região de Languedoque (França) exportava o pastel para a Antuérpia através do porto de Bordeaux<sup>43</sup>. Antuérpia também era abastecida com o pastel de Erfurt, que chegava na cidade pela rota hanseática. Também Tolosa e Erfurt na Alemanha foram grandes distribuidoras de pastel no continente europeu,

---

<sup>35</sup> Pastoureau, *op. cit.*, pp. 89-90.

<sup>36</sup> Pastoureau, *op. cit.*, p. 32.

<sup>37</sup> Pastoureau, *op. cit.*, p. 50.

<sup>38</sup> Noor Iqbal, *Ambivalent blues: woad and indigo in tension in Early Modern Europe*, 2013, p. 278.

<sup>39</sup> Pastoureau, *op. cit.*, p. 49.

<sup>40</sup> Pastoureau, *op. cit.*, p. 50.

<sup>41</sup> Jamieson Hurry, *The woad plant and its dye*, 1930, p. 110.

<sup>42</sup> Jamieson Hurry, *op. cit.*, p. 110.

<sup>43</sup> Jamieson Hurry, *op. cit.*, p. 111.

particularmente para a industrial têxtil alemã e flamenga<sup>44</sup>. Como veremos mais tarde em detalhado, o cultivo do pastel no arquipélago dos Açores iniciou-se no século quinze com a povoação das ilhas e o seu governo pelos portugueses.

A partir de 1566, o movimento reformatório se estabelece, atribuindo novos símbolos de vestuário para a nova comunidade protestante. No protestantismo do século XVII, a cor preta é usada como a cor da elite, dos homens de riqueza, nobres e teólogos<sup>45</sup>. Em repúdio a qualquer expressão de abundância e frivolidade, os protestantes não aceitavam cores vívidas como o vermelho, amarelo e verde. Essas cores eram vistas como cores indecentes e provocativas, e foram abolidas a partir da reforma<sup>46</sup>. Cores pastéis como o azul, que se igualavam às cores da natureza, eram aceitos nas vestimentas protestantes por memorar a obra do seu criador, ou seja, de Deus<sup>47</sup>.

O pesquisador Pastoureau acredita que os protestantes não foram contra a cor azul por esta não conter nenhum simbolismo na liturgia católica<sup>48</sup>. O azul, visto pelos protestantes como símbolo de honestidade e bondade, era usado habitualmente por mulheres (figura 1). Vê-se no século XVII o azul pastel nos vestidos simples das empregadas na comunidade protestante, simbolizando sua simplicidade e servidão (figura 2). Nessa dimensão, o azul criado com a ajuda do pastel-dos-tintureiros, continuava sendo matéria-prima essencial para o tingimento de tecidos na Europa setentrional mesmo depois do rompimento cristão entre católicos e protestantes.

Na idade moderna a manufatura têxtil foi provavelmente das atividades de transformação mais avançadas tecnologicamente gerando riqueza e potenciando circuitos de influência económica, social e política<sup>49</sup>. Essa atividade exigia muitos outros segmentos para tornar-se um sucesso. A matéria-prima e a mão-de-obra eram elementos essenciais para o desenvolvimento dos têxteis. Para a aquisição desses elementos, as unidades de produção se instalavam nas cidades onde a capacidade de

---

<sup>44</sup> G. Asaert, p. 378 e J.Hurry, *op.cit.*, p. 111.

<sup>45</sup> Judith Hoffenk de Graaf, *Dyeing black in seventeenth century Holland*, 2004, p. 61.

<sup>46</sup> Pastoureau, *op. cit.*, p. 103.

<sup>47</sup> Pastoureau, *op. cit.*, p. 105

<sup>48</sup> Pastoureau, *idem ibidem*.

<sup>49</sup> John Nef, *Industrial Europe at the time of the reformation (ca. 1515 – ca. 1540)*, 1941, p. 183.

obtenção da matéria-prima e mão-de-obra era maior que nas regiões agrícolas. Para as cidades do período medieval, a instalação da produção têxtil trouxe, por sua vez, um crescimento nas vagas de trabalho que requeriam mão-de-obra diversificada. O setor requeria desde trabalhadores sem nenhuma requisição profissional até profissionais especializados. Essa atividade tinha, portanto, importante lugar na economia local, oferecendo trabalho para pessoas de baixa renda.

## 2.2 O cultivo e o comércio do pastel açoriano na historiografia portuguesa

As plantas tintureiras como o pastel e a urzela foram produtos de grande relevância para a economia das ilhas Açorianas nos séculos XVI e XVII<sup>50</sup>. A produção e comércio das ilhas destinavam-se em grande parte ao comércio exterior, abastecendo navios que rumavam ao além-mar e ao continente europeu<sup>51</sup>. Especialmente o porto de Angra, na Ilha Terceira, onde se encontrava baseada a Provedoria das Armadas<sup>52</sup>. Assim constatamos uma forte produção agrícola de cereais e uma produção pecuária. Esses produtos eram destinados no uso nas travessias marítimas e também para o continente europeu onde por vezes a falta de alimentos em consequência a períodos de seca aumentavam a necessidade de produtos como cereais. Já o pastel e a urzela, duas plantas corantes, aplicavam-se especificamente para o uso no continente europeu. O sucesso do pastel no comércio exterior foi de grande volume. No ano de 1538 a ilha Terceira produziu 15 a 16 mil quintais de pastel<sup>53</sup>.

Vários cronistas dos séculos quinze e XVI dedicaram-se ao relato dos novos territórios portugueses, incluindo o arquipélago dos Açores. O impressor e editor alemão Valentim Fernandes coletou entre 1506 e 1508<sup>54</sup> várias dessas narrativas sobre as conquistas do Infante Henrique. No capítulo sete do códice *Relações dos Tempos de*

---

<sup>50</sup> Nélia Rosado, "Produção da Urzela e do Pastel no contexto das Paisagens Insulares da Macaronésia (séculos XV-XVI)", 2024.

<sup>51</sup> Alberto Vieira, *Portugal y las Islas del Atlantico*, 1992, p. 22.

<sup>52</sup> Maria Enes, *A Provedoria das Armadas no Século XVII (algumas notas)*, 1984 e José Leite, *A estrutura da provedoria das Armadas de Angra no séc. XVIII. Uma visão burocrática*, 2001.

<sup>53</sup> Carta de Pero Anes do Canto a elrei, 14 de março de 1538. Em *Archivo dos Açores*, vol. 1, p. 123.

<sup>54</sup> Valentim Fernandes, *Descrição das Ilhas do Atlantico* em *Archivo dos Açores*, vol. 1, p. 145-150 e vol. 10, p. 497. Para uma explicação do códice de Valentim Fernandes veja o artigo de Schmeller, *Ueber Valenti (ou im) Fernandez Alemã und seine Sammlung von Nachrichten über die entdeckungen und besitzungen der Portugiesen in Afrika und Asien bis zum Jahre 1508*, 1845.

Valentim Fernandes consta a *Descrição das ilhas do Atlantico*, de autoria de Diogo Gomes de Cintra<sup>55</sup>. O pastel era cultivado nas ilhas Terceira e de São Miguel<sup>56</sup>. Na descrição da ilha de São Miguel, o autor menciona que lá cresce muito pastel que é levado para Flandres e outras terras<sup>57</sup>.

O holandês Linschoten, que passou anos na presença dos portugueses e uma temporada na ilha Terceira, conta que em 1586 o maior empreendimento nas ilhas é o comércio do pastel<sup>58</sup>. Além da ilha de São Miguel, o pastel foi visto por ele na ilha do Faial, onde muitos navios ingleses iam ali comercializar<sup>59</sup>. Na ilha de Santa Maria, Linschoten conta que não há evidência do cultivo do pastel, e que o único produto para comércio é o barro para a produção de potes<sup>60</sup>.

O domínio do arquipélago açoriano era exclusivo do infante Dom Henrique. Este personagem histórico teve um papel muito importante nas guerras e conquistas portuguesas do século XV. Foi ele que mandou explorar a costa do continente africano, chegando à territórios até então desconhecidos pelos europeus<sup>61</sup>. Com os sucessos das descobertas e invasões ultramarinas e para garantir que o lucro - ou pelo menos um quinto dele - voltasse para o infante Dom Henrique, o rei Afonso autorizou o infante a povoar as ilhas dos Açores (1449)<sup>62</sup> e confirmou diversas cartas do pai e do avô atribuindo a propriedade das terras e os lucros do comércio terrestre e marítimo ao infante. Em sua crônica escrita por volta de 1453, Zurara descreve brevemente a ilha de São Miguel entre as novas possessões do infante Dom Henrique e a quem o infante *mandou-a povoar*.<sup>63</sup> O pastel, porém, não é mencionado nesta obra. Esse fato é

---

<sup>55</sup> Na obra *Archivo dos Açores*, vol. 1, p. 144 é considerado que as notícias sobre os Açores na *Descrição das ilhas do Atlantico* teria sido retirado das Crônicas de Guiné de Gomes Azurara enquanto que na página 77, da mesma obra, e na obra de Gabriel Pereira, *As relações do descobrimento da Guiné e das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde*, 1899, p. s.n. com título “*explicação*”, menciona que a fonte primária seria de Diogo Gomes.

<sup>56</sup> *Descrição das Ilhas do Atlantico* por Valentim Fernandes em *Archivo dos Açores*, vol. 1, pp. 147-148.

<sup>57</sup> *Idem*, p. 147.

<sup>58</sup> Jan Linschoten, *Itinerario, Voyage ofte schipvaert van Jan Huygen van Linschoten naer Oost ofte Portugaels Indien...*, 1596, pp. 152-154.

<sup>59</sup> Linschoten, *Itinerário*, 1596, p. 150.

<sup>60</sup> Linschoten, *op.cit.*, p. 149.

<sup>61</sup> Gomes Eanes de Zurara narra as conquistas do infante Dom Henrique em *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné, ca. 1410-1473*, publicação de 1841.

<sup>62</sup> Carta de el-rei D. Afonso V de 10 de março de 1449, *Monumenta Henricina*, volume X, p. 28.

<sup>63</sup> Gomes Eanes de Zurara, *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné, ca. 1410-1473*, publicação de 1841, pp. 388-389.

interessante, pois a primeira referência à presença do pastel em Portugal é datada de 28 de agosto de 1445, quando Dom Afonso V dá o privilégio de exportação do pastel no arquipélago dos Açores ao infante, monopolizando seu comércio<sup>64</sup>. Não sabemos porquê Zurara não comenta a presença do pastel nas ilhas. Talvez o cultivo ainda não fosse suficientemente forte ou talvez Zurara não estivesse interessado na produção agrícola local.

Dom Henrique utilizou-se de suas propriedades para aumentar seu poder econômico e reforçar suas alianças com pessoas de influência política<sup>65</sup>. Essas alianças poderiam lhes ser úteis para a gestão de suas explorações e conquistas marítimas. O infante doou desta maneira muitas propriedades para seus servidores políticos. A ilha Terceira foi assim doada a Jácome de Bruges, um comerciante flamengo<sup>66</sup>. O objetivo do infante era que De Bruges e sua família povoassem a ilha e difundissem a fé católica<sup>67</sup>. Todo cristão deveria, em troca, pagar o dízimo à Ordem de Cristo, enriquecendo a organização da qual Henrique era o mestre<sup>68</sup>.

Entre 1586 e 1590 o cronista açoriano Gaspar Frutuoso<sup>69</sup> deixa uma obra importante sobre as ilhas açorianas intitulada *Saudades da Terra*. Essa obra contendo seis a oito volumes contém detalhes da sociedade e política nas ilhas portuguesas da Macaronésia, constituindo a base da historiografia das ilhas deste período. Abrangendo temas diversos relacionados ao cotidiano das ilhas, a obra consegue servir de fonte para vários estudos de autores contemporâneos<sup>70</sup>, incluindo pesquisadores do cultivo e

---

<sup>64</sup> Valentim Fernandes, *op. cit.*, 1502.

<sup>65</sup> Maria Isabel João, *O Infante D. Henrique na historiografia*, 1994, p. 15.

<sup>66</sup> A.J.R. Russell-Wood, *Settlement, colonization and integration in the Portuguese-influenced world, 1415-1570*, 2007, pp. 6-7.

<sup>67</sup> *Idem*, p. 7.

<sup>68</sup> Bruno Tadeu Salles, *A monarquia portuguesa nas discussões sobre o fim dos Templários e a fundação da Ordem de Cristo: aspectos das relações de poder entre D. Dinis, as Ordens Militares e o Papado*, 2007, pp. 9-10; Costa, J.P.O., *História da Expansão e do Império Português*, 2014, pp. 57-58.

<sup>69</sup> Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, 1873 [1586-1590]. Refere-se ainda à recente dissertação de mestrado de Nélia Rosado sobre a obra de Gaspar Frutuoso e os Açores intitulada: "Produção da Urzela e do Pastel no contexto das Paisagens Insulares da Macaronésia (séculos XV-XVI)", 2024.

<sup>70</sup> Autores que usaram a obra de Gaspar Frutuoso como base para seus estudos são diversos, nomeadamente: o estudo de Azevedo (1990) sobre a fauna marinha; Brandão da Luz (1996) sobre a concepção do homem e Catarina Madruga a respeito da cultura da vinha (2023).

comércio do pastel<sup>71</sup>. No quarto volume de sua obra, Frutuoso descreve o pastel na Ilha de São Miguel, narrando as fazendas que cultivavam o pastel e o nome de seus proprietários<sup>72</sup>. Jorge Nunes Botelho, um dos fazendeiros da Ilha de São Miguel, mandava o pastel para Flandres, Inglaterra e Sevilha<sup>73</sup>.

No *Foral do Almojarifado das Ilhas*<sup>74</sup>, um dos primeiros documentos acerca da cultura do pastel no Açores, vê-se o papel importante que Flandres desempenhou como mercado de vendas do pastel produzido nas ilhas. Nesse foral, o rei ordenou que se fizesse vinte quintais de pastel e pediu para mandar mostrar a Flandres ou na feira de Medina para saber o valor do mesmo<sup>75</sup>. Também Gaspar Frutuoso conta que na introdução do pastel no arquipélago, o flamengo Guilherme da Silveira tinha trazido consigo de Flandres a semente do pastel e também os pasteleiros Pero Pasteleiro e Govarte Luis, *homens que sabiam preparar a pasta*<sup>76</sup>. Guilherme da Silveira na verdade chamava-se Willem van der Haegen (ou Haeghen), comerciante de ascendência flamenga que foi morar nos Açores com o fim de colonizar<sup>77</sup>. Em meados de quinhentos um terço da ilha de São Miguel era usado para o cultivo do pastel<sup>78</sup>. Esse pastel era destinado aos mercados da Flandres e outras terras<sup>79</sup>.

Alberto Vieira, importante historiador das ilhas portuguesas, escreveu vários ensaios generalistas sobre o povoamento e o desenvolvimento económico-social nos séculos XV a XVII, mencionando o cultivo do pastel<sup>80</sup>. Para ele, a presença de estrangeiros nas ilhas contribuiu para a presença do cultivo do pastel<sup>81</sup>. Os imigrantes presentes eram em sua maioria comerciantes e em posse de capital para investir em

---

<sup>71</sup> Avelino de Freitas Menezes, *O Arquipélago dos Açores. A Economia e as Finanças*, 2005; Alfredo Pinheiro Marques, *Pastel*, 1994; Maria Azevedo, *Pastel*, 1985; Francisco Carreiro da Costa, *A Cultura do Pastel nos Açores*, 1946.

<sup>72</sup> Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, vol. IV.

<sup>73</sup> *Idem*, p. 182.

<sup>74</sup> Publicado no *Annaes da Ilha Terceira*, 1850, vol. 1, p. 481 e citado por Da Rocha Gil, 1970, p. 92.

<sup>75</sup> Livro de Registos da Alfândega de Ponta Delgada, 1568/1603, fl. 188v, em Da Rocha Gil, 1970, p. 92.

<sup>76</sup> Gaspar Frutuoso, *Saudade da Terra*, livro 6, 1932, p. 101.

<sup>77</sup> André Clayes, *Vlamingen op de Azoren sinds de 15<sup>de</sup> eeuw*. Vol. 3, 2011.

<sup>78</sup> Citado na obra de Antonio Cordeiro, *Historia insulana das ilhas a Portugal sujeitas no oceano occidental*, p. 271.

<sup>79</sup> *Archivo dos Açores*, vol. 1, p. 147.

<sup>80</sup> Alberto Vieira, *As ilhas Atlânticas (Canárias, Madeira, Açores) como espaços de fronteira*, 2015; *As ilhas Atlânticas para uma visão dinâmica da sua história*, 2004; e *Guia para a história e investigação das ilhas atlânticas*, 1995.

<sup>81</sup> Alberto Vieira, *op.cit.*, 2004, p. 239.

novos empreendimentos<sup>82</sup>. Nas ilhas de Faial, Terceira, Pico e Flores foram os flamengos desde o início importantes moradores<sup>83</sup>. Na ilha de São Miguel, havia também uma comunidade britânica. A presença dos flamengos é relatada desde o início do povoamento das ilhas, sendo que a chegada da presença britânica é duvidosa. Vieira mencionada a entrada dos britânicos entre 1515 e 1527, por estranhar que Gaspar Frutuoso não menciona a presença destes em sua obra<sup>84</sup>.

O comércio do pastel açoriano tornou-se, todavia, mais conhecido por meio do estudo detalhado de Maria Olímpia da Rocha Gil em 1970<sup>85</sup>. Em sua obra, Rocha Gil analisa os Livros da Receita e Despesa da Alfandega de Porto Delgada e documentos que regulavam o funcionamento da alfândega, o despacho das embarcações e a arrecadação dos bens reais. Para os Açores, os livros evidenciam que o pastel era matéria-prima essencial para a economia açoriana do século XVII. O que consagrou a obra de Rocha Gil foi sua maneira de pesquisa minuciosa nos arquivos açorianos, servindo sua monografia como fonte para muitos pesquisadores após ela.

Muitas obras generalistas sobre o comércio das ilhas açorianas e do Atlântico serviram-se da pesquisa da historiadora Maria da Rocha Gil<sup>86</sup> para descrever o pastel dentro do contexto geral do comércio e as relações internacionais no século XVII<sup>87</sup>. Nenhum pesquisador conseguiu acrescentar maiores detalhes históricos à monografia da historiadora, servindo os novos estudos sobre esse tópico somente para novas análises baseadas em fontes primárias de acesso livre e comumente usadas por pesquisadores na área<sup>88</sup>. A base desses estudos são os documentos escritos por historiadores dos séculos XV e XVI, alguns já mencionados anteriormente como Gaspar Frutuoso, Gomes Eanes de Zurara, Diogo Gomes, João de Barros e os volumes impressos

---

<sup>82</sup> Alberto Vieira, *op. cit.*, 1995, pp. 82-83.

<sup>83</sup> Alberto Vieira, *op. cit.*, 1995, pp. 80-81.

<sup>84</sup> Alberto Vieira, *op. cit.*, 1995, p. 81.

<sup>85</sup> Maria Olímpia da Rocha Gil, *O porto de Ponta Delgada e o comércio Açoriano no século XVII*, 1970.

<sup>86</sup> Maria da Rocha Gil, *O porto de Ponta Delgada e o comércio Açoriano no século XVII*, 1970; e *Os Açores e a nova economia de mercado*, 1981.

<sup>87</sup> Veja por exemplo Wiarda, 1999 e Moniz, 1999 sobre o arquipélago dos Açores.

<sup>88</sup> Confronte-se Valdemar Mota, *Algumas notícias de uma erva tintureira – o pastel no povoamento dos Açores*, 1983; Manuel Cid, *Moinhos flamengos nos Açores*, 1991; Vieira, *op. cit.*, 1995; Luís Bettencourt, *Moinhos de vento dos Açores*, 2008; João Bettencourt, *Os naufrágios da baía de Angra*, 2017 e.

do Arquivo dos Açores<sup>89</sup>. Um exemplo recente deste esforço é o trabalho de Nélia Rosado, que, baseada na obra do cronista Gaspar Frutuoso, reconstruiu os ambientes insulares onde o pastel e a urzela foram inseridos para compreender o impacto desta produção de massa para o meio ambiente<sup>90</sup>.

Para o estudo do comércio transatlântico, esta autora delineou a perspectiva histórica do comércio do pastel na Europa que foi vigente na historiografia dos últimos cinquenta anos. Na sua obra, vê-se por exemplo a declaração dominante que o pastel açoriano foi primeiramente destinado para o mercado inglês, afirmativa baseada no fato da maioria dos navios que desembarcaram em Ponta Delgada tinham de acordo com os livros alfandegários os portos ingleses como destino<sup>91</sup>. Também surge a conclusão de que pouco se comercializava com Flandres e a República Holandesa, fato evidenciado pelo número quase nulo de embarcações holandesas no porto açoriano<sup>92</sup>. Porém a pesquisadora notifica seus conterrâneos nesse seu estudo que através dessa fonte “*é impossível elaborar uma estatística dos dados concernentes à nacionalidade, tipos e tonelagem dos barcos utilizados nessas carreiras. Os despachos são irregulares ou estão incompletos, neste aspecto*”<sup>93</sup>.

Mesmo com essas palavras de sobreaviso, os dados de Rocha Gil foram em vários artigos apresentados como verdades absolutas carregando afirmativas sem nenhuma nuance para o debate acadêmico<sup>94</sup>. Mesmo ela, em comentário ao artigo de Valdemar Mota sobre o comércio do pastel açoriano e sua importância para Flandres, coloca em dúvida as afirmativas de Mota da importância do pastel para o mercado flamengo<sup>95</sup> e consequentemente para o futuro mercado holandês. Em sua crítica, ela baseia-se nos

---

<sup>89</sup> Referem-se alguns dos autores e cronistas basilares da historiografia portuguesa nomeadamente: Frutuoso, [1586-1590]1873; Cintra, 2002; Zurara, [1453 I] . Fernandes, 1507 1884.

<sup>90</sup> Nélia Rosado, "Produção da Urzela e do Pastel no contexto das Paisagens Insulares da Macaronésia (séculos XV-XVI)", 2024.

<sup>91</sup> Maria Olímpia da Rocha Gil, *op. cit.*, 1970

<sup>92</sup> Maria Olímpia da Rocha Gil, *op. cit.*

<sup>93</sup> Maria da Rocha Gil, *op. cit.*, p. 82.

<sup>94</sup> Como por exemplo rede a obra *La gobernanza de los puertos Atlanticos, siglos XIV-XX, politicas y estructuras portuárias*, Polonia & Rivera (eds), 2016.

<sup>95</sup> Valdemar Mota, *op. cit.* , p. 350.

dados de seu estudo e enfatiza que sessenta por cento das embarcações que levavam o pastel eram de origem inglesa e que muito pouco era flamenga<sup>96</sup>.

Valdemar Mota baseia seu artigo sobre a influência flamenga no cultivo e comércio do pastel na presença dos flamengos no povoamento dos Açores, notoriamente nas ilhas do Faial, Terceira (região de Quatro Ribeiras) e Flores<sup>97</sup>. Ele baseia seu estudo nas obras de Gaspar Frutuoso, Antonio da Silveira Macedo e Frei Diogo das Chagas. Gaspar Frutuoso, como vimos anteriormente, conta que Van der Haeghen, flamengo, trouxe pasteleiros, *homens que sabiam fazer pastel*<sup>98</sup>, para as ilhas. Antonio da Silveira Macedo afirma já que foi Josse van Hurture (Jorge de Utra), capitão donatário do Faial, que trouxe a cultura do pastel para os Açores<sup>99</sup>. Frei Diogo das Chagas narra que João Silveira foi quem trouxe a semente da Flandres<sup>100</sup>. Além da introdução do pastel, a inspeção da qualidade do produto foi mandada entre eles à Flandres para avaliação<sup>101</sup>.

Todos esses indícios da influência dos flamengos na introdução do pastel nos Açores não ampara a presença do comércio do produto com o condado de Flandres. Para este fim, Valdemar Mota cita a carta de Dom Antonio, prior da Carta de 1580 que escreve ao feitor da Real Fazenda em São Miguel “...e vos encomendo que por todas as vias busqueis remédio para o pastel se carregar por minha conta para Flandres e se ir lá a vender...”<sup>102</sup>

Essas evidências da influência e comércio do pastel com Flandres levantados por Mota ainda são limitadas e mais pesquisas são necessárias para confirmar o comércio do pastel com Flandres e mais tarde, com a República das Províncias Unidas.

Por ser o pastel produto de exportação, estudos sobre a compra e uso em nações estrangeiras poderão ajudar no entendimento do seu comércio, aplicando-se a lei de oferta e demanda. Estes estudos envolvem também seus agentes de comércio e suas redes sociais que os sustentavam. Avelino de Freitas de Meneses observa a grande diversidade de documentação histórica dispersa pelos arquivos portugueses e

---

<sup>96</sup> *Idem ibidem*.

<sup>97</sup> Valdemar Mota, *op. cit.*, p. 339.

<sup>98</sup> Gaspar Frutuoso, *op.cit.*,

<sup>99</sup> Antonio da Silveira Macedo, *História das Quatro Ilhas*, p. 17n, citado em Valdemar Mota, *op.cit.*, 1983, p. 340.

<sup>100</sup> Em *Anais da Ilha Terceira*, citado em Valdemar Mota, *op.cit.*, p. 340.

<sup>101</sup> Maria da Rocha Gil, *Os Açores e a nova economia de mercado*, 1981, p. 373.

<sup>102</sup> *Archivo dos Açores*, vol. II, p. 22, citado em Valdemar Mota, *op. cit.*, p. 344.

estrangeiros e assinala a importância da exploração desses acervos documentais<sup>103</sup>. É imprescindível recuperar o passado açoriano sem uma exploração sistemática desses acervos<sup>104</sup>. Avelino de Freitas de Meneses assinala a falta de uma política regional de organização dos arquivos açorianos para o melhoramento da pesquisa histórica local<sup>105</sup>.

Um estudo a este respeito é o estudo do espanhol Manuel Fernandez Chavez que descreve como comerciantes de Sevilla que importavam o pastel açoriano e o distribuíram nas regiões vizinhas<sup>106</sup>. Da Inglaterra, região que de acordo com os estudos de Rocha Gil foi o principal importador do pastel açoriano, ainda não foram encontrados estudos de caso. Também em Amesterdão ainda não há indícios de estudos de caso, apesar da historiografia dos finais do século XVI até os finais do século XVII trazerem evidências do uso do pastel no tingimento de tecidos na cidade.

Até este momento, não foram identificadas novas fontes que adicionem ou alterem as conclusões levantadas por Rocha Gil de que a maioria dos navios carregados de pastel eram destinados à Inglaterra. Há dois aspetos que necessitam de mais pesquisas em outros arquivos para podermos complementar o trabalho da pesquisadora. Em primeiro lugar, não sabemos se o destino final do produto era o porto para onde este era embarcado nos Açores. Cidades portuárias costumavam abastecer regiões vizinhas, servindo como armazéns de empilhamento de mercadorias para a exportação<sup>107</sup>. Somente um estudo nos arquivos das cidades de destino e das cidades que se serviam do produto para consumo, poderão nos ajudar a entender a rota do pastel e os relacionamentos político-econômicos que envolveram seu comércio. Em segundo lugar, conflitos políticos levaram a diversas sanções econômicas entre os países Ibéricos e a República Holandesa no século XVII. A Província Unida só podia adquirir o pastel através da importação, já que o solo holandês, não era propício para o cultivo da *Isatis tinctoria*.

---

<sup>103</sup> As ilhas, os arquivos e a história. O caso dos Açores, 2001, p. 724.

<sup>104</sup> *Idem ibidem*.

<sup>105</sup> De Freitas de Meneses, op. cit., 2001, p. 728

<sup>106</sup> Manuel Fernández Chaves, *El pastel de las ilhas Atlanticas Portuguesas y la producción textil em la Andalucía del siglo XVI*, 2015.

<sup>107</sup> Vejamos alguns estudos sobre o papel das cidades portuárias: *Cities & the sea: port city planning in Early Modern Europe*, Josef W. Konvitz, 2020 e *Port cities of Atlantic Iberia c. 1500-1900*, Patrick O'Flanagan, 2008.

### 2.3 A compra e uso do pastel na manufatura têxtil flamenga até o século XVI

Para entendermos o comércio do pastel açoriano com Amesterdão no século XVII, é importante conhecermos o uso do pastel em todo o território neerlandês no período prévio ao crescimento das tinturarias em Amesterdão no século em estudo. Restringimo-nos aos estudos no condado de Flandres, em particular a cidade de Antuérpia por sua influência direta com o desenvolvimento da industrial têxtil e as oficinas de tingimento de tecidos na cidade de Amesterdão no século XVII, como veremos detalhadamente no próximo capítulo.

Um estudo de fontes primárias sobre o comércio do pastel açoriano com a Europa setentrional, em específico o condado de Flandres e a Holanda, é desafiador. Charles Verlinden (1907-1996), renomado historiador belga e autor de vários estudos sobre a história marítima portuguesa e espanhola, comenta em um colóquio acadêmico no ano de 1983 que até então não se havia encontrado nas fontes flamengas nenhum indício do comércio do pastel açoriano ou português com Flandres<sup>108</sup>. Essa afirmação ainda ecoa até hoje, desanimando novos pesquisadores a iniciar suas pesquisas sobre o assunto pois Verlinden era um pesquisador renomado que trabalhava minuciosamente em suas pesquisas.

Não obstante, a melhoria do acesso aos arquivos traz novos resultados para o discurso acadêmico. No arquivo de Antuérpia, que está atualmente melhor digitado e indexado que quarenta anos atrás, encontramos no arquivo judicial um processo do ano de 1600 de Jan Le Blon contra Manuel Teixeira por não haver entregue mil quintos de pastel que Le Blon havia encomendado<sup>109</sup>. Manuel Teixeira era um comerciante sefardita português. No estudo de Rocha Gil é mencionado o fato que em 1616 houve uma transação de 2.250 quintais de pastel granado vendidos ao fornecedor flamengo Guilherme de Bus<sup>110</sup>. Esses pequenos fatos demonstram que a coleta de dados baseadas em fontes primárias não está completa e que ainda há muito o que se explorar nos corpos arquivísticos.

---

<sup>108</sup> Os Açores e o Atlântico. Actas do colóquio internacional realizado em Angra do Heroísmo de 8 a 13 de agosto de 1983. Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. XLI, 1983, p. 350

<sup>109</sup> FA-AR, SA 2195, inv.nr. 2057.

<sup>110</sup> Livro de Registos da Alfandega de Ponta Delgada, 1603/1638 fl. 78v, em Da Rocha Gil, *op.cit.*, 1970, p. 104.

Nas terras neerlandesas o pastel-dos-tintureiros era usado essencialmente para o tingimento de tecidos. Na produção de tecidos, a produção têxtil neerlandesa era uma das mais desenvolvidas da Europa. Os condados neerlandeses eram especializados na confecção de tecidos de lã e linho. No condado de Flandres há fontes que descrevem a produção de tecidos de lã desde o século XIII e a produção de tecidos de linho desde o século XIV<sup>111</sup>. No condado da Holanda, a produção de tecidos começou no século XIV<sup>112</sup>. Enquanto que a Holanda era especializada na manufatura de tecidos para uso da população local, as cidades flamengas fabricavam tecidos para todos os grupos da sociedade, mas eram especializados na manufatura de tecidos de luxo, destinados à elite europeia<sup>113</sup>. Essa visão estratégica diferenciou as manufaturas flamengas dos seus concorrentes ingleses. Ironicamente, os flamengos só utilizavam a lã inglesa para suas confecções de luxo por essa garantir um produto de melhor qualidade<sup>114</sup>.

O pastel comercializado em Flandres provinha em pequena quantidade da própria região. Somente no terreno barroso da atual província belga de Namur o cultivo do pastel era viável<sup>115</sup>. Na década de sessenta do século passado, vários historiadores da região se dedicaram ao estudo do cultivo do pastel na região<sup>116</sup>, estudando sua maneira de colheita e manufatura.

Dois historiadores flamengos escreveram sobre o comércio do pastel estrangeiro em Flandres. Cada um estudou diferentes fontes, o que resultou em diferentes conclusões históricas. Floris Prims estudou a jurisdição da guilda de tecidos (*De Jurisdictie van de Lakenhalle*), um manuscrito de 1541<sup>117</sup>. Asaert estudou os registros de protocolos e atas do que hoje chamamos de conselho municipal (*Schepenenregisters*), do período de 1394-1480<sup>118</sup>. De acordo com Floris Prims, o pastel comercializado em

---

<sup>111</sup> Alfons Thijs, *Van werkwinkel tot fabriek. De textielnijverheid te Antwerpen (einde 15<sup>e</sup> eeuw – begin 19<sup>e</sup> eeuw)*, 1987, p.

<sup>112</sup> Herman Kaptein, *De Hollandse textielnijverheid 1350-1600*, 1998.

<sup>113</sup> Henri Pirenne, *Geschiedenis van België*, p. 23 e John Munro, *Textiles as articles of consumption in Flemish towns, 1330-1575*, 1998.

<sup>114</sup> *Idem ibidem*.

<sup>115</sup> L. van Acker, 'Teelt van wede (pastel) in West-Vlaanderen', *Biekorf*, LXII (1961), p. 87.

<sup>116</sup> Aqui citamos: J. Herbillon en A. Joris, *Les moulins à guède en Hesbaye au moyen âge*, 1964; A. Joris, 'La guède en Hesbaye au moyen âge (XIIIe-XVe siècle)', 1963; L. Génicot, *La guède namuroise*, 1962 e L. van Acker, *Teelt van wede (pastel) in West-Vlaanderen*, 1961.

<sup>117</sup> Floris Prims, *De statuten van de Antwerpsche lakengilden in het begin der zestiende eeuw*, 1939

<sup>118</sup> Em outros territórios europeus citamos: F. Borlandi, *Note per la storia delle produzioni e del commercio di una materia prima. Il guado nel medio evo*, 1950, sobre a produção e comércio do pastel na Itália da

Antuérpia até finais do século quinze era oriundo do ducado de Jülich e Erfurt, regiões da Alemanha, Toulouse região da França, e Portugal<sup>119</sup>. Prims não descreve a região da procedência do pastel português e, portanto, não podemos verificar com certeza se o pastel era de origem açoriana. De acordo com ele, o pastel de bola era de origem portuguesa e francesa.<sup>120</sup> Já o pastel granulado era comprado na Alemanha<sup>121</sup>.

Em seu estudo, Asaert conclui que o pastel comercializado em Antuérpia entre 1394-1480 é procedente em sua maioria das terras da Renânia - entre Aachen e Colônia, incluindo Jülich<sup>122</sup>, região também mencionada por Prims. Em menor quantidade, chegava em Antuérpia o pastel procedente das cidades francesas Cambria, Lila, Amiens, Douai, Paris e Valenciana<sup>123</sup>. No final do século quinze de acordo com fonte italiana, chegava anualmente no porto antuerpiano 40.000 bolas de pastel procedentes da região de Toulouse<sup>124</sup>. Asaert conclui que, apesar da quantidade mencionada ser absurda, parece que o pastel de Toulouse eliminou o comércio de outros concorrentes franceses<sup>125</sup>.

Nos dados coletados por Asaert o pastel açoriano ou português não é mencionado. A sua pesquisa, publicada em 1973, serviu possivelmente como base para o comentário de Charles Verlinden em 1983 onde este também afirma que não há provas que o pastel açoriano tenha sido comercializado com Flandres. Pensamos que esse fato, porém, pode ser explicado de três maneiras.

Primeiro, o comércio de Portugal com o território neerlandês era centrado na cidade de Bruges até o ano de 1511<sup>126</sup>. Como os dados coletados por Asaert iam até o

---

Idade Média; J. B. Hurry, *The Wood-Plant and its Dye*, 1930, sobre a história do pastel na Europa; E. E. Ploss, *Ein Buch von alten Farben. Technologie der Textilfarben im Mittelalter, mit einem Ausblick auf die festen Farben*, 1962 e R. Scholz, *Aus der Geschichte des Farbstoffhandels im Mittelalter*, 1929, ambos sobre a história de coloramentos para o tingimento de tecidos na Idade Média.

<sup>119</sup> Floris Prims, *op.cit.*, p. 33.

<sup>120</sup> *Idem ibidem*.

<sup>121</sup> *Idem ibidem*.

<sup>122</sup> Asaert, *op. cit.*, p. 382.

<sup>123</sup> *Idem ibidem*.

<sup>124</sup> De acordo com o florentino Lodovico Guicciardini em *Descrittione di M. Lodovico Guicciardini patritio Fiorentino, di tutti i Paesi Bassi, altrimenti detti Germania inferiori*, 1567, citado em Asaert, *op. cit.*, p. 380.

<sup>125</sup> Coornaert, *Les Français*, II, p. 104, citado em Asaert, *op. cit.*, p. 380.

<sup>126</sup> Karel Degryse, *The hey-day of Portuguese trade and finance in the Southern Netherlands (16th-17th century)*, 1995.

ano de 1480 na Antuérpia, os produtos portugueses não são encontrados nesse registro pois esses não entravam no condado de Flandres por Antuérpia, mas sim pelo porto de Bruges<sup>127</sup>. A partir de 1511, a nação portuguesa mudou sua feitoria para Antuérpia. Em segundo lugar, a pesquisa de Asaert fez somente uso dos registros de protocolos e atas do que hoje chamamos de conselho municipal. Asaert também reconhece que muitos lotes de mercadorias não estão nos registros<sup>128</sup> e afirma que é impossível formar uma ideia da dimensão do comércio do pastel em Antuérpia no século quinze. Em terceiro lugar, e em consecução ao ponto anterior, a feitoria portuguesa mantinha sua própria administração, já que mantinha controle de todas as transações comerciais e processos que envolviam os membros de sua nação<sup>129</sup>. Existem dois fundos arquivísticos sobre a feitoria portuguesa de Flandres. O fundo *Feitoria Portuguesa de Antuérpia* encontra-se no Arquivo da Torre do Tombo e contém 354 documentos e 9 livros. O fundo *Natie van Portugal*, se encontra no Felix Archief, o arquivo municipal de Antuérpia e contém 5 caixas com documentos desde 1411 até 1751. Uma pesquisa nesses arquivos poderá trazer mais detalhes sobre o comércio português com Flandres.

O pastel que chegava aos portos antuerpianos não era destinado somente ao mercado local. Da Antuérpia, o produto era transportado para cidades do condado de Brabante (Bergen-op-Zoom, Herentals, Lieren e Geel) e em menores quantidades para Bruxelas, Gent, Hardewijk, Mechelen, Rotterdam, Tense e Hage<sup>130</sup>.

#### **2.4 Conflitos político-religiosos e mudanças nas manufaturas têxteis flamengas**

Uma série de eventos políticos desestabilizaram a vida social e econômica nos territórios neerlandeses nos meados do século XVI desconjuntando, por consequência, o sector têxtil. Esse contexto que levou à ocorrência de mudanças inevitáveis nas sociedades de então, trouxeram novas oportunidades econômicas para cidades neerlandesas que até então eram economicamente menos favorecidas, influenciando toda a manufatura têxtil flamenga.

---

<sup>127</sup> Para maiores detalhes sobre esse período, vejamos E.V. Busche, *Flandre et Portugal*, 1874.

<sup>128</sup> Asaert, *op. cit.*, p. 387.

<sup>129</sup> George Martyn, *How the nation of Portuguese merchants in Antwerp "made" its privileged customary law (XVI-XVIII)*, 2024, p. 103.

<sup>130</sup> Asaert, *op.cit.*, pp. 386-387.

O mundo católico em sua totalidade enfrentou grandes transformações político-religiosas. Na Europa ocidental, a insatisfação teológica perante às práticas autoritárias e o poder político da Igreja de Roma, instigou um movimento reformatório encabeçado por Martinho Lutero. Depois do rompimento com a igreja católica, milhares de pessoas espalhadas por cidades da Alemanha, Suíça, Flandres e França converteram-se ao protestantismo<sup>131</sup>. Paralelamente, Felipe II herda em 1556 a Monarquia Hispânica, que era nessa época também constituída por partes dos territórios que hoje são terras flamengas e italianas. Suas terras neerlandesas constituíam os condados de Artois, Hainaut, Namur e Luxemburgo. Esses condados são hoje parte dos territórios da Bélgica e Luxemburgo. Defensor da Igreja Católica, Felipe II interveio nas questões religiosas nos seus condados flamengos, proibindo a população de exercer outra religião que não fosse a católica.

Nos condados de Flandres e Valonia, em cidades como Tournai (flamengo: Doornik) e Mons (flamengo: Bergen), e particularmente no sector têxtil, que o calvinismo encontrou seus primeiros adeptos<sup>132</sup>. Os primeiros calvinistas da cidade de Antuérpia foram comerciantes de tecidos da cidade de Tournai, que junto com o comércio, levaram à Antuérpia seus novos ideais religiosos<sup>133</sup>.

O movimento calvinista culminou com a iconoclastia de 1566, onde cidadãos invadiram as igrejas católicas em diversas cidades de Flandres e destruíram imagens sacras<sup>134</sup>. As tropas do governo flamengo reagiram a estes protestos<sup>135</sup>. A agitação no condado de Flandres resultou no êxodo de centenas de pessoas para os países vizinhos, desestabilizando a economia local<sup>136</sup>. Também Portugal foi uma das nações escolhida pelos flamengos católicos que já mantinham laços familiares e comerciais com esta nação<sup>137</sup>.

---

<sup>131</sup> Peter Marshall, *Reforma protestante: uma breve introdução*, 2017.

<sup>132</sup> Gustaaf Asaert, *1585: de val van Antwerpen en de uittocht van Vlamingen en Brabanders*, p. 37.

<sup>133</sup> *Idem ibidem*.

<sup>134</sup> Um estudo detalhado sobre esse tópico é o livro de Guido Manerf, *Antwerp in the age of reformation: underground protestantism in a commercial metropolis, 1550-1577*, 1996.

<sup>135</sup> Angelo Serrentino, *The reformation in Antwerp: its rise and impact*, 2018.

<sup>136</sup> Asaert, *op.cit.*, 2004, p. 38.

<sup>137</sup> Sobre o tema dos flamengos em Portugal veja Eddy Stols, *Lisboa um portal do mundo para a nação flamenga*, 2014 e Rui Manuel Mesquita Mendes, *Comunidade flamenga e holandesa em Lisboa (séculos XV a XVIII): algumas notas históricas e patrimoniais*, 2015.

Após a iconoclastia as relações políticas entre Monarquia Hispânica e Flandres se desarticulam mais. Filipe II exerce um grande poder sobre a igreja católica em toda a nação flamenga, combatendo a convergência ao protestantismo por meio da inquisição. Nos seus domínios neerlandeses, ele envia tropas espanholas como modo de pressão aos seus oponentes. Para o financiamento de suas tropas, o conde de Alva institucionaliza novos impostos em todo o território neerlandês, resultando em grande descontentamento da aristocracia local<sup>138</sup>. Como medida de repressão, o conselho de inquisição inicia o processo de 11.000 rebeldes que estavam conspirando contra o império espanhol<sup>139</sup>.

No condado flamengo e arredores, essas notícias geram grande instabilidade social<sup>140</sup>. O movimento de revolta contra o império espanhol se torna cada vez mais forte. Várias cidades em todo o território neerlandês resistem contra o domínio do império espanhol<sup>141</sup>. Em 1579 começa a invasão espanhola do condado de Flandres, induzindo muitos fabricantes de tecidos que tinham se convertido ao protestantismo a migrarem para cidades vizinhas como Hamburgo na Alemanha e Leiden, Haarlem e Roterdão no atual Países Baixos<sup>142</sup>. Um terço ou mesmo metade da população das grandes cidades, como Ghent e Bruges, fizeram parte desse êxodo.

Em 1581, a União Ibérica é consolidada, tornando Portugal parte do território dos Habsburgos. Vários autores dedicaram os seus estudos a este período. Anthony Disney afirma que, apesar de o tratado de Tomar garantir privilégios igualitários para Portugal, o mesmo tornou-se com a consolidação da União Ibérica “uma mera periferia dentro do grande domínio castelhano”<sup>143</sup>. Outros autores corroboram a afirmação de Disney demonstrando com estudos de caso a presença de vários grupos dispersos de resistência à integração. Entre esses, assinalamos as críticas que membros da nação portuguesa fizeram relativamente ao modo de actuação do governo monárquico e sua

---

<sup>138</sup> Parker, *The Dutch Revolt*, 1964, pp. 114-116.

<sup>139</sup> Asaert, *op.cit.*, 2004, p. 38.

<sup>140</sup> Parker, *The Dutch Revolt*, 1964, p. p. 90.

<sup>141</sup> *Idem*, p. 120-146. Veja também mapa ilustrativo na página 139.

<sup>142</sup> Herman Kaptein, *De Hollandse textielnijverheid 1350-1600*, 1998, pp. 185-187.

<sup>143</sup> Anthony Disney, *A history of Portugal and the Portuguese Empire*, 2009, vol. 1, p. 198.

relação com a Casa Real portuguesa<sup>144</sup>. Já outros autores apresentaram estudos opostos, analisando as oportunidades criadas pela União para grupos específicos da nação portuguesa. Esses grupos encontraram nos territórios da monarquia novas oportunidades de trabalho e investimento<sup>145</sup>. Nos reinos neerlandeses, os portugueses que se estabeleceram na Flandres católica do rei Felipe II, encontraram oportunidades de crescimento<sup>146</sup>, enquanto que mercadores que comercializavam com territórios protestantes, tiveram uma queda em seus negócios em decorrência às sanções económicas impostas pela Monarquia Hispânica, como veremos nesse estudo.

Em 1585 tropas espanholas comandadas por Alexandre Farnese invadem a cidade de Antuérpia<sup>147</sup>. Para os calvinistas, a Monarquia Católica dá duas opções: converter-se novamente à antiga religião ou vender seus pertences e imigrar<sup>148</sup>. Essa prática lembra a pressão religiosa dos judeus que tiveram que se converter ao catolicismo. Protestantes calvinistas que ainda estavam na cidade de Antuérpia usaram do mesmo método dos seus compatriotas e fogem para outras cidades europeias<sup>149</sup>.

Cidades flamengas que foram invadidas pelos espanhóis perderam uma grande parte dos seus cidadãos e também do seu poder económico, desencadeando um grande fluxo migratório<sup>150</sup>. O número de refugiados flamengos é estimado globalmente em 150.000 pessoas<sup>151</sup>. O artesanato, o empreendedorismo, a riqueza intelectual e a rede económica disponíveis nessas cidades flamengas dispersaram-se no êxodo<sup>152</sup>, levando para outras cidades esses conhecimentos, técnicas de manufatura e redes sociais.

---

<sup>144</sup> Citamos Gaetano Sabatini, *Entre o Papa e o rei da Espanha: a comunidade lusitana em Roma nos séculos XVI e XVII*, 2013; Felix Labrador Arroyo, *A jornada real de 1602-1603. Um projecto político frustrado*, 2013 e Stuart Schwartz, *As classes populares portuguesas durante a União Ibérica e a restauração*, 2013.

<sup>145</sup> José Javier Ruiz Ibañez e Vicente Montojo, *Los portugueses y la política imperial: de Flandes, Londres y Francia al sureste peninsular, entre oportunidades y frustraciones*, 2013; Jean-Frédéric Schaub, *Arquipélago marítimo y arquipélago político: las Azores bajo los Austrias (1581-1640)*, 2013 e Federica Ruspio, *La nazione portoghese a Venezia e i suoi rapporti coi domini spagnoli*, 2013.

<sup>146</sup> José Javier Ruiz Ibañez e Vicente Montojo, *op.cit.*, 2013, p. 22.

<sup>147</sup> E. Stols, *Lisboa um portal do mundo para a nação flamenga*, 2014, p. 7.

<sup>148</sup> Oscar Gelderblom, *Zuid-Nederlandse kooplieden en de opkomst van de Amsterdamse stapelmarkt (1578-1630)*, 2000, pp. 70-72.

<sup>149</sup> Guido Manerf, *Protestant conversions in an age of Catholic Reformation: the case of sixteenth-century Antwerp*, 2003.

<sup>150</sup> E. Stols, *op.cit.*, p. 7.

<sup>151</sup> E. Stols, *op.cit.*, p. 7.

<sup>152</sup> *Idem ibidem*.

A escolha de moradia para o imigrante dependia de diversos fatores. Para os comerciantes, a escolha dependia das possibilidades de exercício de sua ocupação. Já os calvinistas, preferiram procurar refúgio em cidades onde sua religião já tinha sido introduzida e onde a liberdade religiosa estava garantida<sup>153</sup>. Comerciantes davam assim preferência às cidades portuárias como Hamburgo, Ruão, Veneza, Lisboa e Middelburgo para ali continuarem com seus negócios<sup>154</sup>. Essas cidades já eram zonas urbanas com características e estruturas comerciais devidamente consolidadas, nas quais já havia uma rede comercial estabelecida para as especiarias e vários produtos que chegavam de espaços geográficos extra-europeus<sup>155</sup>.

Também comerciantes portugueses sefarditas que tinham fugido de Portugal para Antuérpia por causa da inquisição, encontravam-se no meio do conflito entre a Monarquia Hispânica e Flandres. Os portugueses sefarditas imigraram para outras cidades europeias, optando por cidades alemãs como Hamburgo<sup>156</sup> e cidades italianas. De Hamburgo saíam navios com destino à Lisboa, ilhas Canárias e de lá para o Brasil. Do Brasil era transportado açúcar para Lisboa<sup>157</sup>. Outros comerciantes da Nação Portuguesa, por sua vez, encontram novas oportunidades de negócios na Antuérpia católica que tenta reerguer-se depois do grande êxodo<sup>158</sup>.

Os trabalhadores no setor de tecido, importantes personagens no consumo do pastel, optaram por trabalhar em cidades próximas ao setor agrícola responsável pelas matérias-primas como o linho e a lã, ou em cidades com ligações marítimas<sup>159</sup>. Outros fatores que desempenharam um papel foram a liberdade religiosa, os contatos sociais na cidade e a possibilidade de crescimento económico. Esta diáspora de cunho religioso ou político assentou-se principalmente em cidades com um grande setor comercial como Londres, Hamburgo e Francfort, e nos Países Baixos em Amsterdão, Middelburgo,

---

<sup>153</sup> Oscar Gelderblom, *op.cit.*, 2000, pp. 71-76.

<sup>154</sup> Oscar Gelderblom, *From Antwerp to Amsterdam: the contribution of merchants from the Southern Netherlands to the commercial expansion of Amsterdam*, 2003, pp. 247-248. Oscar Gelderblom não cita a cidade de Lisboa. Para os dados sobre Lisboa citamos a obra de Eddy Stols, *Lisboa um portal do mundo para a nação flamenga*, 2014.

<sup>155</sup> Oscar Gelderblom, *op.cit.*, 2000, pp. 74-75.

<sup>156</sup> Victoria Christman. *Trade in Tolerance: the Portuguese New Christians of Antwerp, 1530-50*, 2014.

<sup>157</sup> SAA-NA, 4 de junho de 1610.

<sup>158</sup> José Javier Ruiz Ibañez e Vicente Montojo, *op. cit.*, 2013, p. 22.

<sup>159</sup> Herman Kaptein, *De Hollandse textielnijverheid 1350-1600: conjunctuur en continuïteit*, 1998, p.40.

Rotterdam, Dordrecht, Delft, Haarlem e Leiden. Nestas cidades holandesas os imigrantes teriam constituído de 15 até 30% dos habitantes no início do século XVII<sup>160</sup>.

A capitulação das grandes cidades no sul de Flandres culminou na rutura entre a Europa setentrional e o sul europeu. A República Unida das Sete Províncias – o atual Países Baixos - foi fundada. A República proibiu em 1590 o comércio com os inimigos através de um embargo comercial<sup>161</sup>. Como resposta a esse embargo, os reis de Castela publicam no dia 4 de janeiro de 1604 um alvará informando que os povos da Holanda, Zelândia e outras terras protestantes não tinham autorização de negociar em terras e portos portugueses. O povo português, por sua vez, não estava autorizado a abrigar holandeses ou seus agentes. A compra ou venda de produtos holandeses estava proibido para todos os portugueses. As refinarias de açúcar - vinte e seis só em Amsterdão – não puderam mais funcionar por falta de matéria-prima que vinha do Brasil<sup>162</sup>. Esse é só um exemplo das consequências que o embargo ocasionou para a economia das cidades das Províncias Unidas.

Por causa dessa conjuntura, muitos imigrantes do sul de Flandres escolhem em princípio não imigrar para as Províncias Unidas. Nas cidades da Alemanha, o comércio dos imigrantes flamengos pôde ser continuado. A maioria das casas comerciais flamengas em Hamburgo negociavam, portanto, com A Monarquia Hispânica e Portugal durante este período de conflito entre este reino e as Províncias Unidas. Também uma parte essencial da produção têxtil flamenga fixa-se em Hamburgo. Exemplos de comerciantes antuerpianos em Hamburgo foram Dominicus van Uffele que vivia às margens do Elba e comercializava em tecidos ingleses e trabalhava para mercadores portugueses no comércio de pimenta, açúcar, índigo e gengibre<sup>163</sup>. Outro comerciante da Antuérpia foi Antonio Anselmo, que se dedicava ao branqueamento e tingimento de tecidos.

---

<sup>160</sup> Stols, *op.cit.*.

<sup>161</sup> I. Lopez Martin, *Embargo and protectionist policies. Early Modern Hispano-Dutch relations in the Western Mediterranean*, 1998, p. 192.

<sup>162</sup> A.H. Poelwijk, *“In dienste vant suyckerenbacken.” De Amsterdamse suikernijverheid en haar ondernemenrs, 1580-1630*, 2003, p. 54.

<sup>163</sup> Gustaaf Asaert, *1585: de val van Antwerpen en de uittocht van Vlamingen en Brabanders*, 2004, p. 84.

Em 1605, os mercadores flamengos de tecidos que se estabeleceram em Hamburgo, encontraram barreiras económicas impostas pelo governo luterano alemão. Em outros setores, como as refinarias de açúcar, não houveram problemas com a comunidade local, mas na confecção e no comércio de venda de tecidos, os flamengos não conseguiram se estabelecer. A causa deste problema foi a comunidade inglesa, os *Englisch Merchant Adventurers*, comerciantes de panos que mantinham fortes laços comerciais com o comércio local de Hamburgo, não abrindo espaço para os concorrentes flamengos. Foi esse o motivo principal que fez esses imigrantes procurarem mais uma vez por uma nova cidade para poderem praticar seu comércio, escolhendo cidades holandesas como Haarlem e Amesterdão<sup>164</sup>.

## **2.5 O crescimento económico e a mobilidade social na Amesterdão no século XVII**

A dinâmica do comércio é de modo geral composta por protagonistas que criam um ambiente de oferta e procura. No caso de Amesterdão, a procura e oferta do pastel até o final do século XVI era irrisória. Essa conjuntura muda com a presença dos imigrantes flamengos e portugueses sefarditas. Amesterdão torna-se, nos meados do século XVII, um dos centros do comércio transatlântico. Vários estudos já foram dedicados à influência dos imigrantes flamengos no crescimento económico da cidade de Amesterdão. Antes da chegada dos flamengos esta cidade portuária era insignificante para o comércio transatlântico, principalmente quando comparada com outras cidades do meridiano europeu como Antuérpia e Hamburgo. Vários pesquisadores que estudam este período debatem a problemática se Amesterdão teve seu crescimento devido à chegada dos imigrantes flamengos ou se a cidade já tinha todos os componentes necessários para um comércio transatlântico e, portanto, serviu de imã para os comerciantes de Flandres. A teoria de que Amesterdão já estava pronta para um crescimento e autonomia económica, é principalmente defendida por Oscar Gelderblom<sup>165</sup>. De acordo com este autor, Amesterdão já estava passando por um crescimento económico antes mesmo da chegada dos flamengos. Gelderblom

---

<sup>164</sup> Gustaaf Asaert, *op.cit.*, pp. 85-86.

<sup>165</sup> *From Antwerp to Amesterdão. The contribution of Merchants from the Southern Netherlands to the commercial expansion of Amesterdão (c. 1540-1609)*, 2003 e *Zuid-Nederlandse kooplieden en de opkomst van de Amesterdãose stapelmarkt (1578-1630)*, 2000.

argumenta que os historiadores que glorificam o papel dos flamengos no crescimento de Amesterdão baseiam-se na biografia de alguns personagens de renome, comerciantes da elite antuerpiana que enriqueceram depois de seu estabelecimento de seu comércio no território holandês<sup>166</sup>. Jonathan Israel, por sua vez, acredita que os flamengos ajudaram no desenvolvimento económico de Amesterdão, mas que este não foi o único fator importante<sup>167</sup>. Os flamengos entraram com o capital necessário para o crescimento da cidade cuja infraestrutura já estava preparada para o comércio com base em pilhagens e a navegação marítima. Também os preços baixos oferecidos para o carregamento marítimo pelas transportadoras holandesas, deixava seus concorrentes alemães e ingleses para trás<sup>168</sup>.

Outros autores também veem a combinação de diversos fatores, incluindo os imigrantes flamengos, como motivo do crescimento de Amesterdão. Os fatores que são mencionados variam entre desenvolvimentos económicos que vieram crescendo ao longo do século XVI, assim como a estabilidade política da recém-formada república<sup>169</sup>. O que faltava em Amesterdão, de acordo com De Vries e Woude, era o conhecimento do comércio transatlântico, sua rede comercial e o capital para investimentos<sup>170</sup>. Esses elementos só são encontrados em Amesterdão depois da chegada dos imigrantes flamengos. O historiador Jonathan Israel prova essa teoria argumentando a falta de um comércio transatlântico em Amesterdão no período entre 1585 e 1589. Nesses anos, os embargos espanhóis contra a República das Sete Províncias desmotivaram os imigrantes flamengos a se fixarem na nova nação. Quando os embargos foram abolidos, o estabelecimento de imigrantes vindos de Flandres para a República toma forma e o comércio com base em armazenamento de produtos para revenda, se estabelece em Amesterdão entre os anos de 1590 a 1609<sup>171</sup>.

Oscar Gelderblom tenta amenizar essa periodização de Israel. De acordo com esse autor, no período mencionado por Israel houve uma ascensão económica em Amesterdão, mas isso não quer dizer que Amesterdão no período entre 1580 e 1590

---

<sup>166</sup> Gelderblom, 2000, *op. cit.*, p. 18.

<sup>167</sup> Jonathan Israel, *Dutch Primacy in World Trade, 1585-1740*, 1989.

<sup>168</sup> *Idem*, pp. 18-25.

<sup>169</sup> J. De Vries e A. Van de Woude, *Nederland 1500-1815*, 1995, pp. 442-449.

<sup>170</sup> *Idem*, p. 443.

<sup>171</sup> Jonathan Israel, *op.cit.*, 1989, p. 18.

não tivesse demonstrado já um crescimento económico. Ele cita os dados coletados por Van Dillen – que serão estudados mais a fundo mais adiante neste trabalho – para mostrar que Amesterdão não foi abalada economicamente com os embargos espanhóis<sup>172</sup>.

Eddy Stols critica autores como Gelderblom e Lesger que se utilizam desses fatores favoráveis de uma cidade como Amesterdão. De acordo com Stols, alguns historiadores holandeses relativizavam o impulso decisivo desta imigração dos Países Baixos meridionais e insistiram mais no dinamismo próprio de Amesterdão e dos outros portos holandeses, anterior à crise de Antuérpia e baseado na sua especialização no comércio e transporte de trigo, de alimentos e de outras cargas de vulto, como madeiras e equipamento náutico<sup>173</sup>. Detrás desta “visão simplificadora” como Stols chama essa análise historiográfica de Lesger sobre a queda de Antuérpia escondem -se resquícios de uma *leyenda negra* hispânica muito enraizada e tenaz na historiografia belga<sup>174</sup>. Este olhar voltado somente para dentro da historiografia flamenga encaixa-se mal ao conceito de migração como um fenômeno antigo e quase natural e afinal um direito humano fundamental. Mesmo que os seus historiadores não possam nem queiram imaginar a normalidade de tantas passagens de fronteiras e de nacionalidades acumuladas e ainda menos de mestiçagens, estas experiências individuais ou de pequenos grupos valorizaram-se entrementes dentro de um novo enfoque historiográfico das viagens e das migrações<sup>175</sup>.

Stols enfatiza a importância de se ver a imigração como um “fenômeno antigo e quase natural e afinal um direito humano fundamental”<sup>176</sup>. Em períodos de guerra o êxodo humano aumenta, mas em períodos de paz o êxodo é menor, mas estável, indicando que sempre há fluxos de pessoas que avançam fronteiras nacionais. O comércio de pastel como matéria-prima essencial para a continuidade da manufatura

---

<sup>172</sup> Gelderblom, *op.cit.*, 2003, pp. 77-78.

<sup>173</sup> Clé Lesger, *Handel in Amesterdão ten tijde van de Opstand*, 2001.

<sup>174</sup> Eddy Stols, *Los imperios ultramarinos de Carlos V y Felipe II en la historiografia e imaginativa expansionistas belgas (1830 -1914)*, 2000, pp. 383-405.

<sup>175</sup> Leslie Moch, *Moving Europeans, Migration in Western Europe since 1650*, 1992. Antoni Maczak, *Travel in Early Modern Europe*, 1995. Isabel Mendes Drummond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição Portuguesa (Séculos XVI -XVII)*, Lisboa, 2002.

<sup>176</sup> Stols, *op. cit.*, 2014, p. 8.

têxtil mais importante do reino flamengo só pode persistir porque os laços sociais que já existiam puderam prosseguir mesmo debaixo das guerras entre nações. Para o produtor de pastel nos Açores, a religião ou nacionalidade de seu comprador era de menor importância do que seu rei deixava acreditar. Das palavras de Stols discordo somente do fato de ele chamar o fenômeno migratório de algo *quase* natural. O que Gelderblom esquece em seus argumentos redutores do impacto da imigração é que Amsterdão até então não comercializava diretamente com o Reino Ibérico, dado que explica porque Amsterdão não foi abalada com os embargos. Os produtos dos reinos hispânico e português que chegavam à Amsterdão, vinham até 1580, através dos portos flamengos. Esse comércio continuou chegando através de outros portos europeus para Amsterdão no período até 1590. Por serem produtos de luxo como o açúcar, o impacto para o dia-a-dia da população poderá não ter sido significativo. Gelderblom conclui que o comércio depois de 1578 abre para a França e Portugal<sup>177</sup>, fato que confere com a análise aqui presente de que houve uma mudança em Amsterdão graças à participação de imigrantes flamengos.

Encontra-se nesse diálogo acadêmico uma série de argumentos historiográficos usados para explicar a influência dos imigrantes flamengos para o crescimento de Amsterdão. Estes legitimam somente o estado econômico estável da cidade antes da chegada dos flamengos e não deslegitimam o crescimento exponente que houve a partir da chegada dos imigrantes com capital para grandes investimentos e conhecimento em setores comerciais que até então não eram explorados em Amsterdão.

No estudo aqui presente procuramos entender como os imigrantes flamengos tiveram uma influência – direta ou indireta – no comércio do pastel açoriano em Amsterdão. Neste sentido, colocamos como uma das questões centrais deste trabalho compreender se o comércio do pastel açoriano no século XVII com Amsterdão teria incidido se os imigrantes flamengos não tivessem se estabelecido em Amsterdão. Até o final do século XVI, a produção de tecidos e tingimento de Amsterdão era de pequeno porte, servindo somente para a demanda local. Em conjunto com a imigração humana em consequência dos conflitos político-religiosos, vê-se o deslocamento da produção têxtil flamenga e seu comércio nos finais do século XVI. Cidades europeias que já tinham

---

<sup>177</sup> Oscar Gelderblom, *op.cit.*, 2000, p. 26.

experiência com a manufatura de têxteis, viram a demanda por tecidos crescerem, assim como seus negócios e a concorrência no ramo. É dentro deste contexto histórico do movimento da produção têxtil flamenga e setores relacionados à sua produção e venda, que a procura pelo pastel em Amesterdão floresceu. Sem o deslocamento da produção têxtil flamenga para as cidades holandesas, pode-se concluir já de antemão que o crescimento na procura por plantas tintureiras na Holanda a partir de 1600 não ocorreria. Se o crescimento económico exponencial de Amesterdão a partir de 1590 se deu em decorrência dos imigrantes flamengos, é uma questão muito complexa para se responder com esta dissertação. Porém, a influência desses imigrantes para o comércio do pastel açoriano pode ser estabelecida com este estudo, contribuindo assim para o debate acadêmico.

No contexto do comércio do pastel, enquanto que Tolosa continuava a fornecer o pastel para a Europa, os Açores perdiam em parte sua clientela por causa da ruptura entre a Europa setentrional e o sul europeu. Somente a procura pelo pastel em Amesterdão não foi suficiente para atrair o comércio do pastel açoriano em meio aos embargos políticos entre a União Ibérica e a República das Sete Províncias Unidas. A chegada dos imigrantes flamengos fez com que a procura do pastel em Amesterdão aumentasse. Esses imigrantes levaram seus conhecimentos de produção e tingimento de tecidos, mas não tinham, todavia, uma rede de comércio diretamente com Portugal. Além de uma trégua nas sanções econômicas da União Ibérica, era necessário mercadores com conhecimentos e rotas de comércio e respaldo político com a monarquia portuguesa e os Açores. Judeus sefarditas portugueses vão de encontro às necessidades do recém-formado comércio de Amesterdão.

Central para o sucesso dos judeus de Amesterdão - e particularmente dos sefarditas - foi a sua capacidade comercial, um assunto que tem recebido atenção considerável nas últimas décadas<sup>178</sup>. Inevitavelmente, esses trabalhos têm muitas vezes uma missão geograficamente muito mais ampla, uma vez que Amesterdão era apenas um dos pontos em uma rede de comércio complexa e abrangente. Tentar analisar o

---

<sup>178</sup> Citam-se alguns estudos como Daniel Maurice Swetschinski, *The Portuguese Jewish merchants of seventeenth-century Amsterdam: a social profile*, 1980; Jonathan Israel, *Sephardic Immigration into the Dutch Republic, 1595-1672*, 1989 e Noah L. Gelfand, *A people within and without: International Jewish commerce and community in the seventeenth and eighteenth centuries Dutch Atlantic world*, 2008.

tráfico comercial europeu no século XVII estudando somente um dos portos de comércio não nos traz uma compreensão genérica destas rotas comerciais. Assim, a presença do pastel açoriano em Amesterdão nos dá um indicativo do seu comércio, mas não conseguirá fazer uma análise geral do movimento do pastel neste período. O mesmo presenciamos nos resultados da pesquisa de Maria Rocha Gil. Mesmo assim, cada pedaço da historiografia tem a sua importância para uma futura análise mais ampla.

Vários outros autores dedicaram-se aos estudos dos judeus sefarditas nos Países Baixos. Jonathan Israel analisa as formas como a mudança nas relações entre a Monarquia Hispânica e os Países Baixos ajudou a facilitar o rápido crescimento das comunidades sefarditas holandesas durante a primeira metade do século XVII<sup>179</sup>. Este autor que também dedicou estudos aos imigrantes flamengos, escreveu diversas obras sobre os sefarditas e monografias de personagens importantes da comunidade em Amesterdão como Jerónimo Nunes da Costa e seu pai<sup>180</sup>, lideranças da comunidade judia com fortes laços políticos com a monarquia portuguesa. Wim Klooster destacou igualmente a importância de Amesterdão como ponto de interação para judeus e conversos na Península Ibérica e no Brasil<sup>181</sup>. Roitman concentrou-se no comércio realizado pelos sefarditas de Amesterdão entre 1595 e 1640<sup>182</sup>.

O movimento migratório dos judeus sefarditas portugueses para Amesterdão não conhece um momento fixo na história. Foram vários os momentos em que grupos de judeus escolheram Amesterdão para sua moradia e também a deixou para trás em busca de novas oportunidades. Há certos marcos históricos, porém, que impulsionaram esses movimentos. Primeiramente durante os conflitos entre Flandres e a Monarquia Hispânica, culminando com a queda da Antuérpia. Antuérpia abrigava uma população

---

<sup>179</sup> Jonathan Israel, *Sephardic Immigration into the Dutch Republic, 1595-1672*, 1989, pp. 45-53.

<sup>180</sup> Jonathan Israel, *An Amsterdam Jewish merchant of the golden age: Jeronimo Nunes da Costa (1620-1697), agent of Portugal in the Dutch Republic*, 1984, pp. 21-40; e *Duarte Nunes da Costa (Jacob Curiel), of Hamburg, Sephardi nobleman and communal leader (1585-1664)*, 1987, pp 14-34.

<sup>181</sup> Wim Klooster, *Communities of port Jews and their contacts in the Dutch Atlantic World*, 2006, pp. 129-145.

<sup>182</sup> Jessica Roitman, *The same but different? Inter-cultural trade and the Sephardim, 1595-1640*, 2011

de mercadores sefarditas portugueses, comerciantes em artigos de luxo como a seda italiana, jóias, pérolas e diamantes<sup>183</sup>.

O grupo que chegou em Amesterdão foi uma minoria dentro do grande êxodo antuerpiano. A maioria destes imigrantes escolheram outros países, pois Amesterdão não tinha um mercado grande para a venda de artigos de luxo. Amesterdão era constituída por mercadores com investimentos no comércio marítimo de artigos de primeira necessidade como sal, trigo e tecidos. A grande maioria dos sefarditas fixou-se em Colónia, onde puderam continuar alguns dos seus negócios. Mesmo assim, o número que saiu de Antuérpia parece ser pequeno. De acordo com Swetschinki somente 25 por cento dos judeus de Antuérpia escolheram migrar, e muitos até voltaram à Antuérpia no final do século XVI quando a estabilidade tinha retornado depois da vitória espanhola<sup>184</sup>. Esses números indicam que os judeus de Antuérpia não tinham problemas com a política católica do Reino Ibérico pois não haviam ameaças de inquisição para os judeus em Flandres. O mais importante era poder dar continuidade ao comércio.

Durante o período entre 1585 e cerca de 1610, os conflitos entre as Províncias e A União Ibérica forçaram os comerciantes a procurar rotas alternativas para seu comércio com Portugal. O historiador Swetschinki afirma que durante este período, pequenos grupos de mercadores sefarditas portugueses se fixaram em portos como Ruão, Midelburgo, Vlissingen, Londres, Hamburgo, Emden e Amesterdão, concentrando-se em sua maioria em Livorno e Veneza de onde comercializavam com Amesterdão em nome de familiares em Portugal<sup>185</sup>. De acordo com ele, a pressão para abrir novos mercados para produtos portugueses – principalmente açúcar, mas também outros produtos de exportação tradicionais – e manter o fornecimento de certos produtos básicos como cereais para Portugal, ajudou a criar novas oportunidades comerciais, principalmente para os comerciantes portugueses fora de Antuérpia.

Porém nem todos os portos estavam prontos para o estabelecimento de uma nova comunidade de mercadores. A cidade de Ruão, por exemplo, só tinha importância

---

<sup>183</sup> Jonathan Israel, *op. cit.*, 1989, p. 51.

<sup>184</sup> Daniel Swetschinki, *Reluctant cosmopolitans: the Portuguese Jews of seventeenth-century Amsterdam*, p. 55.

<sup>185</sup> Daniel Swetschinki, *op.cit.*, 2002, pp. 76-78.

para o comércio limitado com outras cidades da França e Londres e não era muito hospitaleira para refugiados estrangeiros.

A formação das Províncias Unidas dos Países Baixos em 1579 e as divisões políticas e religiosas da Revolta Holandesa (c. 1566-1648) criaram um ambiente mais flexível e tolerante para aqueles com diferentes perspectivas religiosas. O tratado de Utrecht estipulou que nenhuma pessoa no território da república holandesa seria perseguida por motivos de convicção religiosa. Esse tratado teve em primeiro lugar a intenção de evitar um fluxo migratório dos católicos holandeses para outras nações, mas acabou por atrair os judeus e cristãos-novos que eram perseguidos pela nação Ibérica, que desde de 1588 eram permitidos comercializar em terras holandesas<sup>186</sup>. Todas as religiões eram bem-vindas sob a condição de que seus cultos não fossem praticados ao ar livre e que suas casas religiosas não fossem vistas na área pública. Igrejas católicas foram tomadas pelos protestantes. Suas missas eram pregadas em igrejas escondidas, em prédios comuns sem estátuas ou crucifixos nas fachadas.

Para a comunidade judaica, a tolerância foi mais restrita. Inicialmente os judeus não podiam fazer parte de uma guilda, ou seja, uma sociedade de trabalhadores que exerciam a mesma profissão. Somente membros de guildas poderiam trabalhar em certos setores ou iniciar algum negócio no setor como abrir uma fábrica de tecidos ou uma oficina de tingimento. Inclusive uma loja para a venda de produtos era proibida. Cidades comerciantes dos Países Baixos como Middelburgo e Vlissingen perderam as suas vantagens comerciais depois de serem proibidas pelos Estados Gerais das Sete Províncias de comercializar com a Monarquia Hispânica. Somente Hamburgo floresceu como entreposto comercial onde judeus puderam exercer sua profissão quase que plenamente<sup>187</sup>.

Aos poucos as proibições com relação aos judeus vão se amenizando, por vezes por iniciativa das cidades que exerciam o comércio transatlântico, indo assim contra as regras nacionais. A partir de 1598 prefeitos de Amsterdão aceitam que mercadores portugueses que sejam *verdadeiros cristãos* comprem a cidadania de Amsterdão, ou seja, somente judeus que se converteram para o cristianismo poderiam comprar a

---

<sup>186</sup> Arend Huussen, *The legal position of the Jews in the Dutch Republic 1590-1796*, p. 26.

<sup>187</sup> Daniel Swetschinki, *op.cit.*, p. 65.

cidadania. Nesse período a discriminação perante os judeus ainda estava presente, apesar do crescimento da comunidade na cidade. Em 1606 e 1608 são negados os pedidos da comunidade judaica para a construção de um cemitério na cidade. A comunidade, em um período onde religião e funeral estavam conectados entre si, não tinha um local para enterrar seus mortos. A solução foi construir um cemitério na cidade vizinha a Oudekerk aan de Amstel (1614)<sup>188</sup>. A comunidade protestante foi contra o crescimento da comunidade judaica. Em 1611 membros da igreja reformada avisam às autoridades da presença de uma escola judaica entre a tinturaria o *sweet peert* - o cavalo preto - e *morgenroot* – a manhã avermelhada. Os prefeitos não intervêm<sup>189</sup>. Um ano mais tarde os mesmos prefeitos proibiram a nação portuguesa de utilizar uma casa que tinham construído como sinagoga. Essa decisão foi tomada sob pressão de fora, com a intervenção do ministro espanhol em Bruxelas, o marques de Guadeleste.

Durante o período de trégua (1609-1621), Amesterdão voltou a comercializar com a União Ibérica. Esses imigrantes vinham de diversas cidades europeias e tinham em comum a sua descendência portuguesa<sup>190</sup>. Até mesmo os judeus que tinham ficado em Antuérpia, decidiram agora locomover-se<sup>191</sup>. Comunidades em outros portos como Ruão, Emden e Londres desapareceram completamente nessa fase<sup>192</sup>.

Judeus portugueses em Amesterdão continuaram comercializando produtos portugueses através dos portos de Livorno e Veneza com destino a Amesterdão<sup>193</sup>. Amesterdão também comercializava diretamente com os portos portugueses e retomou o comércio do Levante<sup>194</sup>. Também cristãos novos abastados de Madrid e Antuérpia se deslocaram para Amesterdão<sup>195</sup>. Com a presença cada vez maior de refinarias de açúcar em Amesterdão, o açúcar se tornou um produto cobiçado<sup>196</sup>. Outros produtos que

---

<sup>188</sup> *Resolutieboek burgermeesters en oud-burgermeesters, volume A, 1603-1649*, fol. 7 e 10, Citado em J.G. Van Dillen, *op.cit.*.

<sup>189</sup> E.M. Koen, *The earliest sources relating to the Portuguese Jews in the municipal archives of Amesterdão up to 1620*, 1970, p. 36.

<sup>190</sup> Jonathan Israel, *op.cit.*, 1989, p. 50.

<sup>191</sup> Jonathan Israel, *op.cit.*, 1989, p. 51.

<sup>192</sup> Jonathan Israel, *op.cit.*, 1989, p. 51.

<sup>193</sup> Daniel Swetschinki, *op.cit.*, p. 67.

<sup>194</sup> Jonathan Israel, *op.cit.*, 1989, p. 82.

<sup>195</sup> Jonathan Israel, *op.cit.*, 1989, p. 74.

<sup>196</sup> Jonathan Israel, *op.cit.*, 1989, p. 116 e Yda Schreuder, *The Atlantic sugar trade at the end of the seventeenth century*, 2018.

vinham diretamente de Portugal nesse período, são o pau-brasil e o tabaco<sup>197</sup>. Diamantes, um comércio específico da comunidade sefardita, encontrou em Amsterdão compradores. Nesse período notamos uma nova ascensão no número de imigrantes judeus na cidade.

## 2.6 O uso do pastel e seu comércio em Amsterdão

Vejamos a situação do tingimento de tecidos em Amsterdão no ano de 1542. Neste ano, a prefeitura da cidade emprestava dinheiro a um grupo de tinteiros para a construção de uma tina comunitária para o tingimento de tecidos. O grupo se comprometia a retornar o dinheiro em prestações mensais. Esse fato é demonstrativo da situação da cidade nos meados do século XVI. A falta de capital para investimentos comerciais inibia o crescimento econômico da cidade. A cidade era ainda pequena, com cerca de 30.000 habitantes e concentrava sua economia na compra e venda de produtos com o mar Báltico. O armazenamento de produtos vindos de fora com destino às cidades portuárias deste mar e vice-versa era a principal economia da cidade nos meados deste século.

A única produção local era de produtos necessários para o transporte marítimo à distância, como a produção de navios, a cerveja e o arenque salgado. Produtos que Amsterdão transportava para as cidades portuárias do mar Báltico eram o sal, o arenque, tecidos holandeses e produtos ibéricos como frutas secas e vinho. Os produtos ibéricos não iam diretamente para Amsterdão, mas eram comprados nas cidades flamengas de Bruges ou Antuérpia. Somente o sal vinha diretamente de Setúbal. Na volta do mar Báltico os navios carregavam grãos, madeira, piche, alcatrão e potássio. O potássio era usado para o tingimento de tecidos. A madeira, o piche e o alcatrão eram matérias-primas usadas na construção de barcos.

Os tecidos que eram exportados através dos armazéns de Amsterdão, eram em sua maioria originados em outras cidades holandesas como Haarlem e Leiden. Na própria cidade havia uma produção de tecidos de 12.000 panos de lã ao ano<sup>198</sup>, tanto

---

<sup>197</sup> Jonathan Israel, *op.cit.*, 1984, p. 23.

<sup>198</sup> Guicciardini, vert. Kiliaen, Amsterdão, 1612, p. 211. Citado em: H. Brugmans, *Handel en nijverheid van Amsterdão in de zeventiende eeuw*, 1901, p. 11.

para o consumo próprio como para a exportação. A produção era mínima, e os recursos eram escarços. Para a construção de uma tina comunitária era necessário o subsídio do governo local e os salários eram baixos o que acarretava descontentamentos dos trabalhadores na área<sup>199</sup>. A grandeza da produção de tecidos de Amesterdão é medida através da comparação com outras cidades holandesas cuja manufatura têxtil envolvia uma grande parte da economia local.

Esse contexto, todavia, mudou totalmente no início do século XVII. No comércio do pastel açoriano a partir de 1640, verifica-se a presença de judeus sefarditas portugueses como intermediários do comércio entre Portugal e as Províncias Unidas. Os judeus da Península Ibérica foram em diferentes períodos da história perseguidos pelos reis católicos. Um pequeno número de conversos sefarditas haviam se estabelecido em Amesterdão a partir de 1593 e, a princípio, foram obrigados, pelo menos oficialmente, a continuar a se portar como cristãos<sup>200</sup>. A sua experiência mercantil, as extensas redes e a relutância em causar problemas às autoridades governamentais contribuíram todavia para uma aceitação crescente destes emigrantes. O culto judaico inicialmente ocorria em privado, mas em 1612 a comunidade foi autorizada a transformar uma casa privada em sinagoga, uma primeira indicação de uma aceitação mais formal da sua presença como judeus<sup>201</sup>.

A captura da Antuérpia pelas tropas espanholas gerou um êxodo massivo de comerciantes, artesãos e outros trabalhadores para a Holanda, Zeelandia e o nordeste alemão. Fazia parte deste êxodo a comunidade portuguesa de cristãos novos que moravam em Flandres nesse período. Os portugueses deslocaram-se para Colônia e outras cidades do nordeste alemão e em menor quantidade para Bordeaux, Ruão e Londres<sup>202</sup>, deixando as Províncias Unidas no primeiro momento de lado. A rede de comércio dos judeus sefarditas se estendeu por todos os espaços geográficos dos impérios português e castelhano, assim como por várias cidades portuárias europeias. Depois que o comércio flamengo já estava consolidado em Amesterdão, os

---

<sup>199</sup> Em 1559 os tecedores reclamavam dos baixos salários. A prefeitura dá um aumento de dois centavos. Em: *Resolutiën*, p. 188.

<sup>200</sup> E.M. Koen, *op.cit.*, 1970.

<sup>201</sup> Kenneth Austin, *The Jews and the reformation*, 2020.

<sup>202</sup> Jonathan Israel, *op. cit.*, 1989, p. 49.

comerciantes sefarditas fixaram e tiveram um papel importante no comércio entre Portugal e Amesterdão e na formação e comércio do Brasil Holandês. Nos dados do comércio do pastel, vimos que esse grupo teve uma importância em seu comércio. Contudo, permanece a dúvida sobre o momento a partir do qual esses imigrantes começaram a desenvolver esse comércio e quem foram os agentes que ajudaram neste processo.

**CAPÍTULO 3**

**A PRODUÇÃO TÊXTIL E O COMÉRCIO DE PASTEL NA AMESTERDÃO DO**

**SÉCULO XVII**

**PESQUISA E ANÁLISE DE DADOS**

### 3.1 Imigrantes flamengos e o crescimento dos têxteis em Amesterdão

O historiador J.G. van Dillen fez um levantamento das principais profissões exercidas em Amesterdão de 1510 a 1672<sup>203</sup>. Esse levantamento é importante pois é indicativo da distribuição de trabalhadores e seus ofícios e ajuda-nos a compreender a economia local neste período. O historiador baseou seu levantamento nos livros de registo de cidadãos (*poorterboeken*). Também chamado de burgueses, um cidadão é aquele que se regista como morador de uma cidade, adquirindo acesso à privilégios que a cidade lhes oferece<sup>204</sup>. Existia também a possibilidade de morar na cidade sem se registrar como cidadão. Essas pessoas não tinham os direitos que os cidadãos tinham, não podendo por exemplo abrir um negócio na cidade ou fazer parte do conselho municipal. A maioria dos trabalhadores sem especialidade em um ramo profissional, não eram registrados como cidadãos. Esses trabalhadores desempenharam grande parte do trabalho braçal na cidade, exercendo função como carregadores de produtos nas docas, vendedores ambulantes, empregadas domésticas e trabalhando nas diversas oficinas da cidade (figuras 5 e 6).

Indivíduos que desejavam exercer uma profissão ou acessar os privilégios da cidade, deveriam adquirir sua cidadania. Por volta de meados do século XVII, os custos para a aquisição da cidadania era cinquenta florins, um custo que estava acima do poder aquisitivo de pessoas com uma baixa renda como trabalhadores de mão-de-obra braçal<sup>205</sup>.

Nos livros de registo de novos cidadãos, três tipos se distinguem. Em primeiro lugar, os burgueses nativos, ou seja, os filhos de seus moradores<sup>206</sup>. Em segundo, os burgueses casados: homens de outros sítios que adquiriram cidadania por matrimônio<sup>207</sup>. Por fim, a cidadania comprada: estrangeiros que compraram sua cidadania<sup>208</sup>. Somente 3 livros de registo de cidadãos até o ano de 1655 foram

---

<sup>203</sup> J.G. van Dillen, *Bronnen tot de geschiedenis van het bedrijfsleven en het gildewezen van Amsterdam*, 1929.

<sup>204</sup> Para maior compreensão do conceito de cidadania nos Países Baixos, veja-se: Karin Tilmans, *The Dutch concept of the Citizen: from the Early Middle Ages till the 21st century*, 2004; Harald Hendrix e Marijke Meijer Drees, *Beschaafde burger: burgerlijkheid in de vroegmoderne tijd*, 2000.

<sup>205</sup> *Idem ibidem*.

<sup>206</sup> J.G. van Dillen, *op.cit.*, vol. 1, p. XXII.

<sup>207</sup> *Idem ibidem*.

<sup>208</sup> *Idem ibidem*.

preservados. Um deles contém os cidadãos nascidos ou casados durante os anos de 1648-1655. Os outros dois contém o nome de pessoas que compraram a cidadania, entre o período de 1584-1605 e 1636-1652. Além dos livros de registo, Van Dillen usou o índice de pessoas que pagaram as taxas para adquirir a cidadania e que aparecem nas contas municipais dos anos entre 1531 e 1569, aprimorando assim a sua coleta de dados. Devemos, mesmo assim, concluir que esses dados estão incompletos e que eles nos permitem somente adotar conclusões indicativas de sua proporção e representatividade.

Vejamos primeiramente a percentagem dos têxteis na economia de Amesterdão até 1606. Usamos essa data pois condiz com os registos presentes no arquivo municipal de Amesterdão e levantados por Van Dillen. Na tabela 1 vemos o número de novos cidadãos que se registaram na cidade de Amesterdão entre 1531 e 1606 cuja profissão era o trabalho na produção têxtil. Nas estatísticas apresentadas pelo autor, vemos que as manufaturas têxteis sempre atraíram novos moradores para a cidade. Lembramos aqui que esta atividade englobava vários setores da fabricação de produtos, como a produção manual do fio de lã, a confecção do tecido e o tingimento do mesmo. A alfaiataria de roupas é designada como um ramo de comércio separado.

*Tabela 1 - Número de profissionais da produção têxtil em comparação com o número total de cidadãos novos registados em Amesterdão no livro de registos de nova cidadania no período entre 1531 e 1606. Nesse registo não estão presentes a mão-de-obra desqualificada. Fonte: J.G. Van Dillen, Bronnen tot de geschiedenis van het bedrijfsleven en het gildewezen van Amsterdam, 1929.*

<b>Período</b>	1531- 1539	1540- 1549	1550- 1559	1560- 1569	1570- 1579	1580- 1589	1590- 1599	1600- 1606
<b>Trabalhadores da manufatura têxtil</b>	13	35	42	44	36	134	179	186
<b>Total Novos Cidadãos</b>	261	403	626	699	597	1164	1826	3302

Esses números são indicativos da proporção da produção têxtil em Amesterdão antes da formação da República das Sete Províncias Unidas (1581) e durante os seus primeiros vinte e cinco anos (1581-1606). Aqui vemos que a partir dos conflitos entre

Flandres e A Monarquia Hispânica, o número de trabalhadores que chegam para trabalhar nesta atividade em Amesterdão aumenta de 6% para 11% do total de imigrantes que adquirem o status de cidadão. Esse número é ainda mais ostensivo se levarmos em conta que o número de imigrantes nesta época quase que duplicou, passando de 597 imigrantes no período de 1570-1579 para 1164 no período de 1580 a 1589. Na década seguinte (1590-1599) a percentagem de trabalhadores afetos a essas manufaturas decaiu levemente para 9,8%, voltando para 6% nos cinco anos restantes (1600-1606). Mesmo com essa decaída, o número de indivíduos ainda era maior que no período anterior aos conflitos no condado de Flandres. Além desses números, o estudo de J. van Roey sobre a profissão de antuerpianos em Amesterdão nos anos de 1584 e 1585, mostra-nos que um quarto desses imigrantes trabalhavam no setor têxtil<sup>209</sup>. Esse número acrescenta mais vestígios de que esse setor industrial em Amesterdão cresceu nesse período com a vinda dos imigrantes flamengos.

É difícil saber qual foi a importância das unidades de produção têxtil na cidade. Porém, uma arrecadação de impostos, necessária para cobrir as despesas extras do governo em 1631<sup>210</sup>, nos traz uma ideia da riqueza da elite da cidade e seu ramo de comércio. Chamado de o 200<sup>o</sup> centavo, o imposto era pago de acordo com o poder aquisitivo de cada um e compreendia meio por cento do poder aquisitivo<sup>211</sup>. Somente as famílias cujos bens e valores estavam acima de cinco mil florins eram indiciados a pagar o docentíssimo. Para isso foi necessário registrar o capital dessas famílias, nos provendo de uma fonte importante de capital em Amesterdão no século XVII. Nessa lista encontramos 545 famílias com forte poder aquisitivo em Amesterdão. Na lista encontramos especificados 24 compradores de tecido (4,4%), 14 compradores de tecidos de seda (2,5%) e 7 tingidores (1,3%). O grupo maior (253 famílias) indicou como profissão o comércio (46,4%). Não sabemos, porém, que mercadorias exatamente comercializavam, podendo ser o comércio diversificado. Das 545 famílias, 158 famílias (29%) não indicaram sua profissão.

---

<sup>209</sup> J. van Roey, *De sociale structuur en de godsdienstige gezindheid van de Antwerpse bevolking op de vooravond van de Reconciliatie*, citado em Oscar Gelderblom, *op.cit.*, 2000, pp. 63-64.

<sup>210</sup> *Kohier van de 200<sup>e</sup> penning* de 1631.

<sup>211</sup> J.G. van Dillen, *op.cit.*, vol. 2, p. XXXVII.

Na lista de pessoas com grande poder aquisitivo, não encontramos nenhum fabricante de tecidos, fato que afirma a conclusão que esse ramo em Amesterdão não era lucrativo a ponto de enriquecer seu dono. Isso não significa que a produção de tecidos não era de grande porte. O volume desta atividade era proporcionalmente elevado, mesmo não sendo o principal comércio da cidade e não devolvendo aos seus investidores os lucros desejados. Quatro quintos dos tecidos holandeses eram produzidos com lã espanhola e uma boa parte dos tecidos eram vendidos de volta à Monarquia Hispânica, prática que foi contínua até o século XVIII<sup>212</sup>. A lã espanhola era vista como uma lã inferior, comparada com a lã inglesa, mas de melhor qualidade que a lã holandesa<sup>213</sup>. Os tecidos confeccionados em Amesterdão eram por isso designados para o setor médio da sociedade hispânica, não retornando os mesmos lucros que produtos para uma elite poderiam oferecer. Os produtores de tecidos em Amesterdão tentaram comprar a lã inglesa para a confecção de tecidos de melhor qualidade.<sup>214</sup> O reino inglês, vendo que esse comércio traria danos ao comércio de tecidos inglês, tomou medidas proibindo a exportação da lã inglesa, assim como a compra de tecidos estrangeiros<sup>215</sup>. Essa medida atrapalhou o comércio de Amesterdão que resolveu então focar seu comércio no tingimento dos tecidos<sup>216</sup>.

Alguns autores afirmam que a produção têxtil de Amesterdão era de pouca renda, principalmente em comparação com unidades transformadoras de outras cidades da República como Leiden e Haarlem<sup>217</sup>. Ao mesmo tempo, o setor têxtil teve um papel importante para a economia da comunidade, pois gerava empregos para o segmento mais pobre. Não há muitos estudos sobre trabalhadores não-especializados, mas Amesterdão era uma cidade grande que também atraiu imigrantes sem capital. Para essas pessoas foi necessário criar empregos rapidamente onde não houvesse pré-requisitos profissionais. Em 1618 a Companhia de Confecção de Tecidos, encabeçada por Cornelis van Tongerloe é compensada pela prefeitura por suas perdas ao tentar acolher e dar trabalho a muitos pobres da cidade e não recebendo retornos financeiros

---

<sup>212</sup> H. Brugmans, *op.cit.*, 1901-1904, p. 201.

<sup>213</sup> *Idem ibidem*.

<sup>214</sup> *Idem ibidem*.

<sup>215</sup> *Idem ibidem*.

<sup>216</sup> *Idem ibidem*.

<sup>217</sup> Vejamos em Van Dillen, *op.cit.*, vol. 2, p. XII e Posthumus

na venda dos produtos<sup>218</sup>. Vendo desta perspectiva, concluímos que o setor de confecção de tecidos não era rentável. Porém, para a sociedade de modo geral, esse setor conseguiu manter muitas famílias de trabalhadores com um mínimo básico, desempenhando um papel social importante.

Quem realmente lucrou com os têxteis foram os revendedores de tecidos que compravam os panos, mandava-os tingir e os revendiam<sup>219</sup>. Esses comerciantes, especializados na compra e venda de panos, encontraram em Amesterdão o lugar ideal para o seu comércio. As manufaturas de tecidos não eram suficientes para o fornecimento de panos na quantidade desejada<sup>220</sup>. Também a qualidade do tecido holandês era inferior à qualidade dos tecidos ingleses que eram cobiçados pelas elites europeias. O desenvolvimento de um comércio transatlântico no século XVII no porto de Amesterdão, foi para estes comerciantes crucial para o desenvolvimento deste empreendimento. Comerciantes lucravam, negociando preços acessíveis com os vendedores de pano. Em Amesterdão, entravam tecidos ingleses, flamengos e alemães, todos sem tingimento<sup>221</sup>. Somente da Inglaterra entraram em Amesterdão na primeira quinzena do século XVII, 80.000 peças de tecidos ingleses, enquanto que a produção local era de aproximadamente 12.000 panos ao ano<sup>222</sup>.

Depois de recebê-los, o comerciante mandava-os tingir, contratando os serviços dos tingidores da cidade<sup>223</sup>. Se algo ocorresse com o pano no momento da coloração, o responsável pela perda do produto era o tingidor. O vendedor de tecidos não corria, portanto, muitos riscos em seu negócio, podendo assim desfrutar de um comércio estável onde sempre havia compradores, pois, a necessidade de vestimentas sempre era constante. Uma parte destes tecidos serviam também de mercadoria para o comércio com outras nações como Portugal e mais tarde, no século XVII, diretamente

---

<sup>218</sup> J.G. van Dillen, *op.cit.*, vol. 2, pp. 280-281.

<sup>219</sup> J.G. van Dillen, *op.cit.*, vol 2, p. XXII.

<sup>220</sup> H. Brugmans, *op.cit.*, 1901-1904, p. 201.

<sup>221</sup> J.G. van Dillen, *op.cit.*, vol 2, p. XXI.

<sup>222</sup> H. Brugmans, *op.cit.*, 1901-1904, p. 201.

<sup>223</sup> J.G. van Dillen, *op.cit.*, vol 2 p. XXI-XXII.

com os portos da África<sup>224</sup> e as Américas<sup>225</sup>, concorrendo com o domínio português. Até 1654 ainda era comum tecidos ingleses serem transportados para Amesterdão, lá serem tingidos e depois retornados para a Inglaterra<sup>226</sup>. Algo que favoreceu as tinturarias em Amesterdão, foi o fato de os ingleses até o início do século XVII não saberem tingir tecidos<sup>227</sup>. Somente quando começaram a vir tecidos tingidos da Inglaterra é que a produção tintureira teve problemas. Em 1616 os ingleses tentam vender tecidos tingidos tanto em Amesterdão como na província de Zeelandia. Em ambas as cidades comerciantes protestam contra esse comércio, tentando convencer os prefeitos do prejuízo e danos que este negócio fará para a produção local<sup>228</sup>. Mesmo assim os prefeitos decidem aceitar os tecidos ingleses. No ano de 1618, vendedores de tecidos declaram obter menos lucros em suas empresas no ano anterior por causa do conflito com os ingleses, mas também devido ao alastrar das pestes, que atingiram toda a Europa de forma severa<sup>229</sup>.

O comércio de compra e tingimento de tecidos era um ramo econômico de grande tamanho e importância em Amesterdão. Prova disso é uma exceção que os Estados Gerais – o parlamento da República – fez em 1631 para a cidade. Em nova regulamentação sobre a metragem de tecidos antes do tingimento, indicava-se que todos os tecidos deviam ser molhados antes de tomar a medida para testar se os mesmos não iam encolher depois de secos. A lei nacional ditava que todos os tecidos ingleses que pela manhã tinham sido molhados, deveriam no mesmo dia ser medidos, menos na cidade de Amesterdão “*por causa do seu grande comércio*”<sup>230</sup>.

Como vimos anteriormente, o setor de tecidos é, na verdade, uma gama de empresas especializadas que necessitam umas das outras para o sucesso do setor. Em Amesterdão, o setor têxtil pode crescer por abrigar todos os setores necessários em sua cidade. Assim, o mercado de empilhamento da cidade serviu para armazenar as grandes

---

<sup>224</sup> Sobre o relacionamento dos flamengos com a África no século XVI, vejamos a obra de Jean Denucé, *L’Afrique au XVIe siècle et le commerce anversois*, 1937.

<sup>225</sup> Sobre o relacionamento dos flamengos com o Brasil, cita-se Hermann Kellenbez, *Relações económicas entre Antuérpia e o Brasil no século XVII*, 1968.

<sup>226</sup> H. Brugmans, *op.cit.*, 1901-1904, p. 202.

<sup>227</sup> t.a.p. I, p. 473, citado por H. Brugmans, *op.cit.*, 1901-1904, p. 201

<sup>228</sup> *Resolutie der Vroedschap* 10 p. 334-336. In Van Dillen vol. 2: pp. 164-166.

<sup>229</sup> NA 381, f. 151 e f. 153 April 1618, notário Nicolaas Jacobs.

<sup>230</sup> *Groot Memoriaal* 3, f. 122, 30 de junho 1631.

quantidades de tecidos ingleses que chegavam aos seus portos. As lojas de tintas abasteciam as tinturarias de matéria-prima. Mercadores estrangeiros, por sua vez, traziam as matérias-primas necessárias para a cidade e transportavam os tecidos tingidos para outros territórios. Podemos assim concluir que dentro da produção têxtil, Amsterdão ficou especializada na compra de tecidos estrangeiros, seu tingimento e redistribuição.

O setor têxtil entre 1531-1606 é, no inventário de Van Dillen, subdividido em profissões condizentes com os ramos específicos. Foram registradas nesse período quarenta e duas profissões<sup>231</sup>. Dessas profissões, sete delas eram relativas ao tingimento de tecidos, sendo elas: tingidor de veludo (1); tingidor de barbante (1); fabricante/fazedor de tinta (1); tingidor (25); tingidor de seda (2); tingidor de pano de avental azul (1) e tingidor de azul (3)<sup>232</sup>. Os números em parênteses representam o número de profissionais registrados no período entre 1531 e 1606. Nota-se que somente os tingidores de azul se distinguiram dos demais tingidores. Não se sabe com que cores trabalhavam os indivíduos que se registravam como *'tingidores'*. Concluímos aqui que essas pessoas poderiam trabalhar no tingimento de qualquer cor, não tendo uma especialização particular.

Dos quatro especialistas em tingimento com corante azul, dois chegaram à Amsterdão entre o período entre 1531 e 1579. Os outros dois chegaram à cidade vinte e cinco anos depois, ambos no ano de 1604<sup>233</sup>. Nos arquivos notariais encontramos os nomes desses dois tingidores e sua cidade de origem. São eles: Hans Mommer e Alewijn de Clerck, ambos da cidade de Antuérpia e registados em Amsterdão somente com alguns meses de diferença. O nome dos outros dois especialistas não foram encontrados.

De início, a aprovação de novos negócios era feita sem grandes processos burocráticos. Comércio ilegais foram admitidos como medida temporária até que a cidadania e o ingresso para a guilda fossem adquiridos. Como vimos anteriormente, os imigrantes que se encontravam no registo de novos burgueses da cidade, não

---

<sup>231</sup> J.G. van Dillen, *Bronnen tot de geschiedenis van het bedrijfsleven en het gildewezen van Amsterdão*, 1929, vol. I, p. xlix.

<sup>232</sup> J.G. van Dillen, *op.cit.*, 1929, vol. I, p. xlix.

<sup>233</sup> J.G. van Dillen, *op.cit.*, 1929, vol I, p. XLIX.

representam o número total de novos moradores. O registo de cidadania não era obrigatório<sup>234</sup>, porém somente pessoas registadas poderiam exercer profissões especializadas coordenadas por uma associação de comerciantes: a guilda<sup>235</sup>. Uma guilda é definida pelo Dicionário da Língua Portuguesa como uma “associação na Idade Média que agrupava indivíduos com o mesmo ofício, que se uniam para proteger seus interesses comuns”<sup>236</sup>. Em Amesterdão, essa associação de trabalhadores mantinha todos os direitos de explorar seu setor dentro dos muros da cidade, garantindo para seus membros o monopólio econômico<sup>237</sup>. As guildas zelavam também pela uniformidade da qualidade dos produtos fabricados, garantindo assim que o produto fornecido não decepcionava o consumidor<sup>238</sup>. Para se tornar membro de uma guilda era preciso estar registado como cidadão<sup>239</sup>. O fato de os tingidores optarem pelo registo é porque sentiram a necessidade de terem os direitos de cidadão da cidade. Estes – ou seus contratantes –, tinham capital suficiente para sua inscrição. Sem o registo, a profissão não podia ser exercida. Em Amesterdão, existiam 21 guildas no século XVII<sup>240</sup>. No início do século havia somente uma guilda para todos os trabalhadores no setor de tecidos. Em 1626 os tingidores de tecido de seda fundam uma guilda somente para este grupo. Em 1665 funda-se finalmente uma guilda para todos os tintureiros de tecidos<sup>241</sup>. O imigrante deveria pagar para o seu registo, excluindo assim a população pobre sem capital para investir no registo<sup>242</sup>. O que vemos aqui, portanto, são profissionais cujo conhecimento era essencial para a boa qualidade do tingimento dos tecidos. Trabalhadores que executavam trabalhos sem qualificação ou experiência prévia, não necessitavam estar registrados na guilda<sup>243</sup>.

---

<sup>234</sup> J.G. van Dillen, *op.cit.*, vol. 1, p. XXII-XXIII.

<sup>235</sup> *Idem ibidem*.

<sup>236</sup> *Dicionário da Língua Portuguesa, Academia das Ciências de Lisboa*, acesso digital através do sítio <https://dicionario.acad-ciencias.pt/>. Este anglicismo é somente usado em textos da língua portuguesa referentes às associações de artesãos da Idade Média até o século XVII. Veja-se Thiago Morgan, *As instituições comerciais da Idade Média: estudo histórico comparado - o caso de Gênova e Países Baixos*, 2019 e Ronaldo Salvador Vasques, *Indumentária, moda e têxteis na Idade Média*, 2024.

<sup>237</sup> Sheilagh Ogilvie, *The economics of guilds*, 2014.

<sup>238</sup> Herman Kaptein, *De Hollandse textielnijverheid 1350-1600: conjunctuur en continuïteit*, 1998, p. 46.

<sup>239</sup> J.G. van Dillen, *op.cit.*, vol. 1, p. XXIII.

<sup>240</sup> J.G. van Dillen, *op.cit.*, vol. 1, p. 341.

<sup>241</sup> J.G. van Dillen, *op.cit.*, vol. 2, p. XIX.

<sup>242</sup> *Idem ibidem*.

<sup>243</sup> J.G. van Dillen, *op.cit.*, vol. 1, p. XXVIII.

O aprendizado para o tingidor especializado na coloração em azul seguia regras estritas. Um aprendiz deveria estar registrado na guilda como aprendiz na tinturaria que iria trabalhar. Depois de dois anos trabalhando como aprendiz ele poderia adquirir o título de profissional<sup>244</sup>. Um filho de um dono de tinturaria tinha o direito de adquirir o título após um ano. Neste caso, levava-se em consideração o fato de ele já vir trabalhando por muitos anos na tinturaria de sua família<sup>245</sup>. Amsterdão em 1604 não tinha a capacidade de esperar dois anos para fornecer novos profissionais, o que mostra que a necessidade de investimento nas tinturarias era grande.

Aprendizes que se tornavam profissionais, continuavam trabalhando para seus patrões. Os patrões decidiam se o profissional poderia ir trabalhar em outra tinturaria. O contrato era sempre entre os donos das tinturarias, e não entre o profissional e o patrão. Não há dados contendo tinturarias que proviam seus concorrentes de mão-de-obra qualificada. Uma nova tinturaria tinha, portanto, que buscar um tinteiro de fora da cidade. Encontramos fontes que relatam que uma tinturaria de Amsterdão forneceu um tingidor de azul para trabalhar em uma tinturaria em Gdansk<sup>246</sup>. Jan van Aldenburch, tingidor de azul em Amsterdão, é contratado para o período de 3 anos<sup>247</sup>. Os donos da tinturaria que fizeram esse pedido foram os irmãos Jacques e Daniel de Lhomel<sup>248</sup>, ou seja, de Lommel, cidade belga, refletindo os laços sociais e profissionais entre imigrantes flamengos espalhados pela Europa. Donos de tinturarias em Amsterdão podiam fornecer profissionais para tinturarias em outras cidades pois não viam um perigo para seu próprio negócio. Além disso, os laços comerciais entre Amsterdão e as cidades portuárias do mar Báltico eram antigas, viabilizando acordos socioeconômicos como este.

### **3.2 As tinturarias de azul de Amsterdão**

Assim como na manufatura têxtil flamenga, Amsterdão propunha-se oferecer tecidos tingidos de alta qualidade, direcionando uma parte de seu produto para um

---

<sup>244</sup> Van Dillen, *op.cit.*, vol. 1, p. 179.

<sup>245</sup> *Idem ibidem*.

<sup>246</sup> SAA-NA, 2 de maio de 1603. Transcrito em Van Dillen, *op.cit.* vol. 2, pp. 612-613.

<sup>247</sup> *Idem ibidem*.

<sup>248</sup> *Idem ibidem*.

mercado elitista<sup>249</sup>. Para isso, toda uma organização e plano de inspeção de qualidade estava presente para monitorar e garantir a boa qualidade do tingimento. Os regulamentos de qualidade eram publicados no *keurboek*, o livro que estabelecia o padrão de qualidade. As regras para o tingimento de tecidos mudavam de acordo com as práticas do dia-a-dia e inovações na produção têxtil. Em caso de infrações, novas regras eram adicionadas ao livro de regulamentação de qualidade. Estudando o *keurboek* podemos traçar a dinâmica do setor tintureiro no período estudado. Assim vemos que no ano de 1584 se registaram problemas com o tingimento de azul na cidade. A qualidade estava a desejar. No processo que realizou o veredito de mudança das regras de qualidade, o juiz chamou o tingimento de prática “enganosa e falsa”<sup>250</sup>.

Com o intuito de “desenvolvimento dessa cidade e preservação do setor comercial e proteção contra práticas enganosas”<sup>251</sup>, a cidade declarava novas regras para o tingimento em azul. O novo regulamento continha vinte e cinco regras. Antes de mais nada, dava-se ênfase à qualidade do pastel que deveria ser “genuinamente boa”<sup>252</sup>. “Dentro da cidade”<sup>253</sup> ordenava-se que o tingimento de azul fosse feito somente nas oficinas para este fim, não podendo ser utilizado outro produto *a não ser o pastel* e que nenhum pano fosse danificado, sob pena de punição do juiz<sup>254</sup>. Interessante, neste caso, é a ocorrência que o azul podia ser somente tingido com o uso do pastel. Nenhum outro corante era aceito para essa cor, apesar do índigo já ser conhecido e já estar entrando no mercado europeu<sup>255</sup>. Em 1592, mudanças na regulamentação “tolera” o índigo, porém somente se misturado com o pastel<sup>256</sup>. Para cada bola de pastel, o tintureiro poderia adicionar um quilo de índigo<sup>257</sup>. Em relação a esse tema, a regulamentação

---

<sup>249</sup> Kaptein, *op.cit.*, p. 244.

<sup>250</sup> Keurboek G. f. 237 “Keur betreffende het verven van laken”, 5 de outubro de 1584. Em: J.G. van Dillen, *op.cit.*, vol. I, pp. 437-440.

<sup>251</sup> *Idem ibidem*.

<sup>252</sup> Keurboek G. f. 237 “Keur betreffende het verven van laken”, 5 de outubro de 1584. Em: J.G. van Dillen, *op.cit.*, vol. I, p. 438.

<sup>253</sup> “Dentro da cidade” é um termo na época usado para distinguir o espaço urbano dentro dos muros da cidade. Do outro lado do muro, muitas oficinas e negócios eram estabelecidos que não condiziam com as normas municipais.

<sup>254</sup> Tradução feita pela autora. Keuren ende ordonnantien gemaect bij schout, burgermeesteren, schepenen. 11-11-1615, xbj.

<sup>255</sup> Adrianna Catena, *Enter Xiuquilitl: indigo in the Spanish Empire, c. 1550-1700*, 2015, pp. 128-132.

<sup>256</sup> Ordonnantie op 't Blaeu-verwen van de lakenen, 29 de abril de 1592 (*Keurboek H*, fol. 14). Publicado em: Hendrik van Waesbergen e.o., *Handvesten; ofte privilegien ende octroyen...*, 1748, p. 1.115.

<sup>257</sup> *Idem ibidem*.

muda oficialmente somente em 1654, aceitando-se como corantes de qualidade para tingimento o pastel, o índigo e a garança<sup>258</sup>. A garança ou ruiva-dos-tintureiros (*Rubia tinctorum*) era usada para a coloração vermelha. Esses dados indicam que até 1654 o pastel continuou sendo o produto oficial para o tingimento de azul em Amesterdão.

Após as regras sobre a qualidade do pastel, o regulamento de 1584 dispunha regras para o tingimento do tecido. Um novo juramento para os tingidores foi instituído, na qual o tingidor, na cerimônia para entrar para a guilda, promete somente pintar da maneira pela qual é permitida pelo comissariado. No processo de tingimento, deve-se fazer uso de água limpa e os panos devem ser corretamente postos a secar<sup>259</sup>. Aos inspetores dá-se o direito de perfurar o tecido para ver se o corante impregnou bem em suas fibras<sup>260</sup>. A técnica de tingimento dessa época ditava tingir o tecido várias vezes com o corante azul até adquirir a cor preta. A falsificação no tingimento era praticada principalmente nessa parte do processo, onde tingidores usavam outras técnicas de tingimento como nozes, casca de amieiro, lama ou pó de cobre para adquirir a cor preta<sup>261</sup>. Inspetores tinham o direito de fazer vistoria nas casas dos tingidores com o intuito de flagrar práticas ilegais ou a presença de produtos relativos ao tingimento ilegal<sup>262</sup>. Nota-se que o papel do tinteiro de azul era também tingir em preto, cor de grande popularidade na elite protestante. O preto nessa época era adquirido tingindo o tecido várias vezes com a cor azul, como esse regulamento.

Três semanas após a publicação do novo regulamento, edita-se um anexo<sup>263</sup> onde é adicionado a regra de que nenhum comprador de tecido ou estrangeiro morador na cidade poderá tingir um tecido azul de *preto plágio*, ou seja, utilizando-se de técnicas ilegais para adquirir o tingimento preto<sup>264</sup>. Neste anexo é adicionado a penalidade para tecidos mal tingidos: o tinteiro deverá pagar o valor do tecido para seu dono<sup>265</sup>. O fato

---

<sup>258</sup> *Keurboek M*, fol. 191, 18 de abril de 1654. Publicado em: Hendrik van Waesbergen, *Handvesten; ofte privilegien ende octroyen...*, 1748, p. 1.121.

<sup>259</sup> *Keurboek G* f. 237 “Keur betreffende het verven van laken”, 5 de outubro de 1584. Em: J.G. van Dillen, *op.cit.*, vol. I, p. 438.

<sup>260</sup> *Idem ibidem*.

<sup>261</sup> *Idem*, p. 439.

<sup>262</sup> *Idem ibidem*.

<sup>263</sup> *Keurboek G* f. 259v “Keur betreffende het verven van laken”, 24 de outubro de 1584. Em: J.G. van Dillen, *op.cit.*, vol. I, pp. 440-441.

<sup>264</sup> *Idem ibidem*.

<sup>265</sup> *Idem ibidem*.

de haver tantas regras rezando a qualidade do tingimento em azul, demonstra que essa cor era muito importante para o comércio. Não encontramos tantos regulamentos e inspeções de outras cores que não sejam a cor azul e o tingimento de preto a partir do azul.

Para garantir a qualidade e poder diferenciar os produtos e seus métodos de tingimento, era preciso garantir que não houvesse falsificações no método de produção. Inspetores visitavam as oficinas para garantir que nenhum outro método de tingimento fosse usado. Por vezes fazia-se uso de testemunhas que comprovaram as práticas maléficas do tinteiro perante o juiz. Assim, encontramos o relato que Dirk Lemps, tinteiro de preto, tinha em sua tinturaria um tonel de tinta azul do lado do tonel de tinta preta, como atestam várias pessoas em 1634<sup>266</sup>. Tecidos pretos derivados do azul eram tingidos várias vezes, encarecendo o produto que necessitava de muita mão-de-obra e corante. O uso de outros corantes para o tingimento de preto tornava o processo mais rápido e o produto mais barato. A qualidade, porém, era inferior à qualidade que o conselho municipal e a guilda queriam oferecer. Mesmo assim, esses métodos eram usados para restaurar tecidos que não ficaram bem tingidos de azul. Para não perder o tecido tingido, se fazia um tingimento de preto que ficava bem impregnado na linha, sendo assim o pano aprovado pelos inspetores e recebendo o selo de controle de qualidade<sup>267</sup>.

Em 1590, a importância dos têxteis para a economia de Amesterdão era uma realidade consumada. Para a cidade, o fato de o comércio local estar crescendo sem ajuda econômica do conselho municipal, motivava a admissão de novos empreendimentos na cidade. Essa medida acarretou um crescimento exponencial de negócios e moradores. Por consequência, foi necessário a criação de novas medidas para administrar o aumento populacional e industrial e seu impacto para os habitantes. A cidade enfrentou uma reorganização do espaço urbano, medida necessária para acomodar o crescimento industrial e seus novos moradores. Essas medidas tiveram consequências para as manufaturas locais como o setor têxtil.

---

<sup>266</sup> SAA-NA, 16 de novembro de 1634

<sup>267</sup> SAA-NA, 17 de abril de 1620, declaração de Pieter Theunisz Schellingerwouw, mestre de inspeção e Claes Hendrixszoon.

As tinturarias de pequeno e grande porte se espalharam por toda a cidade sujando as águas dos canais com produtos corrosivos e venenosos<sup>268</sup>. Essa mesma água era usada também para a produção de cerveja. A cerveja era uma bebida muito popular e era consumida por toda a população em substituição à água que não era potável<sup>269</sup>. Por causa do perigo iminente para a saúde dos moradores, os membros do conselho municipal proibem in 1591 que novas tinturarias se estabeleçam dentro dos limites da cidade<sup>270</sup>. Novas tinturarias puderam estabelecer-se em um novo bairro que ainda estava em construção<sup>271</sup>. Essa área se encontrava a partir do nordeste do *Kloveniersdoelen* até o dique *Sint Anthonisdijck*<sup>272</sup> (veja figura 3 para localização no mapa da cidade). O tecido tingido deveria ser transportado para o armazém de tecidos dentro dos muros da cidade, como prevenção para o plágio no tingimento<sup>273</sup> que continuava sendo um tema importante nas regras de controle de qualidade.

Essa regulamentação de 1591 também era válida para todas as tinturarias ilegais que haviam se formado nos três anos anteriores<sup>274</sup>. Essas tinturarias foram toleradas pelo conselho, mas a poluição das águas e o perigo para a população fizeram com que as regras fossem mais rigorosas e a formação de tinturarias ilegais reguladas. Tinturarias ilegais eram tinturarias de “estrangeiros”, ou seja, pessoas sem a cidadania da cidade.

Tingidores de azul que estavam legalmente registrados, puderam continuar com suas oficinas dentro dos perímetros da antiga cidade, mas foram convocados a diminuir a quantidade de água suja desaguada nos canais<sup>275</sup>. Essa água era usada para o tingimento e continha substâncias tóxicas. A água suja poderia ser transportada em barris para fora da cidade. Outra maneira de se livrar dessa água era despejá-la aos

---

<sup>268</sup> Keurboek H, f. 1, “Keur betreffende ververijen, brouwerijen en zeepziederijen”, 10 de abril de 1591. In: J.G. van Dillen, vol. I, pp. 485-486.

<sup>269</sup> Eline Poelmans e Johan F.M. Swinnen, *A brief history of beer*, 2011, p. 8.

<sup>270</sup> Keurboek H, f. 1, “Keur betreffende ververijen, brouwerijen en zeepziederijen”, 10 de abril de 1591. In: J.G. van Dillen, vol. I, p. 485.

<sup>271</sup> Keurboek H, f. 1, Keur betreffende ververijen, brouwerijen en zeepziederijen, 10 de abril de 1591. In: J.G. van Dillen, vol. I, p. 485.

<sup>272</sup> *Idem ibidem*.

<sup>273</sup> Em 1611 faz-se uma declaração contra Roeloff Willemsz. Pela má qualidade do tecido preto, que estava podre e cheio de buracos. J.G. van Dillen vol 1, p. 717.

<sup>274</sup> *Idem ibidem*.

<sup>275</sup> *Idem*, p. 486.

poucos no canal<sup>276</sup>. Essa medida nos parece mesmo assim arriscada para a saúde da população, mas era mesmo assim aceita pelo conselho municipal. Não era permitido para tinturarias ilegais continuar seus negócios dentro da cidade antiga, com pena de perder sua oficina.

Além da mudança da localização das tinturarias por causa dos efeitos para a saúde da população, também os espaços para a secagem dos tecidos foram transferidos para a periferia da cidade (figuras 5 e 6). Os tecidos depois de tingidos eram secos ao ar livre, em locais designados para o mesmo. O tecido era esticado em molduras de madeira que eram chamadas de “janela” - *raam*, em holandês. No princípio, os tingidores podiam secar seus tecidos no *canal das janelas* – *Raamgracht* – no bairro antigo e perto da nova localização designada para as tinturarias. Os bairros antigos foram renovados trazendo mais espaço de moradia para os novos comerciantes com capital. Com a construção de novas moradias ao redor, o canal designado para a secagem de tecidos destoava dentro do bairro que acomodava comerciantes abastados. Assim, um novo espaço, fora dos novos muros da cidade, foi designado. Para chegar lá, os trabalhadores deveriam passar por uma porta que recebeu o nome de *Raampoort*, porta para as janelas.

A cidade de Amsterdão e seu setor comercial continuou se expandindo, atraindo ainda mais imigrantes para a cidade. Em 1622 a cidade contava com uma população de 104.932 pessoas<sup>277</sup>, abrigando um terço do total da população holandesa. Comparado com outras cidades das Províncias Unidas, esse número se torna mais impressionante ainda: Leiden era a segunda cidade mais populosa com 44.757 pessoas, seguida de Haarlem com 39.455 habitantes<sup>278</sup>. Não se encontram registos de novos cidadãos do período de 1607-1635 que possam nos indicar o número de profissionais no sector têxtil e sua cidade de origem. Sabe-se somente o total de pessoas registadas anualmente. A média até o ano de 1623 é de 500 cidadãos ao ano, com exceção de 1613, ano que se registou mais de 1000 cidadãos novos<sup>279</sup>.

---

<sup>276</sup> *Idem*, p. 486.

<sup>277</sup> *Resolutiën van Gecommitteerde Raden van Holland*.

<sup>278</sup> *Idem ibidem*.

<sup>279</sup> J.G. van Dillen, *op.cit.*, vol. 2, p. xxxi.

Assim como o número de moradores, as oficinas de tingimento continuaram crescendo de forma exponencial. Em 1623 foi novamente necessário escolher outro lugar para a coloração de tecidos<sup>280</sup>. Novamente os prefeitos da cidade tiveram que escolher uma nova região na periferia da cidade para abrigar esse setor que estava crescendo cada vez mais. Assim, o local designado para a tinturaria foi ampliado nas ruas anexas ao canal *Bloemgracht*, desde o canal *Prinsengracht* até o canal *Lijnbansgracht* e de ali até o canal *Egelantiersgracht*, às margens de um novo bairro que abrigaria também o proletariado da cidade (veja figura 3).

Nos dois novos canais, foi possível o tingimento de várias cores, enquanto que o preto continuou no antigo local<sup>281</sup> para não haver falsificações no tingimento com o azul. Para evitar falseamento no tingimento do tecido azul, os tintureiros de azul deveriam se localizar no lado sul do canal *Bloemgracht* enquanto que os outros tinteiros no lado norte da rua. Os tinteiros que usavam esterco ou adubo deveriam se estabelecer no canal *Lijnbansgracht*<sup>282</sup>.

Já haviam também outros locais onde haviam tinturarias como na *Heiligewegpoort*, uma das portas que davam saída para a cidade onde estava situada a fábrica da família Six, uma das famílias mais antigas e ricas da cidade<sup>283</sup>. Essa família investia em vários setores econômicos, a tinturaria não era o seu negócio principal.

Como vimos anteriormente, a confecção de tecidos não retornou grandes lucros para seus empreendedores. No setor têxtil, o lucro maior ficava nas mãos de revendedores de tecidos, mas também os tinteiros conseguiam lucrar com seu comércio. Na primeira quinzena do século XVII, período de maior produção de tecidos tingidos, aproximadamente 100.000 peças eram tingidas ao ano. A grande produção retornou grandes lucros para alguns tinteiros. Nos dados coletados em 1631 relacionados aos ativos das famílias ricas de Amesterdão, encontramos sete famílias no ramo da tinturaria. Entre eles, encontramos Michiel Faes, tingidor da cor azul, nascido na Antuérpia. Michael Faes era proprietário de uma tinturaria e uma loja de venda de

---

<sup>280</sup> *Resolutie der Vroedschap* 10, p. 232, 13 de junho 1613, Van Dillen, vol. 2, pp. 50-51; pp. 85-86.

<sup>281</sup> J.G. van Dillen, *op.cit.*, vol. 2, p. xix.

<sup>282</sup> *Keurboek* K, f. 24v, 10 de outubro de 1623. In: Van Dillen, vol. 2, p. 504

<sup>283</sup> Elias, p. 1067 em Van Dillen, *op.cit.*, vol. 2, p. XIX.

corantes<sup>284</sup>. Seus filhos Jacob e Gerrit (ou Gerard) Faes também trabalhavam nesse ramo comprando pastel, como veremos mais adiante. Jacob Faes assumiu os negócios de seu pai e foi à falência<sup>285</sup>. O outro filho de Michael, Gerrit Faes, era dono de uma tinturaria e tinha tinas, instrumentárias e local para tingimento<sup>286</sup>. Gerrit Faes fazia empréstimo para terceiros e deixava-os utilizarem-se de seus bens formando uma sociedade, como foi o caso com Gosen Opheyden em 1641<sup>287</sup> e com Thomas Faes, abrindo juntos uma tinturaria em Brabande ou Flandres<sup>288</sup>.

Outros tinteiros menos afortunados tornam-se conhecidos através dos atos notariais. Em 1617 Wybrant Jacobsz, tinteiro de azul, monta uma companhia com Huybert Jorisz, tingidor de preto, para juntos tingir em preto. No canal *Bloemgracht* estabeleceu-se por volta de 1630 a tinturaria *O Cordeiro Azul* de Anna de Waal, viúva de Steven Jordaen. Para ela trabalharam Hendrik Hermanz<sup>289</sup>, tingidor mestre, e seu aprendiz, Pieter Mathijssen. Pieter trabalharia mais tarde como mestre na tinturaria com o símbolo de um tecido preto na porta<sup>290</sup>. O símbolo do tecido preto sugere que a tinturaria tingia tecidos em preto. No ano de 1631, Willem Hendrixsz e Hendrick Claesz tinham em conjunto uma oficina de tingimento chamada de *Blauwe Laken* - os panos azuis<sup>291</sup>. Em 1642 Jan van Hamael pede permissão para abrir uma tinturaria fora dos locais indicados<sup>292</sup>. Marten Michielz Mast, tingidor, vende a Willem van Doyenburgh, vendedor de tecidos nesta cidade, uma casa de tingir de nome *Blaauw-Kuyp* – a tina azul - em Oetgenspat (além do rio Amstel)<sup>293</sup>. A casa tem uma tina para tingir com ralo, balde e todas as ferramentas necessárias para tingir<sup>294</sup>. Marten se responsabiliza de ensinar Doyenburgh e seu filho a fazer o tingimento em azul e preto<sup>295</sup>.

---

<sup>284</sup> Kees Zandvliet, *De rijksten 500 van de republiek. Rijkdom, geloof, macht en cultuur*, 2020, p. 250.

<sup>285</sup> *Idem ibidem*.

<sup>286</sup> J.G. van Dillen, *op.cit.*, vol 3, p. 305.

<sup>287</sup> SAA-NA, 18 de junho de 1641.

<sup>288</sup> SAA-NA, 23 de setembro de 1643.

<sup>289</sup> SAA-NA 9 de setembro de 1654, nessa data Hermanz já era falecido.

<sup>290</sup> SAA-NA, 3 de abril de 1635.

<sup>291</sup> SAA-NA, 24 de abril de 1631.

<sup>292</sup> SAA-NA 6 de novembro de 1642.

<sup>293</sup> SAA-NA 31 de março de 1662.

<sup>294</sup> SAA-NA 31 de março de 1662.

<sup>295</sup> SAA-NA 4 de abril de 1662.

### 3.3 O comércio com Portugal durante a União Ibérica (1580-1640)

Ao longo do período da União Ibérica, as sanções comerciais para com nações protestantes foram rigorosas, com exceção do período da trégua que durou doze anos (1609-1621). Os embargos desregularam o comércio com Portugal e, por conseguinte, o comércio do pastel das ilhas dos Açores. Nas fontes do arquivo municipal de Amesterdão aqui estudadas não há nenhum indício da entrada do pastel-dos-tintureiros do arquipélago Açoriano em Amesterdão entre 1585 e 1609. Esse fato é confirmado pela declaração em 1605 de Alexander van de Berge e Jan Le Bruyn, comerciantes de Amesterdão. Ambos declararam em ato notarial não ser mais possível mandar marinheiros holandeses para territórios da Monarquia Hispânica<sup>296</sup>. A solução que estes comerciantes aconselhavam era o de navegar de Amesterdão ou de Texel (ilha dos Países Baixos) para Londres, como precedeu no ano anterior<sup>297</sup>. Em Londres, os marinheiros holandeses deveriam ser trocados por marinheiros ingleses. Se na chegada em território espanhol houvesse ainda marinheiros alemães/holandeses no navio, estes não deveriam abandonar a embarcação. Os navios navegariam primeiro com carga de Amesterdão ou Texel para Londres. Em Londres descarregar-se-ia e carregar-se-ia outros produtos e seguir-se-ia para a ilha de São Miguel ou a ilha Terceira, onde descarregar-se-ia os produtos levados, e carregar-se-ia os novos produtos. A carga que era transportada das ilhas de São Miguel e/ou Terceira eram o açúcar brasileiro e o pastel açoriano. Das ilhas açorianas, o navio retornaria para Londres onde talvez descarregasse (veja-se a rota ilustrada na figura 7). De Londres ele retornaria para Amesterdão ou Texel. Essa declaração é a primeira prova encontrada que indica a compra do pastel açoriano com destino à Amesterdão. Mais que isso, este relato mostra o porquê que nos registos da Alfândega de Ponta Delgada se encontravam tão poucos navios com destino à Holanda ou Amesterdão, enquanto que a maioria dos navios tinham como destino os portos ingleses.

---

<sup>296</sup> SAA-NA, 1605.

<sup>297</sup> SAA-NA, 1o de outubro de 1604.

O mesmo ocorria com navios holandeses com destino à Sevilha. Esses navios eram por vezes em Londres equipados com outra tripulação<sup>298</sup>, e em outras ocasiões empregava-se de navios e tripulação dinamarquesas<sup>299</sup>. Nas fontes usadas, não foram encontrados indícios do aproveitamento de navios ou tripulação dinamarquesa para o comércio clandestino com o arquipélago açoriano. Esse fato condiz também com os dados de Ponta Delgada que não menciona a entrada ou saída de navios dinamarqueses ao porto da ilha de São Miguel.

Temos indícios de portos franceses terem sido como porto intermediário para o comércio entre Portugal e as Províncias Unidas. No ano de 1608, o comerciante Paulus van der Biest recebe em La Rochelle (França) uma carga de pimenta e ‘bolas’ [de pastel] de Wouter de Keijzer de Lisboa<sup>300</sup>. A carga era destinada ao comerciante Joost van Penen de Amesterdão (figura 7)<sup>301</sup>.

A criação de restrições comerciais logo aumentou a pirataria nos mares entre Lisboa e Amesterdão. O corso era praticado por todas as nações. Também navios holandeses praticavam o corso. Em 1605, o holandês Johan de Barlemont de Amesterdão atacou em nome da companhia holandesa um navio de Lübeck (Alemanha) que ia carregado de açúcar do Brasil para Lisboa. Barlemont levou sua carga para Amesterdão, onde esta foi confiscada pelo almirantado<sup>302</sup>. Em 1609, um navio holandês partido de Lisboa com uma carga de vinte diamantes, foi aprisionado e roubado<sup>303</sup>. Devido aos ataques de corso, comerciantes e donos de navios protegiam-se assegurando suas propriedades contra perdas em decorrência de furto. A seguradora exigia uma descrição da rota comercial como declaração para o seguro. Essas declarações eram firmadas em ato notarial em cartório. Essas rotas comerciais são hoje de grande valor pois nos dão um indicativo das rotas comerciais neste período. Assim vemos hoje que em 1611, no período da trégua, os capitães Jan Heyckens, Huych Jansz e Marten Corsen fizeram um seguro para um navio com rota de Amesterdão para Lisboa. O carregamento de Amesterdão para a capital portuguesa não foi mencionada. De

---

<sup>298</sup> SAA-NA, 25 de maio de 1605.

<sup>299</sup> SAA-NA, 04 de março e 28 de março de 1605.

<sup>300</sup> SAA-NA, 6 de abril de 1609.

<sup>301</sup> SAA-NA, 6 de abril de 1609.

<sup>302</sup> SAA-NA ata de 1628 narra o relato de 1605.

<sup>303</sup> SAA-NA, 22 de maio de 1609.

Lisboa, o navio partiu vazio para Setúbal para fazer um carregamento de sal. De lá a embarcação iria em direção a Riga ou Gdansk ou Königsberg (atual Kalinigrado) para descarregar o sal e carregar outros produtos e voltar para Amesterdão.

Também declarações de vítimas de corso são encontradas nos atos notariais, como provas do direito da vítima de colher sua indenização. Assim lemos que em 1617 Luís Pereira de Miranda, comerciante português em Amesterdão, pedia a sua restituição por um navio vindo da Bahia com direção ao Porto que foi roubado com toda a sua carga<sup>304</sup>. Em 1620, um navio que navegava de Pernambuco com destino à Lisboa foi sequestrado por 4 navios mouros perto da ilha Terceira. Diego Lopes Pereira, comerciante, exigiu o pagamento do seu seguro<sup>305</sup>. Ano mais tarde mais um navio, assegurado por Bastiaen Nunez e que ia de Lisboa para a Bahia foi atacado por piratas turcos perto das Ilhas Canárias e confiscado<sup>306</sup>. Todos estes comerciantes eram cristãos novos ou judeus sefarditas.

O capitão holandês Enno Doedes que transportava em 1649 de Lisboa produtos para a ilha de São Miguel, foi atacado há 4 ou 5 milhas da costa de São Miguel por piratas da Zeelandia, sua própria pátria<sup>307</sup>. Enno Doedes, porém, não estava a serviço das Províncias Unidas, mas sim de Portugal. Também seguros de comércio com as ilhas açorianas é encontrado nos atos notariais de Amesterdão. Em 1628 o comerciante João de Ávila da Ilha Terceira faz um seguro em Amesterdão para o seu navio. A carga que transportava era açúcar, tabaco e *outros produtos*, e era destinado ao capitão Manuel Pinheiro, agente do comerciante João de Ávila. O transporte era destinado para o porto de Amesterdão ou de Roterdão (ilustrada na figura 7)<sup>308</sup>. Em 1633 encontramos outro ato notarial com o nome de João de Ávila. Este afirmava que João de Ávila era morador da Ilha Terceira e mencionava que um transporte sairia de Amesterdão com destino a Bristol, na Inglaterra. Da Inglaterra, o navio partiria para a Ilha Terceira e depois, se necessário, para Viana do Castelo (figura 7)<sup>309</sup>.

---

<sup>304</sup> SAA-NA, 1607.

<sup>305</sup> SAA-NA, 14 de outubro de 1620.

<sup>306</sup> SAA-NA, 1621.

<sup>307</sup> SAA-NA, 1649.

<sup>308</sup> SAA-NA 06-06-1628. Também citado por Cátia Antunes, *op.cit.*, 2018, p. 27.

<sup>309</sup> SAA-NA, 16-03-1633.

Usamos aqui também os dados de Maria da Rocha Gil, extraídos dos livros da receita e da despesa da Alfândega de Ponta Delgada. Esses dados são aqui distribuídos em duas tabelas correspondentes a dois períodos históricos importantes no relacionamento econômico entre Portugal e as Províncias Unidas: o período da União Ibérica, marcado por embargos econômicos e o período pós independência de Portugal. Com o fim da trégua, as sanções comerciais restringiram novamente o comércio, iniciando-se mais um período de conflitos e guerras (1621-1640). Navios holandeses não podiam entrar nos portos portugueses, cortando todo comércio marítimo. Nos dados encontrados nos livros da Alfândega, notamos os efeitos dessas medidas.

*Tabela 2 - Saída de embarcações do porto de Ponta Delgada 1620-1639, segundo os livros da receita e da despesa da Alfandega de Ponta Delgada. Fonte: Maria Olímpia da Rocha Gil, 1970.*

<b>País de destino</b>	<b>Cidade portuária</b>	<b>N.º de Navios entre 1620-1639</b>
Inglaterra	Desconhecido	110
Inglaterra	Colchester	1
Inglaterra	Barnstaple	1
Inglaterra	Bristol	1
França	Indefinido	5
França	Ruão	4
Flandres (estados obedientes)	Desconhecido	2
Alemanha	Hamburgo	2
Portugal	Lisboa	23
Portugal	Madeira	16
Portugal	Angra, Ilha Terceira	2
Monarquia Hispânica	Ilhas Canárias	5
Monarquia Hispânica	Biscaia	1
Monarquia Hispânica	Sevilha	1
Monarquia Hispânica	Mazagão	10

Marrocos	Tanger	2
Brasil	Maranhão	1
Continente africano	Desconhecido	1
Holanda	--	0
Sem destino anotado	--	19
<b>Total 1620-1639</b>		<b>207</b>

Nos dados de Rocha Gil, 207 navios saíram do porto de Ponta Delgada entre 1620-1639. Cinquenta e cinco por cento dessas embarcações eram destinadas aos portos ingleses. A causa da falta de navios com destino aos portos holandeses foi ocasionado pelas sanções econômicas espanholas. Neste período, os conflitos entre a União Ibérica e as Províncias Unidas foram intensos. Em 9 de abril de 1621, no final do truque, o reino ibérico proibiu todo e qualquer comércio com as Províncias Unidas<sup>310</sup>. Navios holandeses que se encontravam nos portos ibéricos, foram obrigados a partir com pena de serem confiscados<sup>311</sup>. Invasões espanholas do território holandês foram constantes. Em 1622, 1624-1625, 1629, 1635 e 1637 houveram ataques e invasões espanholas ao território das Províncias Unidas<sup>312</sup>.

Em Ponta Delgada, nenhuma embarcação saiu com destino aos portos das Províncias Unidas ou Holanda. Em todo esse período, Inglaterra e França foram os principais portos que comercializavam com os Açores. Também a cidade protestante de Hamburgo é cortada do comércio açoriano a partir de 1634, cuja rota era responsabilidade de Simão Alberto, mercador judaico<sup>313</sup>. Nos dados de Rocha Gil vemos que somente duas embarcações saíram de Ponta Delgada com destino à Hamburgo no período de 1620 a 1639. De Hamburgo o pastel, assim como a cortiça portuguesa, era transportado para Amesterdão, rota comercial coordenada por sefarditas<sup>314</sup>.

<sup>310</sup> Jonathan Israel, *op.cit.*, 1978, p.17.

<sup>311</sup> *Idem ibidem*.

<sup>312</sup> Jonathan Israel, *op.cit.*, 1978, p. 4.

<sup>313</sup> Rocha Gil, 1970, mapas estatísticos em anexos, sem número.

<sup>314</sup> Jonathan Israel, *op.cit.*, 1978, p. 17.

Rocha Gil apontou em sua pesquisa os nomes dos mestres dos navios ingleses e seus mercadores. Um deles era Thomas Jordan. Em pesquisa nos atos notariais da cidade de Amesterdão, encontramos o nome de Thomas Jordan (escrito no registo: Thomas Jurdão), como fiador de François Hafford. O notário anotou que Thomas Jordan era morador tanto desta cidade [de Amesterdão] como de Londres na Inglaterra<sup>315</sup>. A comparação entre os registos portugueses com os atos notariais holandeses implica um grande desafio metodológico em grande medida devido à falta de correspondência linguística e antroponímica. A prática de traduzir o nome para a língua local e até mesmo mudar de nome ou sobrenome era comum até o século XVIII. Somente quando outros fatos confirmam a ligação da pessoa com o local ou a temática é que podemos afirmar que se trata da mesma pessoa. A presença do nome de Thomas Jordan, o fato de ele também ser morador de Londres, nos faz concluir que se trata da mesma pessoa. No registo do livro da Alfândega, não foi anotado o destino final do produto. Provavelmente a mercadoria carregada por Thomas Jordan – 1.097 quintais de pastel - tenha tido seu destino final no porto de Amesterdão.

Os Estados Gerais das Províncias Unidas viram-se pressionados a retribuir os embargos com invasões de territórios. A Companhia das Índias Ocidentais (WOC) é criada com o intuito de comercializar diretamente com portos da África e as Américas, repetindo os sucessos da Companhia das Índias Orientais (VOC) que tinha sido fundada quinze anos antes<sup>316</sup>. Com os portos fechados para o comércio com as embarcações holandesas, os Estados Gerais foram forçados a invadir o território brasileiro em busca do açúcar para suas refinarias<sup>317</sup>. Em 1624 a Holanda invadiu Salvador, mas a tomada teve pouca duração e precário sucesso. A Monarquia Hispânica reagiu com mais embargos, proibindo o comércio de todo o território espanhol com as Províncias Unidas. Em contraste com os embargos anteriores à Trégua dos Doze Anos, foram proibidos o comércio por vias fluviais que ligavam os entrepostos marítimos com as cidades e os países adjacentes. Esses rios eram usados por holandeses para a comércio ilegal de produtos ibéricos, em particular com os estados flamengos espanhóis e a Alemanha<sup>318</sup>.

---

<sup>315</sup> SAA-NA, 1679.

<sup>316</sup> Henk den Heijer, *The Dutch West India Company*, 2003.

<sup>317</sup> Erik Odegaard, *Graaf en gouverneur: Nederlands-Brazilië onder het bewind van Johan Maurits de Nassau-Siegen*, 2022, p. 46.

<sup>318</sup> Jonathan Israel, *op. cit.*, 1978, pp. 23-24.

A importação de açúcar para a Holanda pelos portugueses da Antuérpia praticamente interrompeu, deixando as refinarias de Amesterdão sem matéria-prima<sup>319</sup>. Guarnições espanholas bloquearam o Lippe, o Ems e a Escalda, não deixando passar nenhuma embarcação carregando produtos<sup>320</sup>. Nessa sequência, o comércio entrou em colapso em 1625<sup>321</sup>. Seguros e transações bancárias foram proibidos<sup>322</sup>. Antuérpia é afetada definitivamente, deixando de ser um dos portos principais de comércio da Europa setentrional.

Em 1630 dá-se a invasão holandesa de Olinda e Recife, governo que perdurou até o ano de 1654. No Brasil, os judeus sefarditas exerceram um papel importante na campanha de convencer os donos das plantações portuguesas a aceitarem o governo holandês como representantes da paz e do comércio. O domínio da língua e os contatos existentes com moradores do Brasil, fizeram dos mercadores judeus peças chave no comércio entre a Holanda e as nações do Brasil, São Tomé e Angola. As rotas comerciais entre estes países eram controladas pelos cristãos novos que com seus próprios navios carregavam peles, armas, pau de tinta, ouro, prata e mercadorias diversas<sup>323</sup>. Os agentes judaicos foram de extrema importância para o governo holandês em geral e para os regentes de Amesterdão em particular. É nessa época (1632) que Amesterdão finalmente abriu oficialmente as portas da cidade para a comunidade judaica permitindo-lhes a compra da cidadania. Judeus não necessitavam mais fazer de conta que eram conversos para serem admitidos na cidade, a partir deste momento eles poderiam livremente admitir sua religião. Essa cidadania, porém, ainda vinha com algumas restrições. A cidadania não dava direito aos cidadãos judeus de manter uma loja na cidade, ou vender vinho e cerveja. Essas atividades continuavam sendo restritas aos cidadãos cristãos.

De acordo com o historiador Jonathan Israel essa mudança só foi possível porque os Países Baixos reconheceram que os judeus portugueses eram economicamente úteis por causa de sua experiência no comércio internacional e sua rede de contatos, que

---

<sup>319</sup> Jonathan Israel, *op. cit.*, 1978, pp. 23-24.

<sup>320</sup> Jonathan Israel. *op.cit.*,1978, pp. 14-15.

<sup>321</sup> Jonathan Israel, *op. cit.*, 1978, pp. 23-24.

<sup>322</sup> Jonathan Israel, *op. cit.*, 1978, pp. 23-24.

<sup>323</sup> Anita Novinsky, *op.cit.*, 1972, p. 18.

chegava alugares onde as redes de comerciantes holandeses até então não chegavam<sup>324</sup>. Eu discordo parcialmente deste fato. As redes comerciais holandesas já tinham entrado em Portugal e nos territórios hispânicos antes mesmo da chegada dos judeus, porém na época da crise com a União Ibérica, quando os comerciantes holandeses foram barrados, os judeus mantiveram suas conexões e encontraram outros meios de continuar comercializando.

Além da Inglaterra, saía do porto francês de Ruão o pastel açoriano para Amesterdão. Essa informação podemos concluir do fato de que o pastel açoriano nessa época era exportado para Ruão e desta cidade eram diversos produtos comercializados com Amesterdão, incluindo o pastel-dos-tintureiros (ilustrada na figura 7)<sup>325</sup>. Para cada produto, o capitão do navio recebia uma quantia fixada na tabela de preços das autoridades de Amesterdão. Para o transporte das bolas de pastel, o capitão recebia em 1637 doze centavos por bola<sup>326</sup>. Em 1638 o valor caiu para 10 centavos<sup>327</sup>. Não sabemos se comerciantes sefarditas estavam envolvidos nessa rota comercial, mas sabe-se que comerciantes judeus de origem portuguesa tinham se fixado em Ruão<sup>328</sup>.

Mercadores judeus comercializavam produtos presentes no porto de Amesterdão destinados aos territórios hispânicos através de rotas comerciais por portos italianos como os portos de Livorno e Veneza<sup>329</sup>. Não sabemos se houve alguma carga portuguesa com destino à Amesterdão por esta rota. Os dados de Ponta Delgada não registam navios destinados a portos italianos, mas não podemos esquecer que o pastel também era transportado para Lisboa, servindo este como entreposto para outros destinos. É provável que partiam do porto de Lisboa embarcações para a Itália transportando consigo o pastel-dos-tintureiros. Esses fatos não são conclusivos para todas as rotas de transportes deste período. Nota-se que mercadores escolhiam o porto de destino baseado em diversos fatores como disponibilidade de navio e capitão, dinâmica política e impostos alfandegários. O importante é que o produto chegasse nas

---

<sup>324</sup> Israel 1989, p. 46.

<sup>325</sup> *Extract uyt het register vande willekeuren der stad Amsterdamme, geteekent mette Letter L, 1638.*

<sup>326</sup> *Idem.*

<sup>327</sup> *Extract uit het keur-boek L, fol. 65.*

<sup>328</sup> Jonathan Israel, *op.cit.*, 1980.

<sup>329</sup> Jonathan Israel, 1987, pp. 17-28 e SAA-NA, 31 de julho de 1619.

mãos de seus consumidores. No caso do pastel, eram as tinturarias seu grande mercado de consumo.

Depois de 1621 ainda foi possível manter algum comércio com a península a partir da Holanda. Para este comércio marítimo utilizavam-se navios holandeses. O sal, produto vital para a república, era transportado pelos holandeses de Setúbal para a Holanda e o Báltico. Essa transação era muito importante para os Países Baixos, principalmente depois do sucesso espanhol no estabelecimento de fortes nas Caraíbas no início de 1620, impedindo os holandeses de continuar explorando as salinas americanas, atividade iniciada em 1598<sup>330</sup>. Em 1635 Arent Dirckz Bosch, comerciante de Amesterdão, escolheu por sair com seu navio carregado de centeio da cidade holandesa Emden com destino à Lisboa onde descarregava sua mercadoria e seguia para Setúbal para comprar sal. De Setúbal o navio iria para Texel, ilha holandesa. No momento da declaração, o capitão não sabia qual a rota a adoptar no regresso do navio. De acordo com os pedidos a carga restante podia ser transportada por Amesterdão, Gdansk, Riga ou Königsberg<sup>331</sup>. A descrição de vários portos como destino para o navio era comum se no momento da declaração ainda não havia certeza para que lugar ou qual mercadoria deveria ser transportada. Nesta narrativa notamos que navios holandeses que comercializavam com Portugal não transportavam os produtos portugueses diretamente para Amesterdão, mas serviam de transportadora desses produtos para o mar Báltico.

Em 1636 Peter Woltrincx, comerciante de Amesterdão fez um seguro para um navio que partia de Amesterdão carregando centeio para Lisboa. De Lisboa, o navio iria para Setúbal comprar sal para descarregar em Amesterdão. Por ser um empreendimento arriscado, o comerciante pagaria uma indenização ao capitão do navio de trinta *florins carolus*. Além disso o comerciante se responsabilizaria por um passe para o território espanhol<sup>332</sup>. Em 1638 Selio Marselis, comerciante de Amesterdão, fretou um navio com a intenção de percorrer a rota de Peter Woltrincx em 1636<sup>333</sup>. Aqui também o comerciante se responsabilizava pelo passe consentido pela coroa hispânica

---

<sup>330</sup> Jonathan Israel, *op.cit.*, 1978, p. 19.

<sup>331</sup> SAA-NA, 1635.

<sup>332</sup> SAA-NA, 1636.

<sup>333</sup> SAA-NA, 1638.

autorizando o navio a fazer o trajeto comercial<sup>334</sup>. Também Cornelis van Leeuwen prometia a Jacques de la Rue um passaporte espanhol em 1633 que o daria o direito de durante o curso de um ano transportar cereais, alimentos, munição de guerra e outros produtos para os portos de São Lucas, Cadiz, Lisboa, Setúbal, Aveiro e outros<sup>335</sup>. Com esses exemplos vemos que mesmo durante um período de guerras e embargos severos, comerciantes holandeses de Amesterdão conseguiam burlar as leis para continuar seu comércio. Este negócio trazia também vantagens para a A Monarquia Hispânica por causa da falta de cereais e a fome da população nesse período. Em troca, comerciantes podiam buscar o sal em Setúbal, o mais velho comércio entre Amesterdão e Portugal. Chama a atenção, porém, a venda de munição de guerra por Cornelis van Leeuwen à Monarquia Hispânica, nação inimiga da sua terra natal. Os motivos de Cornelis, a origem dessa munição e a quantidade exportada, são desconhecidas.

### **3.4 O comércio do pastel pós independência de Portugal (1640-1680)**

Em 1640, Portugal voltou a ser um país soberano. Mudanças radicais nas relações internacionais aconteceram aspirando uma restauração de suas fontes comerciais no além-mar. Principalmente com as Províncias Unidas Portugal tenta-se restaurar o relacionamento abalado com a esperança de receber de volta as terras brasileiras e africanas invadidas pelos holandeses.

Francisco de Andrade Leitão foi neste ano de 1640 enviado para a República holandesa para negociar a devolução dos territórios ultramarinos que os holandeses conquistaram para si no tempo dos Felipes. As negociações de De Andrade não tiveram muito sucesso. Um ano mais tarde chegava à Haia Dom Francisco de Sousa Coutinho para assumir o cargo de primeiro embaixador ordinário português na ainda recém formada república. Sousa Coutinho, nascido na ilha de São Miguel e de descendência holandesa por parte de seu bisavô<sup>336</sup>, foi durante 1643 a 1650 encarregado de representar e proteger os interesses portugueses e melhorar as relações políticas entre Portugal e Holanda. Os territórios portugueses invadidos pelos holandeses foram um

---

<sup>334</sup> SAA-NA, 1638.

<sup>335</sup> SAA-NA, 1633.

<sup>336</sup> Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, *Correspondências de Francisco de Sousa Coutinho*, volume 1, p. 8.

dos grandes temas que Sousa Coutinho teve que negociar durante seus sete anos na função de embaixador. Esse processo foi bastante cansativo e sem sucesso, algo que Sousa Coutinho várias vezes menciona em suas cartas ao rei de Portugal pedindo até mesmo para ser retirado do cargo. Sousa Coutinho desenvolveu grande correspondência com o reino descrevendo suas atividades nos Países Baixos e pedindo conselhos de como reagir. Essas cartas foram publicadas em 3 volumes nos oferecendo uma rica fonte de dados sobre esse período da história<sup>337</sup>.

A influência do representante político português com o comércio entre Portugal e a Holanda foi nula. O embaixador estava muito envolvido nas políticas internacionais europeias de paz geral tentando convencer a França de proteger Portugal de novos ataques espanhóis e convencer a assembleia dos Estados Gerais em prol dos portugueses que não tinham tempo de lidar com o comércio transatlântico. Para o cargo de agente comercial do rei de Portugal foi indicado Jeronimo Nunes da Costa. O sefardita Nunes da Costa chegou em 1643 em Amesterdão junto com seu pai Duarte Nunez (Jacob Curiel), agente comercial do rei de Portugal em Hamburgo desde 1641. Duarte Nunez tinha residido em Amesterdão (e antes disso em Florença, fugindo da inquisição de Madrid), quando os embargos espanhóis de 1621 fizeram que ele - assim como muitos outros sefarditas na Holanda - mudassem para Hamburgo<sup>338</sup>. Com a independência de Portugal, ele tornou-se um dos maiores provedores de munição para a nova corte e importante para auxiliar na ofensiva diplomática portuguesa, entrando em contato com todos os diplomatas portugueses e os aconselhando<sup>339</sup>.

Francisco de Sousa Coutinho mencionou a chegada de Duarte Nunez e seu filho Jeronimo Nunez da Costa em Amesterdão em 1643: *com este envio novas que aqui me chegaram, e as de Madrid são originais, vindas ao filho de Duarte Nunez: com ele e com seu pai peço muita a V.M. haja a correspondência que merecem seus efeitos, que a não serem judeos, não sei eu com que S. Magestade poderia pagar o que se lhes deve*<sup>340</sup>. O seu relacionamento entre o embaixador Sousa Coutinho com os comerciantes judeus

---

<sup>337</sup> Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, *Correspondencia diplomática de Francisco de Souza Coutinho durante a sua embaixada em Holanda, vol. 1-3*, 1920.

<sup>338</sup> Veja a história de Duarte Nunez no artigo de Jonathan Israel dedicado à sua pessoa, 1987.

<sup>339</sup> Jonathan Israel, *op.cit.*, 1987, pp. 24-25.

<sup>340</sup> *Correspondências de Francisco de Sousa Coutinho, volume 1*, p. 14.

portugueses é ambíguo. Nota-se em suas cartas que o embaixador gostaria de não manter negócios com os sefarditas. Porém o papel deste grupo no relacionamento entre os dois países estava totalmente enraizado no íntimo da política internacional, ou seja, nas atividades comerciais e suas redes. Deixar essas figuras chaves do empreendimento comercial tanto em Amesterdão como no Brasil Holandês seria um erro muito grande da corte portuguesa. O embaixador tinha assim dentro de sua função manter laços diplomáticos com os judeus portugueses residentes em Amesterdão.

Nota-se que o poder político de Nunes da Costa era bem maior que o poder do embaixador. Ele tinha a seu lado toda a comunidade portuguesa que era responsável pelo comércio holandês com os novos territórios americanos e africanos, e o comércio do Levante. Seu pai exercia a mesma influência sob a comunidade judaica de Hamburgo, além de seu papel como conselheiro internacional do rei português e grande fornecedor de artefatos de guerra. O agente holandês administrava a conta bancária da corte portuguesa, pois era responsável pelo pagamento dos impostos portugueses atribuídos às mercadorias exportadas. O salário do embaixador era às vezes pago pelo agente quando o reino não tinha meios para o fazê-lo. Jeronimo era responsável pelos pagamentos, deixando o embaixador às vezes à espera por falta da ordem oficial do rei<sup>341</sup>. Souza Coutinho por vez, viu-se obrigado a pedir dinheiro emprestado a Diogo Martines, um dos moradores de Amesterdão por não haver recebido dinheiro do reino<sup>342</sup>. Diogo Martines, também conhecido como Diego Martínez já era comerciante de produtos na Antuérpia<sup>343</sup>, e foi responsável por um lote de pastel que chegou em Amesterdão em 1642.

O débito com membros da comunidade judia não inibia o embaixador de apresentar um certo preconceito com o grupo, o que ele deixava claro em sua correspondência com o conde da Vidigueira. Com o conde ele se sente livre para comentar sobre seus conterrâneos não católicos, narrando as crenças de Jeronimo Nunes: (...) *tive também aviso de Amesterdão que duas naos da India que chegaram a Inglaterra: davão por nova de que os nossos três galiões ficavam na Ilha de Santa Elena.*

---

<sup>341</sup> *Correspondências de Francisco de Sousa Coutinho*, volume 3, p. 354.

<sup>342</sup> *Correspondências de Francisco de Sousa Coutinho*, volume 1, p. 194

<sup>343</sup> Virginia Rau, *Um grande mercador banqueiro italiano em Portugal: Lucas Giraldi*, 1964, p. 5.

*Jeronimo Nunes não fala mais que em hum (galião), e na Elena, porque é judeo tão religioso que se lhe chamará santa, faltára muito as suas obrigações; pera o mais, tão judeo é como os outros, (...)*<sup>344</sup>. Ele pede também ao conde para que ações contra os judeus deveria ser avisada a ele logo pois *essa terra [a Holanda] é a mãe dos cristãos novos e daqui vão para o Brasil*<sup>345</sup>.

Nunez da Costa tornou-se o sustentáculo da rede comercial portuguesa com a Holanda e também o representante dos judeus sefarditas no comércio com Portugal<sup>346</sup>. O nome de Jerónimo Nunez como agente do rei de Portugal é encontrado nos contratos de transporte para as ilhas dos Açores assim como outros portos portugueses. Jeronimo Nunez era responsável pela entrada e saída de embarcações com destino ao território português e era responsável para que nenhuma mercadoria portuguesa chegasse aos portos holandeses sem que o rei estivesse a par e recebesse o seu dízimo. Ao mesmo tempo, ele era o agente do rei responsável pela qualidade da mercadoria, tomando medidas se a mesma não estava de acordo. Nessa posição, ele comprou todo um lote de pastel que tinha chegado mofado ao seu destino.

Neste período, o comércio foi aberto oficialmente para as embarcações holandesas. Nos dados de Rocha Gil (tabela 2) registramos dois barcos saindo em 1646 de Ponta Delgada com destino ao porto holandês. Este número duplicou-se em 1648, para diminuir em 1669 (veja-se rota ilustrada em figura 7). O nome dos mestres das embarcações foram: Corneles Lourenço (1646), João Aistemar (1646), Pedro Simon Bezerra (1648), João Corneles (1648), Henrique Riques (1648), Rodrigo João (1648), Joam Pitri/Joam Pitre (1669) e Domingos Adiam (1669). As embarcações de 1669 eram destinadas à Holanda, sem especificação da cidade. Os nomes de Joan Corneles (Joan Cornelis) e Corneles Lourenço (Cornelis Laurens) encontramos nas fontes do Arquivo Municipal de Amesterdão, mas a informação encontrada não foi suficiente para determinar se estamos tratando da mesma pessoa.

---

<sup>344</sup> *Correspondências de Francisco de Sousa Coutinho*, vol 1, p. 318.

<sup>345</sup> Carta de 19 de setembro de 1644, Em: *Correspondências*, vol 1, p. 193.

<sup>346</sup> Jonathan Israel, *op.cit*, 1980.

*Tabela 3 - Saída de embarcações do porto de Ponta Delgada 1640-1686 (segundo os livros de registo da Alfandega). Fonte: Gil, 1970.*

<b>País de destino</b>	<b>Cidade Portuária</b>	<b>N.º de Navios entre 1640-1686</b>
Inglaterra	Desconhecido	33
Inglaterra	Londres	6
Inglaterra	Colchester	1
Inglaterra	Plymouth	1
França	Marselha	1
França	Martinica	1
Flandres	--	0
Alemanha	Hamburgo	0
Portugal	Lisboa	33
Portugal	Algarve	2
Portugal	Funchal, Ilha da Madeira	23
Portugal	Vila do Porto, Ilha de Santa Maria	4
Portugal	Angra, Ilha Terceira	11
Portugal	Horta, Ilha do Faial	2
Monarquia Hispânica	Ilhas Canárias	23
Monarquia Hispânica	Barbada	1
Monarquia Hispânica	Mazagão	10

Monarquia Hispânica	Terra Nova	5
Marrocos	Tanger	2
Brasil	Maranhão	1
Holanda	Indefinido	3
Holanda	Amesterdão	8
Sem destino anotado	--	6
<b>Total 1640-1686</b>		<b>177</b>

Nos atos notariais encontramos outros nomes, complementando os dados dos registos incompletos de Ponta Delgada. Em 1642 Diogo Martines comprou 140 bolas de pastel dos Açores. Essas bolas tinham chegado estragadas<sup>347</sup>. O mercador que iria recebê-las era Gilles de Vroede. Em 1654, cem bolas de pastel pelo preço de nove carolus cada, foram compradas por Willem van der Graef, Jacob Faes e Cornelis Schaep<sup>348</sup>. A encomenda foi trazida por Joseph Olivet da ilha de São Miguel<sup>349</sup>. A pessoa que intermediou a negociação foi Simão Correa. O nome de Jacob Faes já foi mencionado anteriormente, como filho de Michel Faes de origem flamenga e uma das pessoas mais ricas de Amesterdão nesse período. Jacob Faes herdou a loja de tintas de seu pai.

Nos primeiros meses do ano de 1649, Jeronimo Nunes não conseguiu mandar navios de Amesterdão à Portugal em decorrência dos conflitos entre Holanda e Portugal. Sousa Coutinho escreveu: "*recebo aviso de Amesterdão de Jeronimo Nunes de que os navios que estavam prontos para partir se dilatavam até fim do que vem; a causa que dão é esperarem a que então terem convoi, mas a certa dese ser o temor do arresto,*

---

<sup>347</sup> SAA-NA, 17-01-1642.

<sup>348</sup> SAA-NA, 08-01-1656.

<sup>349</sup> SAA-NA, 08-01-1656.

*porque o novo consul que tambem queria partir e tratava de fretar duas ou tres naus não acha uma só que o queira levar sem lhe dar fiança de que se não arresteram.(...)"*<sup>350</sup>.

Apesar do colapso do Brasil Holandês ser oficialmente marcado para o ano de 1654, nota-se uma imigração de judeus sefarditas do Brasil para a Holanda já desde 1646, ano em que a crise, em decorrência aos ataques portugueses e a má administração holandesa, dava poucas esperanças de uma estabilidade política e econômica para o território conquistado pelos holandeses. Os comerciantes sefarditas que tinham se estabelecido no Brasil conseguiram aprimorar seus bens econômicos no curto período em que os holandeses governaram uma parte de Pernambuco. O número de judeus com contas bancárias em Amsterdã quase que duplica de 125 em 1646 para 243 em 1661<sup>351</sup>. Neste mesmo período, a Companhia das Índias Ocidentais foi à falência em consequência do colapso do Brasil Holandês, sendo mais tarde reestabelecida com novo financiamento. Das doze maiores contas bancárias de sefarditas em 1661, pelo menos duas, e possivelmente mais, eram de famílias de origem brasileira<sup>352</sup>.

Jeronimo Nunez da Costa serviu de correspondente da comunidade sefardita perante rei de Portugal<sup>353</sup>. O rei sabia da importância dessa comunidade para a reconquista do território brasileiro<sup>354</sup>. Tê-los ao seu lado ajudaria a quebrar os vínculos comerciais dos donos dos canaviais pernambucanos com a Companhia das Índias Ocidentais<sup>355</sup>. Nunez da Costa adverte o embaixador Souza Coutinho que os mercadores estavam temerosos que o rei ia romper a paz com os holandeses e atacá-los<sup>356</sup>. Ao mesmo tempo o novo rei tentou fazer de tudo para restringir a política da inquisição, abrindo esperanças para os refugiados judeus de uma melhor relação com Portugal<sup>357</sup>. Aproximadamente 200 famílias judias retornaram do Brasil para as Províncias Unidas, muitas partindo novamente para outras cidades, inclusive para o Suriname, a nova

---

<sup>350</sup> *Correspondências de Francisco de Sousa Coutinho, volume 3*, p. 266 e 268 em carta ao Marques de Nisa.

<sup>351</sup> Van Dillen, *op.cit.*, vol. 2, p. 26

<sup>352</sup> Jonathan Israel, *op.cit.*, 1978, p. 31.

<sup>353</sup> Jonathan Israel, *An Amsterdam Jewish merchant of the golden age: Jeronimo Nunes da Costa (1620-1697), agent of Portugal in the Dutch Republic*, 1984, p. 21.

<sup>354</sup> Jonathan Israel, *op.cit.*, 1980, p. 31.

<sup>355</sup> *Idem ibidem*.

<sup>356</sup> *Correspondencias*, vol 1, p. 101.

<sup>357</sup> Yosef Kaplan, *Amsterdam, the forbidden lands, and the dynamics of the Sephardi diaspora*, 2008, p. 41.

colônia holandesa na América do Sul. As famílias que se estabeleceram em Amesterdão, tentaram entrar no comércio de produtos europeus. É este o caso dos irmãos Simão e Luis Rodrigues de Souza que contrataram uma embarcação para fazer a rota Amesterdão-Nantes-Lisboa-Faro/Vila Nova-Nantes/Amesterdão. De Portugal, transportavam figos, óleo e outros produtos<sup>358</sup>.

Mesmo com a concorrência de seus compatriotas, Jeronimo Nunes da Costa continuou sendo o principal comerciante de Portugal para Amesterdão e vice-versa. Com a presença de Jeronimo Nunes como agente, percebemos que todo o comércio entre os dois países se encontrava em mãos de comerciantes judeus. A única exceção era o comércio do sal de Setúbal que sempre continuou em mãos de mercadores holandeses. O historiador Kaplan conta que *“no período entre 1643 e 1645, mais de cinquenta por cento dos navios estrangeiros que ancoravam em Lisboa arvoravam bandeira holandesa, e a presença de judeus nas relações comerciais entre a Holanda e Portugal eram mais impressionantes que nunca”*<sup>359</sup>.

Entre 1650 e 1660 foram registrados vários contratos de transporte em nome de Jeronimo Nunes da Costa, às vezes em seu próprio nome, como comerciante, e por vezes em nome do rei de Portugal, como seu agente comercial<sup>360</sup>. O fato de Jeronimo Nunes começar a empreender por conta própria está ligado aos conflitos no Brasil Holandês. Analisando o registo, podemos concluir que ele estava tentando várias rotas novas de comércio, arriscando evitar os bloqueios marítimos e os corsos. No ano de 1650, Jeronimo Nunes como agente do rei de Portugal contrata uma embarcação para levar uma carga de Amesterdão a Le Havre e de Le Havre às ilhas dos Açores. Nos atos notariais é-se registado que nos Açores a embarcação será carregada, mas se não houver carga ela irá para Setúbal buscar sal. Como esse período era turbulento por causa dos conflitos entre as Províncias e Portugal, o capitão do navio foi recompensado com 60 florins carolus pela viagem.

Seguindo a rota feita por Antonio Lopez Gomes em 1650, Nunes da Costa contrata uma embarcação em 1651 para ir de Amesterdão a Paimbouef para lá carregar

---

<sup>358</sup> SAA-NA, 1655.

<sup>359</sup> Yosef Kaplan, *op.cit.*, 2008, p. 41.

<sup>360</sup> SAA-NA.

mercadorias para serem transportadas para Porto ou Lisboa. De um destes portos, a embarcação voltaria para Paimbouef para descarregar sua carga de Porto ou Lisboa. Em outra embarcação sob responsabilidade de Lopez Gomes que ia de Lisboa para Paimbouef, mencionava-se o carregamento de figos e amêndoas<sup>361</sup>.

Em 1651 Nunez da Costa fez um contrato em nome de seu irmão Manoel Jorge Nunes da Costa e de outros dois comerciantes de nomes Duarte Joseph de Levros e Manuel Dircks., todos comerciantes de Hamburgo. A rota era Amesterdão-Dartmouth, Dartmouth-Lisboa, Lisboa-Hable da Grace ou Amesterdão. De Dartmouth ele carrega peixe de Terra-Neuf, Port-au-Pourt para Lisboa. Em Lisboa seriam carregadas “mercadorias de comércio”, mas talvez o capitão teria também que ir buscar sal em St. Uvis<sup>362</sup>. Para isso ganharia um dinheiro extra<sup>363</sup>.

No ano de 1655 Simon - ou Simão - Correa comprava bolas de pastel, desta vez uma carga de 800 a 1200 bolas que chegaram em duas embarcações. Suas testemunhas foram Jacob Faes, Cornelis Schaep e Willem vander Graef. Dessa grande carga de bolas de pastel, 100 foram encomendadas por Cornelis Schaep. O nome de Simon Correa encontramos também nas cartas de Dom Francisco de Sousa Coutinho ao conde da Vidigueira por este ter abrigado um fugitivo português procurado pelo conde: "*O homem que V. Exca. procurou, chamado Manuel Gomes da Fonseca, está em Amesterdão encuberto e não aparece na rua, mora com um Simão Correa, judeu que do Brasil passou a estas partes (...)*"<sup>364</sup>.

No mesmo ano de 1655 Jacob Faes e seu irmão Adriaen Faes, compraram uma carga de pastel das *Vlaemsche eijlanden*, as ilhas Flamengas, nome com que as ilhas dos Açores eram conhecidas na Flandres e Países Baixos. Esse pedido foi uma encomenda para os tinteiros Jan Claesz, Jan Knecht e Abraham Wesselingh Chercers que tinham uma tinturaria na rua *Nieuwe Bruchs Boom*. Jeronimo Nunes da Costa declarou em outubro do mesmo ano ter comprado todo o pastel da embarcação *De Prins* - O Príncipe - que Cornelis Schaep, Willem vander Graef e Jacob Faes estavam esperando. O motivo era o

---

<sup>361</sup> SAA-NA, 1651.

<sup>362</sup> SAA-NA, 1651.

<sup>363</sup> SAA-NA, 1651.

<sup>364</sup> *Correspondencias*, vol 1, p. 203.

pastel estar danificado<sup>365</sup>. Essa carga continha 150 bolas de pastel que tinham chegado molhadas ao porto de Amesterdão. Como testemunhas da declaração de Willem assinaram Nicolaes Verhaegen, Harmen Voordij e Artur van Mansdael “todos moradores desta cidade e fazendo em tinta”<sup>366</sup>.

Em 1662 o capitão de navio Wijbrant Bijloo declarou ter recebido dinheiro do senhor Manoel Teixeira/Tijera da ilha de São Miguel para o transporte de pastel, mas que estava faltando dinheiro que ele viria a receber de Jeronimo Nunes da Costa<sup>367</sup>.

Em 1666 Jeronimo Nunes da Costa fretou uma embarcação por conta própria para sair de Amesterdão com destino a São Miguel, Terceira e Fayal. Em São Miguel, Nunes da Costa iria carregar 30 fardos de pastel e 50 a 60 caixas de açúcar<sup>368</sup>. Se fosse necessário iria nas outras ilhas Açorianas para o resto da carga<sup>369</sup>. Na ata está explicitamente escrito que a embarcação deveria contornar a Inglaterra e a Irlanda para descarregar em Amesterdão<sup>370</sup>.

Em 1667, novamente Jeronimo Nunes da Costa como agente do rei em associação com Pieter Pant, comerciante de Rotterdam, fretaram uma embarcação para sair de Amesterdão com destino à ilha de São Miguel ou Terceira e Faial. Nas ilhas descarregariam mercadorias e carregariam 30 fardos de pastel no valor de 4.000 libras bruto. O espaço restante era destinado para os armadores com ordens explícitas de não carregar pastel<sup>371</sup>. Em 1654 fez-se a rota Amesterdão-Le Havre, Le Havre-Setubal ou Lisboa e de volta à Amesterdão. Setúbal foi colocado na rota porque a Inglaterra e a França estavam em guerra, impossibilitando os navios holandeses de comércio<sup>372</sup>. Se caso a guerra tivesse terminado, pedia-se ao capitão para ir diretamente à Lisboa<sup>373</sup>. Por causa do risco associado, o capitão recebia 30 carolus gulden extra pelo trabalho.

---

<sup>365</sup> SAA-NA 19-1-1956.

<sup>366</sup> SAA-NA 12-1-1656.

<sup>367</sup> SAA-NA 1662.

<sup>368</sup> SAA-NA 1666.

<sup>369</sup> SAA-NA 1666.

<sup>370</sup> SAA-NA 1666.

<sup>371</sup> SAA-NA 1667.

<sup>372</sup> SAA-NA 1667.

<sup>373</sup> SAA-NA 1667.

A procura por novas rotas continuou em 1658, desta vez saindo os navios da cidade holandesa de Medemblik com direção a Madeira e Le Havre ou Amesterdão. Um ano mais tarde, Jeronimo voltava a comercializar como agente do rei de Portugal fazendo a rota Amesterdão-Hamburgo-Setúbal-Amesterdão. Em Hamburgo, foram comprados cavalos com destino à Portugal e de Setúbal carregou-se sal. No mesmo ano sai uma embarcação em comboio da cidade holandesa Hoorn para Lisboa e Setúbal retornando para Amesterdão. A carga na ida foi madeira, na volta o sal. Dois anos mais tarde o comerciante fazia a mesma rota em seu próprio nome e outra rota para Lisboa e de lá com produtos portugueses sair com destino ao Amazonas ou outros lugares da Índia Ocidental e de lá retornar para Lisboa. Em 1662 saiu de Amesterdão um comboio com mercadorias para Lisboa, no nome de Jeronimo. Em 1665 novamente em nome do rei de Portugal ele transportava cereais de Nantes ou outro lugar da França para Lisboa. Outra embarcação saiu de Amesterdão para fazer um carregamento em Gluckstadt e de lá para Lisboa, voltando por Eems ou diretamente para Amesterdão. O capitão recebeu um passaporte inglês para poder aportar em Gluckstadt. Outra embarcação, também do rei de Portugal, saiu de Amesterdão por Texel e navegou para a Vila Nova do Condado para comprar figo e amêndoas para vender nos Países Baixos. As instruções para o capitão eram para ele não viajar na formação em comboio ou esperar pelo comboio dos navios e também não carregar produtos para terceiros. Em 1667 as instruções mudaram. O capitão da rota de Emden para Madeira e de volta deveria ir em comboio até Emden para evitar confrontos marítimos com os ingleses. O capitão é Pieter Barckman, alemão de Hamburgo. No mesmo ano outra rota é tentada: Delfzijl-Madeira-Delfzijl. Capitão é Jacob Rasmussen, aliás Jacob Squeers de Hamburgo. Capitão iria navegar primeiro para Hamburgo para conseguir um passaporte inglês para que os produtos do rei de Portugal não fossem confiscados. Novamente as instruções proibiam o capitão de carregar produtos de terceiros.

Em 1675, Jeronimo comprava seu próprio navio. Neste ano ele continuava trabalhando para a coroa portuguesa, agora para o príncipe regente. A rota de seu navio era Amesterdão à Drammen (Noruega) e Drammen à Lisboa. Em 1676 ele mandou por conta própria um navio de Amesterdão para a Vila Nova do Condado com várias mercadorias. O navio voltou com figos, amêndoas e outras frutas. Em 1679 como agente

do príncipe, ele manda um navio de Amesterdão para Curaçau. Em 1679 Diego Henriques Pereira comerciante de Amesterdão vende ferro e pólvora ao comerciante Dionisio Suares de Porto.

Não são encontrados relatos de transporte de pastel das ilhas dos Açores para Amesterdão, para um período de 15 anos. Em 1682 o comerciante Francisco de Medina testemunhava que sua embarcação com um carregamento de açúcar, tabaco, pastel e pau-brasil vindos das ilhas flamengas para a Holanda foi tomada pela armada inglesa<sup>374</sup>. Este fato nos leva a duas hipóteses: ou não houve comércio do pastel durante esses quinze anos ou comércio foi contínuo sem nenhum problema maior e por isso não houveram relatos dignos de um ato notarial.

As relações entre as Províncias Unidas e Portugal deterioraram-se gradualmente a partir de 1647, atingindo o seu ponto mais baixo com a Guerra Holandesa-Portuguesa (1657 a 1661). Em 1646, Dom João IV numa tentativa de paz, despachou o padre Antonio Vieira em missão diplomática à França e aos Países Baixos. O seu propósito na Holanda, especificamente em Haia e Amesterdão, era negociar uma possível recompra de Pernambuco e de Angola que os holandeses haviam assumido de Portugal. Nessa viagem, Vieira também parou em Ruão, onde realizou reuniões de membros da nação judaica portuguesa, a quem se dirigiu com admiração, numa carta, como “os empresários de Ruão”. A nação de Ruão já tinha optado por regressar a Portugal por ocasião do Perdão Geral de 1605. Não menos significativo, estas negociações também envolveram a extração de grandes somas de dinheiro dos empresários portugueses – não apenas daqueles que viviam em Ruão como católicos, mas, três meses depois, daqueles que viviam em Amesterdão como judeus. Em troca da promessa de tratamento igual ao desfrutado pelos cristãos-velhos, isenção de impostos e uma reforma dos procedimentos da Inquisição, estes empresários ajudariam a financiar as políticas do rei João IV no reino e nas colónias. Os acordos foram negociados através de uma série de argumentos e refutações num documento “político e católico” que Vieira escreveu no mesmo ano, que foi publicado sob o título *“Proposta feita a Sua Alteza Sereníssima D. João IV a favor dos homens da nação, sobre a mudança de estilos do Santo Ofício e as receitas do tesouro, 1646.”* Escrevendo com grande eloquência, Vieira

---

<sup>374</sup> SAA-NA 21-11-1682.

afirmou que os *homens da nação* tinham sido expulsos à força de Portugal<sup>375</sup>. O padre Antonio Vieira fez frequentes interferências junto ao rei de Portugal, chamando a atenção para o retorno dos portugueses à pátria, principalmente por causa do envolvimento dos cristãos novos nos negócios coloniais<sup>376</sup>. Porém, com a Guerra Holanda-Portugal – e quem sabe antes - Portugal tinha deixado de ser o eixo do comércio sefardita holandês e passou a assumir apenas uma importância secundária no mundo comercial dos judeus holandeses. A Monarquia Hispânica e suas colônias americanas tornaram-se cada vez mais o alvo principal das atividades comerciais dos sefarditas holandeses, uma situação que continuou até a Guerra da Sucessão Espanhola (1702-13) e o conseqüente declínio de todo o comércio holandês com a Monarquia Hispânica e seu império ultramarino<sup>377</sup>.

---

<sup>375</sup> Adma Muhana, *António Vieira: A Jesuit missionary to the Portuguese Jews of Amsterdam*, 2021, p. 238.

<sup>376</sup> Anita Novinsky, *Cristãos Novos na Bahia*, 1972, p. 17.

<sup>377</sup> Jonathan Israel, *op.cit.*, 2001, p. 104.

**CAPÍTULO 4**  
**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

#### 4.1 Discussão

Este estudo teve por objetivo perceber como o comércio do pastel açoriano foi introduzido em Amesterdão e quais foram os agentes que impulsionaram e influenciaram esse comércio. A pesquisa em fontes impressas, com o auxílio do levantamento de dados no registo de cidadãos em Amesterdão coletado pelo pesquisador Van Dillen, mostra como os conflitos político-religiosos entre Flandres e o Reino Ibérico desencadearam um grande êxodo de imigrantes flamengos para a cidade de Amesterdão. Oito por cento dos imigrantes que se registraram no período entre 1580 – data que marca os conflitos em Antuérpia - a 1606 - final dos dados coletados por Van Dillen – tinham uma profissão relacionada à produção têxtil. Para estes cidadãos o registo de cidadania era um procedimento importante pois sem esses profissionais não poderiam se inscrever na associação de trabalhadores, única maneira de poder exercer sua profissão dentro da cidade.

Entre os profissionais da manufatura têxtil, três mencionaram especificamente a habilidade de tingir panos em azul. Este facto particular descreve o quão complexo era o processo de tingimento desta cor. Essa especialidade exigia treinamento e experiência, algo que poderia somente ser aprendido na própria tinturaria. Em Amesterdão, somente depois de dois anos de competência no ramo poderia um aprendiz receber o título de tingidor. A presença de três novos cidadãos com a experiência no ramo demonstra que o tingimento de tecidos na cidade estava aumentando. A necessidade de profissionais não poderia esperar dois anos para a formação de profissionais locais. Além do mais, a maneira com que se tingiam os panos em Flandres se distinguia do método antigo usado em Amesterdão e a preferência no mercado era o método flamengo.

A necessidade de novos tinteiros, nomeadamente para o tingimento em azul nos leva a três conclusões importantes. Primeiro, que o setor de tingimento de tecidos estava crescendo e que havia assim necessidade de novos profissionais na área. Segundo, que os profissionais necessários vinham da Antuérpia, cidade cuja produção têxtil tinha desmoronado por causa da tomada espanhola. Por fim, deduzimos que com o aumento de tingidores de azul, houve também um crescimento no comércio do pastel-dos-tintureiros, matéria-prima essencial para esse tingimento. Por falta de registo das

entradas do produto no porto de Amesterdão, somente o uso de fontes indiretas nos pode ajudar a traçar o comércio do pastel. Esses dados estatísticos até 1606 é o indício de que essa matéria-prima foi necessária na cidade e que houve um aumento na sua procura no início do século XVII. Porém esses dados ainda não são suficientes para conclusões incisivas. A seguir, descreveremos outros fatos importantes que mostram o aumento das oficinas de tingimento azul em Amesterdão.

O aumento do tingimento de panos com a coloração azul está evidente na história do crescimento urbano de Amesterdão. A entrada de especialistas para o trabalho nas tinturarias, a criação de novos espaços para novas oficinas tinteiras e novas regras e controle de qualidade são provas deste crescimento. Para completar, em 1615 é ordenado que no tingimento de azul não poderia ser utilizado outro produto a não ser o pastel. A soma desses fatores nos faz concluir que houve também um aumento na procura do pastel-dos-tintureiros em Amesterdão a partir do início do século XVII.

A lei de proteção do pastel como produto principal para o tingimento em azul na Holanda, dificultou uma possível concorrência do tingimento em índigo, planta encontrada na Ásia e Américas. Essa medida protecionista que favorecia os produtores e mercadores de pastel, encontramos em grande parte do território europeu<sup>378</sup>. Nesse período, produtores de pastel na Alemanha iniciaram uma campanha contra os corantes de azul vindos do exterior<sup>379</sup>. O índigo era ali chamado de “Teufelsfarbe”, o corante do diabo<sup>380</sup>. Na França, encontramos uma proibição de 1598<sup>381</sup>. Na Inglaterra, o índigo foi proibido entre 1581 e 1660<sup>382</sup>, recebendo pejorativos como “droga perigosa” e “comida do diabo”<sup>383</sup>. A lei de proteção holandesa ilustra um movimento europeu onde produtores ameaçados lutaram para manter a estabilidade de seu comércio. A nação holandesa, porém, difere-se de outras nações pela inexistência do cultivo da planta em seu território. A garantia do uso somente do pastel para o tingimento, protegia os interesses de seus aliados políticos e econômicos.

---

<sup>378</sup> Noor Iqbar, *op.cit.*, p. 280.

<sup>379</sup> Noor Iqbar, *op.cit.*, p. 285.

<sup>380</sup> Hurry, *The Woad Plant*, p. 268, citado em Noor Iqbar, *op.cit.*, p. 285.

<sup>381</sup> Noor Iqbar, *op.cit.*, p. 286.

<sup>382</sup> Noor Iqbar, *op.cit.*, p. 286.

<sup>383</sup> Hurry, *The Woad Plant*, p. 259, citado em Noor Iqbar, *op.cit.*, p. 286.

Em partes da Alemanha como a região de Erfurt, na França na região de Toulouse e em menor quantidade na Flandres, o pastel era cultivado para o consumo regional e, com exceção de Flandres, para o comércio transatlântico. Para sabermos se o pastel comercializado em Amesterdão tinha sua origem nas ilhas açorianas, fizemos uma comparação entre os dados de fontes de Ponta Delgada com dados de fontes de Amesterdão. Um estudo dos dados dos registos da alfândega em Ponta Delgada mostramos que no período entre 1620 e 1639 não houveram embarcações a sair de Ponta Delgada com destino a cidades portuárias das Províncias Unidas. Registos da alfândega anteriores a 1620 infelizmente não foram guardados, o que nos possibilitaria traçar conclusões específicas para os doze anos de trégua entre as Províncias Unidas e o Reino Ibérico. As provas que o pastel vinha do Açores tem que ser encontrada, portanto, nos arquivos dos Países Baixos. Infelizmente também aqui não há um registo de entradas de produtos que nos possa ajudar em um estudo quantitativo do tema. Os únicos dados existentes são descrições esparsas, em livros de inspetoria de qualidade de produtos, tabelas de preços de transporte e, acima de tudo, os atos notariais. Os atos contêm relatos importantes que nos ajudam a interpretar o comércio. Descrições de seguros de navios nos revela suas rotas comerciais. Descrições de perdas e danos por motivos de conflitos e corsos no mar ou perda de mercadoria são relatos esporádicos que ilustram o dia-a-dia de capitães, comerciantes e os produtos por eles comercializados.

O primeiro indício de que o pastel comercializado em Amesterdão era de origem açoriana consta em um relato de 1605. Alexander van de Berge e Jan Le Bruyn, comerciantes de Amesterdão declararam que não era mais possível mandar marinheiros holandeses para o reino hispânico, devido aos conflitos político-religiosos com as Províncias Unidas. A solução que estes comerciantes aconselharam e deixaram firmadas em cartório era de navegar de Amesterdão ou Texel para Londres. Em Londres trocava-se os marinheiros holandeses por marinheiros ingleses. Assim, na chegada nos Açores os administradores teriam a ideia de que o navio era de procedência inglesa. Se na chegada em território espanhol houvesse ainda marinheiros alemães/holandeses no navio, estes não poderiam sair da embarcação. Os navios navegariam primeiro com carga de Amesterdão ou Texel para Londres. Em Londres, descarregariam sua carga e carregariam o navio com outros produtos, seguindo-se para a ilha de São Miguel ou a

ilha Terceira. Na ilha haveria novamente descarga e carga de produtos, cargas essas que eram levadas de São Miguel ou Terceira como o açúcar brasileiro, o pastel, o tabaco, entre outros. Das ilhas açorianas o navio retornava para Londres onde talvez houvesse alguma descarga. De Londres ele retornava para Amesterdão ou Texel com o carregamento feito na ilha de São Miguel.

Esse relato coincide com os dados coletados por Maria da Rocha Gil nos registros de Ponta Delgada. Como podemos observar na Tabela 2, de um total de 207 navios que saíram do porto de Ponta Delgada entre 1620-1639, 55% desses tiveram como destino Inglaterra. Porém, tendo em conta as informações coletadas em Amesterdão podemos concluir que o produto nem sempre foi destinado aos ingleses, mas sim para outros países. A Inglaterra servia de entreposto comercial, posição que adquiriu por não estar envolvida nesse período em conflitos com o reino ibérico. Essa dinâmica de transporte de produtos era comum. Agora sabemos que os portos ingleses nem sempre eram o destino final desses navios e que marinheiros ingleses serviam como disfarce para que navios holandeses não fossem percebidos.

Nos dados de Rocha Gil encontramos mais indícios dessa forma de comércio clandestino. Rocha Gil colheu todos os nomes de capitães de navios registrados em Ponta Delgada. Um deles era Thomas Jordan, capitão inglês cuja embarcação ia com destino à Londres. Em pesquisa nos atos notariais da cidade de Amesterdão, encontramos o nome de Thomas Jordan (escrito no resgisto: Thomas Jurdão). O ato em si não tem importância para o transporte do pastel, mas conta um detalhe importante. O escrivão anota que Thomas Jordan era morador tanto desta cidade [de Amesterdão] como de Londres. Aqui vemos que as rotas comerciais entre Londres e Amesterdão eram ativas, da mesma forma como as rotas entre Londres e Ponta Delgada.

Da ilha Terceira encontramos indícios de comércio cujo responsável era um morador dessa ilha, João de Ávila. Em 1628 ele fez um contrato de seguro de seu navio que transportava açúcar, tabaco e *outros produtos* destinados ao capitão Manuel Pinheiro, agente do comerciante João de Ávila. O transporte era destinado a Amesterdão ou Roterdão. Aqui notamos que nem todos os produtos são mencionados no ato, podendo ser que o pastel estivesse na lista de transporte. Em 1633 encontramos outro ato com o nome de João de Ávila, onde mencionava-se um transporte que saia de

Amesterdão com destino a Bristol na Inglaterra. De lá a embarcação navegava para a Ilha Terceira para depois, se necessário, partir para Viana do Castelo. Aqui também não há certeza de que o pastel estava sendo transportado de Terceira para as Províncias. Uma questão intrigante é entender como João de Ávila conseguia comercializar com o reino inimigo. Uma pesquisa sobre sua pessoa ajuda-nos a compreender o contexto. João de Ávila foi uma das figuras principais a defender o poder a D. Antonio na crise da sucessão do trono português por volta de 1580<sup>384</sup>. Em 1582, o capitão João D'Ávila conseguiu controlar o ataque dos espanhóis na ilha. Um ano mais tarde ele perde sua posição e a ilha caiu sob o governo espanhol<sup>385</sup>. Sua posição contra o reinado filipino em Portugal talvez tenha levado De Ávila a burlar as sanções impostas pela Monarquia Hispânica condizendo com o inimigo político. Fato que agora encontramos nas fontes holandesas é que D'Ávila estava comercializando com as Províncias no período entre 1628 e 1633, período de grandes conflitos entre A Monarquia Hispânica e as Províncias Unidas.

Após o retorno da independência de Portugal (1640), o reino português tentou restaurar o relacionamento abalado com a esperança de receber de volta às terras brasileiras e africanas invadidas pelos holandeses. Para o cargo de agente comercial do rei de Portugal nomeou-se Jeronimo Nunes da Costa. O sefardita Nunes da Costa chegou em 1643 em Amesterdão junto com seu pai Duarte Nunez (Jacob Curiel), agente comercial do rei de Portugal em Hamburgo desde 1641. Duarte Nunez tinha residido em Amesterdão (e antes disso em Florença, fugindo da inquisição de Madrid), quando os embargos espanhóis de 1621 fizeram com que ele - assim como muitos outros sefarditas na Holanda - se mudassem para Hamburgo<sup>386</sup>. Com a independência de Portugal, ele tornou-se um dos maiores provedores de munição para a nova corte e um importante auxiliar na ofensiva diplomática portuguesa, entrando em contato com todos os diplomatas portugueses e os aconselhando<sup>387</sup>.

Jeronimo Nunez foi responsável pela entrada e saída de embarcações com destino ao território português e também responsável para que nenhuma mercadoria

---

<sup>384</sup> *Annaes da Ilha Terceira*, pp. 77; 183; 206; 302-304.

<sup>385</sup> *Annaes da Ilha Terceira*, pp. 77; 183; 206; 302-304.

<sup>386</sup> Veja a história de Duarte Nunez no artigo de Jonathan Israel dedicado à sua pessoa, 1987.

<sup>387</sup> Jonathan Israel, *op.cit.*, 1987, pp. 24-25.

portuguesa chegasse aos portos holandeses sem que o rei português recebesse o seu dízimo. Ao mesmo tempo, como agente do rei, ele estava responsável pela qualidade da mercadoria, tomando medidas apropriadas se a mesma não estivesse de acordo. Assim, compra ele todo um lote de pastel que tinha chegado mofado ao seu destino.

Nos dados de Rocha Gil vemos que dois barcos saíram em 1646 de Ponta Delgada com destino ao porto holandês, duplicando o número em 1648, para diminuir novamente em 1669. Esse número parece ser irrisório, mas se partimos do fato de que o pastel era somente usado para a coloração de panos, dois barcos anuais já servem para cobrir uma boa parte da produção da cidade. Os nomes de capitães encontrados nos registos de Ponta Delgada não condizem com o nome do agente do rei em Amesterdão ou um dos nomes mencionados nos atos notariais. Apesar dessa incoerência, há provas suficientes de que houve um comércio do pastel açoriano entre Ponta Delgada e Amesterdão depois da retomada da soberania portuguesa. Notamos aqui a influência dos imigrantes flamengos na procura pelo produto. Seus compradores são ricos empreendedores que imigraram para Amesterdão depois da queda da Antuérpia. Alguns de seus nomes se encontram na lista das famílias mais ricas de Amesterdão no século XVII.

Uma diferença ao período antes da independência de 1640 era o papel dos judeus sefarditas como agentes intermediários, sob a coordenação do agente do rei Jeronimo Nunez da Costa. A presença de capitães holandeses é encontrada no reino de Portugal, trabalhando nos portos portugueses, como Enno Doedes que carregava produtos de Lisboa para a ilha de São Miguel, quando foi atacado por compatriotas da Zeelandia. Antes da independência encontramos comerciantes judeus comercializando produtos portugueses, mas não com destino à Amesterdão. Esses relatos puderam ser encontrados em decorrência do asseguramento dos navios em Amesterdão. Na época da trégua entre o Reino Ibérico e as Províncias Unidas (1609-1621), vários comerciantes portugueses narraram como seus navios foram roubados em pleno mar. O seguro para suas embarcações era assinado em Amesterdão, apesar do carregamento não ter destino ou procedência nessa cidade. Luis Pereira de Miranda, levou uma carga da Bahia com direção ao Porto. Diego Lopes Pereira, navegou de Pernambuco com destino à Lisboa. Bastiaan Nunez partiu de Lisboa para a Bahia. Somente no ato de Luis Pereira de

Miranda é retratado que o mesmo era “comerciante português em Amesterdão”. Dos outros dois capitães não sabemos suas conexões com a cidade de Amesterdão. As famílias Lopes Pereira e Pereira são encontradas desde 1605 nos registos de Amesterdão. Já em outro ato notarial é descrito que Sebastian Nunez era morador de Hamburgo. Como vemos essa rota comercial era entre o Brasil e Portugal e nunca entre Portugal e Holanda. Na rota comercial entre Inglaterra e Amesterdão se beneficiavam comerciantes holandeses, ingleses e portugueses.

O poder sefardita no comércio transatlântico português não era visto com bons olhos por vários administradores portugueses. Os regulamentos da inquisição eram ainda vigentes e a prática do judaísmo era proibida nas terras portuguesas. Assim, a presença de judeus como agentes do rei português em território holandês torna-se contraditório. Essa prática tem talvez explicação se for esclarecida como uma tática para convencer a nação sefardita de apoio ao reino português, ajudando na reconquista de suas terras do além-mar.

#### **4.2 Síntese**

Por ser o pastel açoriano um produto de exportação só poderemos entender seu comércio estudando as forças de poder político e social determinantes para o seu desenvolvimento ou fracasso. Neste ensaio elegemos estudar o pastel no contexto do mercado têxtil da cidade de Amesterdão no atual Países Baixos. Até o final do século XVI Amesterdão não era uma cidade voltada ao comércio de panos ou o tingimento destes. No século XVII uma grande mudança económica ocasionada entre outros pelos conflitos político-religiosos em Flandres, a ascensão da República das Sete Províncias e o estabelecimento de comerciantes flamengos com capital em Amesterdão, influenciaram a dinâmica do comércio na cidade holandesa.

Para o entendimento do comércio entre as ilhas açorianas e Amesterdão em seu conjunto, devemos analisar os fatos nas ilhas e na cidade importadora. O cenário de fundo é a unificação dos reinos hispânicos e portugueses (1580), a perda de autonomia da nação portuguesa e a escolha do rei Ibérico de combater os inimigos do catolicismo, ou seja, todas as outras religiões presentes no continente europeu: islã, judaísmo e

protestantismo. Esse contexto político afetou a economia em ambos os lados, mas criou também novas possibilidades de comércio. Essas possibilidades foram o enfoque desta pesquisa. Destes são destacados três tópicos que foram estudados por outros autores acadêmicos com o objetivo de através desta investigação fazer uma pequena contribuição para o debate acadêmico. Estes tópicos são a investigação e análise dos registos da alfandega de Ponta Delgada por Maria da Rocha Gil; a influência dos imigrantes flamengos no crescimento económico de Amesterdão a partir da queda da Antuérpia em 1585 e a influência dos judeus sefarditas portuguesas no comércio de produtos portugueses nas Províncias Unidas.

Iniciemos com os imigrantes flamengos. O conflito religioso entre católicos e protestantes resultou na tomada de grande parte de Flandres pela União Ibérica e a proclamação de uma nova nação - a República das Sete Províncias Unidas. A instabilidade social e económica nas cidades de Flandres moveu milhares de pessoas a deixar suas casas e seus negócios e locomoverem-se para países vizinhos. A pergunta que muitos pesquisadores tentam responder é se Amesterdão teve seu crescimento devido à chegada dos flamengos ou se a cidade já tinha todos os componentes necessários para um comércio transatlântico e, portanto, serviu de imã para os comerciantes refugiados de Flandres. No primeiro capítulo encontramos a defesa de ambos os campos. Historiadores como Gelderblom e Lesger defendem que Amesterdão já era uma cidade autônoma e estável, pronta para um crescimento económico internacional<sup>388</sup>. Os imigrantes flamengos não foram necessários para esse crescimento, eles só se aproveitaram dos fatores favoráveis. Ao mesmo tempo Gelderblom diz que os flamengos entraram com o capital necessário para o crescimento de Amesterdão cuja infraestrutura já estava preparada para o crescimento.

Comparemos aqui os dados levantados com o crescimento das tinturarias com a teoria de Gelderblom e Lesger<sup>389</sup>. Em Amesterdão dos meados do século XVI não haviam empreendedores com capital suficiente para a construção de uma tina para o

---

<sup>388</sup> Oscar Gelderblom, *From Antwerp to Amsterdam. The contribution of Merchants from the Southern Netherlands to the commercial expansion of Amsterdam (c. 1540-1609)*, 2003 e *Zuid-Nederlandse kooplieden en de opkomst van de Amsterdamse stapelmarkt (1578-1630)*, 2000. Clé Lesger, *Handel in Amsterdam ten tijde van de Opstand*, 2001 e *The rise of Amsterdam market and information exchange*, 2006.

<sup>389</sup> Veja nota anterior.

tingimento de tecidos. Os prefeitos de Amesterdão tiveram que acolher os tinteiros construindo uma tina comunitária que seria paga pela comunidade a prestações. Quarenta anos mais tarde, chegam à cidade sete tingidores de tecidos, todos nativos da Antuérpia. Dos sete, três eram especializados no tingimento em azul<sup>390</sup>. Nos dados coletados por Van Dillen e acrescentados aqui com os dados das regulamentações dos prefeitos da cidade sobre o tingimento de tecidos e a localização de suas tinturarias, concluímos que esse setor cresceu exponencialmente. No período entre 1587 e 1590, cinco anos depois da queda da Antuérpia, surgiram várias oficinas de pequeno e grande porte. Nesse período não haviam restrições burocráticas e a abertura de novas oficinas para o tingimento era fácil. Após essa explosão, a administração pública sentiu necessidade de criar novas regras e uma inspeção rígida para garantir a qualidade do tingimento<sup>391</sup>. Vinte e cinco anos mais tarde, a produção era tão grande que uma nova localização foi criada para amparar todas as oficinas tinteiras que estavam abrindo suas portas<sup>392</sup>. Entre os empresários responsáveis por esse crescimento vemos nomes de famílias flamengas com grande capital como Michiel Faes e seus filhos, Willem van der Graef e Cornelis Schaep<sup>393</sup>.

Com a coleta de todos esses dados concluímos que no crescimento do setor de tingimento de tecidos em Amesterdão o papel dos imigrantes flamengos foi essencial. A contribuição destes imigrantes foi além do investimento financeiro. Eles trouxeram a mão-de-obra especializada no ramo e com sua experiência elevaram a qualidade do produto criando regras e um processo de inspeção e punição para manter o nível superior de produção. Gelderblom argumenta que os historiadores que glorificam o papel dos flamengos no crescimento de Amesterdão baseiam-se na biografia de alguns personagens de renome, comerciantes da elite de Antuérpia que realmente enriqueceram no negócio depois de seu estabelecimento na Holanda do Norte<sup>394</sup>.

Com base nos dados aqui apresentados não conseguimos, porém ir de encontro aos argumentos de Gelderblom que sugerem que a influência dos imigrantes flamengos

---

<sup>390</sup> J.G. van Dillen, *op.cit.*, 1929, vol. I, p. xlix.

<sup>391</sup> Keurboek H, f. 1, Keur betreffende ververijen, brouwerijen en zeepziederijen, 10 de abril de 1591. In: J.G. van Dillen, vol. I, pp. 485-486.

<sup>392</sup> Res. Vroedschap 10 12 de abril de 1614, p. 233, Em: Van Dillen, *op.cit.*, vol. 2, p. 81.

<sup>393</sup> J.G. van Dillen, *op.cit.*, vol 3, p. 305 e SAA-NA 19-1-1956.

<sup>394</sup> Gelderblom, 2000, *op. cit.*, p. 18.

no crescimento econômico de Amesterdão seja irrisória. Amesterdão com sua localização portuária e experiência na construção de embarcações já tinha um grande potencial, mas ainda faltava muitos aspetos para melhorar a economia local. Esses aspetos vieram em sua maioria com os imigrantes flamengos e com o negócio das titurarias a partir do pastel-dos-tintureiros, sem o qual o tingimento em azul não seria possível.

A segunda onda de imigrantes que contribuiu com o comércio do pastel açoriano foram os portugueses judeus sefarditas. Nos dados recolhidos nos atos notariais vemos que o papel dos comerciantes judaicos inicia (oficialmente) depois da recuperação da independência portuguesa. Entre 1580 e 1640 o comércio do pastel açoriano na rota de Ponta Delgada para Londres ou Bristol com destino final em Amesterdão era coordenada por comerciantes holandeses e ingleses como Alexander van de Berge, Jan Le Bruyn e Thomas Jordan. Da ilha Terceira era João d'Avila que comercializava clandestinamente produtos da ilha diretamente com os portos de Amesterdão e Rotterdam. Com a independência portuguesa, instalaram-se em Amesterdão judeus sefarditas que comercializavam na rota Amesterdão-Portugal incluindo o arquipélago dos Açores.

No período entre 1640 e 1680 encontramos o maior número de dados do comércio do pastel. Nesse período o comércio sai da clandestinidade e se torna um comércio legalizado. O reino português instalou um agente de comércio na pessoa de Jeronimo Nunez da Costa, de descendência judaica, cujo pai, Duarte Nunez, era um comerciante importante no comércio entre Hamburgo e Portugal. Duarte além de comerciante foi um importante lobista na corte portuguesa, como descreveu Jonathan Israel. Sua influência ajudou na instalação de seu filho como agente comercial em Amesterdão.

Ao redor de Jeronimo Nunez cresce-se uma comunidade de comerciantes sefarditas vindos de outras cidades europeias e do Brasil Holandês. Esse crescimento pós 1640 não significa que não existia uma comunidade sefardita anterior a este período. Porém, na cidade de Amesterdão se registaram por muito tempo medidas discriminatórias para com os judeus. A comunidade foi restringida de direitos de associação a uma guilda, de abertura de lojas comerciais. Também sua religião foi

reprimida não podendo construir uma sinagoga e um cemitério dentro dos muros da cidade. O direito de praticar religião em público e manter casas de culto era privado para os protestantes. Nem os católicos não tinham dessa liberdade, escondendo seus lugares de culto em prédios comuns.

Para os judeus as medidas eram mais rigorosas que para os católicos. Eles foram privados de exercer várias profissões. A abertura de uma tinturaria não lhes era possível. Somente o comércio lhes era concedido, porém a comunidade estava impedida de abrir lojas comerciais. Essa medida traduziu-se na forma como o comércio de produtos como pastel foi praticado na cidade. A pessoa que comprava o produto não era a mesma pessoa que a vendia na cidade. Os vendedores de pigmentos em Amesterdão que encontramos nos dados recolhidos eram também donos de tinturarias. As lojas para a venda de pigmentos se encontravam em outra localização que a tinturaria, indicando que a compra não era somente para uso próprio, mas também para o comércio. Concluímos, portanto, a existência de uma segregação étnica no exercício de profissões. Portugueses sefarditas dominavam o comércio entre Portugal e Amesterdão enquanto que flamengos dominavam a venda local de pigmentos como o pastel, às manufaturas têxteis e as tinturarias.

Em se tratando dos flamengos, concluímos anteriormente que o crescimento económico de Amesterdão se deu em grande parte graças à sua presença. Mas qual foi a influência dos judeus sefarditas? Muitos autores analisaram em primeiro lugar o crescimento económico da própria comunidade sefardita. Jonathan Israel escreveu que o desenvolvimento económico da comunidade em Amesterdão não foi um processo cumulativo, mas sim extremamente esporádico, marcados por dois momentos que os favoreceram: durante o truque entre a Monarquia Hispânica e as Províncias Unidas de 1609-1621 e na década que decorreu a segunda guerra entre estes reinos em 1646-1655<sup>395</sup>. Novisky comenta que foram poucos os portugueses que alcançaram enormes fortunas em Amesterdão<sup>396</sup>. A autora baseia-se no fato que a maioria dos cristãos novos faziam parte da burguesia, homens de negócios que prestavam algumas vezes importantes serviços diplomáticos ao rei de Portugal, nas suas relações com A

---

<sup>395</sup> Jonathan Israel, *op.cit.*, 1978, pp. 1-3.

<sup>396</sup> Novinsky, *op.cit.*, p. 17

Monarquia Hispânica e Marrocos<sup>397</sup>. Francisco Retama em um tratado para o conselho do estado de 1619 afirma que a maioria das 600 famílias judias que moram em Amesterdão e Rotterdam são pobres e que somente uma dúzia de judeus holandeses são aptos ao comércio. Mesmo o mais rico tem menos de 60000 *ducatos castelhanos*<sup>398</sup>. Também Kaplan em sua análise quantitativa do número de transações de câmbios feitos por judeus ou cristãos novos constata que a quantia nessas contas não é impressionante se comparadas com contas de outros negociantes na mesma época.<sup>399</sup>

O poder económico dos sefarditas pode ter sido menor do que o poder económico dos flamengos, mas o seu poder político no comércio transatlântico entre as Províncias Unidas e Portugal foi de grande valor se pudemos acreditar nas análises de diversos historiadores. Israel afirma que a imigração sefardita para a República Holandesa foi baseada no seu papel no comércio transatlântico enquanto que a República era o entreposto comercial mais importante do mundo no século XVII<sup>400</sup>. Já no século XVII o poder dos judeus e cristãos novos é observado pelos espanhóis, quando o duque do Infantado no conselho de estado nota que "los principales mercaderes y tratantes que ay en Olanda los mas dellos son portugueses"<sup>401</sup>. Harold Bloom chega também a essa conclusão e afirma que "os judeus foram uma gota no balanço comercial da grande metrópole [Amesterdão], mas uma gota significativa e poderosa"<sup>402</sup>.

Nos dados coletados sobre o comércio do pastel açoriano notamos a presença majoritária da comunidade portuguesa sefardita na compra e transporte do produto. Ao mesmo tempo, o número de comerciantes que encontramos se limita a quatro pessoas, sendo um deles e o mais poderoso, o agente do rei de Portugal. O fato de não termos encontrado outros grupos étnicos que faziam esse comércio após 1640, podemos concluir que o mesmo era dominado pela comunidade judia. Com os dados aqui coletados não é possível fazer afirmativas sobre o poder que esse grupo exerceu nessa área do comércio. Se não houvesse a presença de sefarditas em Amesterdão nesse

---

<sup>397</sup> *Idem ibidem*.

<sup>398</sup> Jonathan Israel, *op.cit.*, 1978, p. 5.

<sup>399</sup> Yosef Kaplan, *op.cit.*, 1970 p. 27.

<sup>400</sup> Jonathan Israel, *op.cit.*, 1989, p. 46.

<sup>401</sup> AGS Est. 306, 6 julho 1622, em: Jonathan Israel, *op.cit.*, 1978, p. 5.

<sup>402</sup> Herbert Ivan Bloom, *The economic activities of the Jews in Amsterdam in the XVI and XVII centuries*, 1937, p. 22.

período será que não haveria comércio do pastel? E o que aconteceu com os comerciantes que faziam a rota através da Inglaterra? Infelizmente essas perguntas ficarão aqui sem resposta.

O último ponto conclusivo desse trabalho é o estudo comparativo com os dados coletados por Maria da Rocha Gil em Ponta Delgada. Os dados aqui coletados são tão irregulares e incompletos quanto os de Rocha Gil. Infelizmente não podemos modificar essa situação pois os arquivos não contêm toda informação necessária para uma análise quantitativa. Mesmo assim podemos tomar algumas conclusões baseadas nos dados levantados em Ponta Delgada, os dados do pesquisador Van Dillen e os dados desta pesquisa. A conclusão mais importante que chegamos comparando os dois estudos é que o destino das embarcações anotados em Ponta Delgada não condiz com o destino do produto no mercado. Principalmente em época de conflitos políticos notamos que comerciantes encontram maneiras de burlar as barreiras econômicas impostas pelas respectivas potências políticas. Em segundo lugar notamos que os capitães de navios tinham uma grande mobilidade internacional não se limitando ao comércio entre dois países. A demanda do produto é que determina a rota de comércio.

Das afirmativas acima podemos também tomar conclusões generalistas a respeito do estudo histórico do comércio transatlântico. Para entendermos esse comércio é necessário um estudo mais abrangente que o estudo somente do país fornecedor. Analisando somente os dados do país de origem não conseguimos entender o contexto maior de procura e demanda de um produto a nível internacional. As dinâmicas de política, religião e o movimento humano influenciam também o movimento do comércio.

Nessa pesquisa concentramo-nos no comércio do pastel em Amesterdão. Assim, não é possível com os dados coletados tomarmos conclusões sobre a procura do pastel em outras cidades holandesas de uma forte produção têxtil. Para o comércio do pastel em Amesterdão, outros fatores de influência não foram aqui tratados que podem introduzir novas perspectivas na rota deste comércio, principalmente no período das sanções espanholas onde o comércio ocorreu clandestinamente. Um estudo nos arquivos de Londres, Bristol, Ruão e Hamburgo podem ajudar no traçar das rotas comerciais do pastel em cidades da Europa setentrional. De importância é saber o papel

do porto de Angra na ilha Terceira na distribuição de produtos clandestinos. Talvez os arquivos da ilha nos deem mais informações.

Uma vez aqui chegados consideramos ter sido este um contributo relevante, através do qual nos propusemos a analisar como caso de estudo o comércio e produção têxtil de Amesterdão e qual a sua relação com o fornecimento do pastel-dos-tintureiros açorianos. Para tal partimos de fontes primárias holandesas, que não são normalmente consideradas no âmbito desta problemática. Consideramos que esta abordagem pode ser da maior utilidade para entender diferentes realidades históricas do contexto moderno, colocando-nos em perspectiva e ensaiando uma abordagem de histórias comparadas sobre diferentes perspectivas imperiais da Europa Moderna. O manancial de informação por trabalhar poderá fornecer dados para estudos futuros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes impressas

(1610) *Ordonnantie uyt het keurboeck der stad Amstelredamme, gheteckent met de letter C. nopende het loon vande binnenlandts vaerende schippers, vaerende op haer beurte van Amsterdam op Antwerpen, als oock van Amsterdam op Zeelandt.* Amsterdam: Michiel Colijn Boeckverkoper.

(1638) *Extract uyt het register vande willekeuren der stad Amsterdamme, geteeckent mette Letter L.* Amsterdam: Broer Jansz.

(1682) *Remarques van de heeren gedeputeerden der stad Amsterdam.* Editora desconhecida.

(1969) *Monumenta Henricina, volume X (1449-1451).* Comissão Executivo das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. Coimbra: Oficina Atlântida.

Arquivo dos Açores (1884) *História Açoriana.* Vol. 1. Ponta Delgada: Typ. do Arquivo dos Açores.

Arquivo dos Açores (1884) *História Açoriana.* Vol. 6. Ponta Delgada: Typ. do Arquivo dos Açores.

Cordeiro, Antonio C.J. (1866) *Historia insulana das ilhas a Portugal sugeitas no oceano occidental.* Vol. 1. Lisboa: Typ. Do Panorama

Fernandes, Valentim (1891). *Ilhas do Atlantico. Cronicas de Valentim Fernandes.* Lisboa: Livraria Frerin.

Frutuoso, Gaspar (1873[1586-1590]) *As Saudades da Terra. A História das Ilhas do Porto-Sancto, Madeira, desertas e selvagens.* Funchal: Typ. Funchalense.

Lasteyrie, Charles de, e.o. (1816) *A treatise on the culture, preparation, history, and analysis of pastel, or woad: the different methods of extracting the coloring matter, and the manner of using it, and indigo, in dyeing.* Boston: Rowe & Hooper.

Linschoten, Jan Huygen (1596) *Itinerario, Voyage ofte schipvaart van Jan Huygen van Linschoten naer Oost ofte Portugaels Indien...* Amsterdam: Cornelis Claesz.

Loenius Joannes (1712) *Decisien en observatien door wylen den heer Joannes Loenius.* 't Amstelredam: Jan Boom en Gerard onder de Linden, boekverkoopers.

Prestage, Edgar e Pedro Augusto de S. Bartholomeu Azevedo (1928) *Correspondência diplomática de Francisco de Sousa Coutinho durante a sua embaixada em Holanda.* Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 3 volumes.

Schmeller, Johann Andreas [1846] *Ueber Valenti (ou im) Fernandez Alemã und seine Sammlung von Nachrichten über die entdeckungen und besitzungen der Portugiesen in Afrika und Asien bis zum Jahre 1508. S.I. (München).*

Vries, Simon de (1682) *Curieuse aenmerckingen der bysonderste Oost en West-Indische verwonderens-waerdige dingen; nevens die van China, Africa, en andere gewesten des werelds. 4 stucken. Vol. 2.* Amesterdão: Michiel Colijn.

Waesberge, Hendrik van e Salomon e Petrus Schouten (1748) *Handvesten; ofte privilegien ende octroyen; mitsgaders willekeuren, costuimen, ordonnantien em handelingen der stad Amstelredam: door last van de Edele Groot-Achtbaare Heeren Burgermeesteren em Regeerders van dezelve Stad tot den eersten february 1747 vervolgt, met verscheide stukken vermeerdert, mitsgaders in eene andere schikking gebragt; em met de nodige registers voorzien. Segunda parte.*

Zurara, Eanes Gomes (1841[1453]) *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné, escrita por mandado de Elrei Dom Afonso V.* Paris: J.P.

## **Estudos**

Acker, L. van (1961) Teelt van wede (pastel) in West-Vlaanderen. *Biekorf*, vol. 62, p. 86-92.

Almeida de Araujo, Anderson Leon (2009) Os flamengos, os holandeses, a América – contribuições neerlandesas no novo mundo. Em: Graciela Bonassa Garcia (org.), *Perspectivas históricas de uma mesma América.* Rio de Janeiro: UFFJR.

Asaert , Gustaaf (1973) Handel in kleurstoffen op de Antwerpse markt tijdens de XVe eeuw. *BMGN*, vol. 88 (3), pp. 377-402.

Asaert, Gustaaf (2004) *1585: de val van Antwerpen en de uittocht van Vlamingen en Brabanders*. Tielt: Lannoo.

Austin, Kenneth (2020) *The Jews and the reformation*. Yale: Yale University Press.

Azevedo, J.M. (1990) Notas sobre a fauna marinha de Santa Maria e Formigas na obra de Gaspar Frutuoso. *Relatórios e comunicações do Departamento de Biologia*, nr. 19, pp. 27-32.

Azevedo, Maria Antonieta Soares de (1985) Pastel. Em *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto: Livraria Figueirinhas, p. 12.

Balfour Paul, Jenny (2020) Indigo and blue: a marriage made in heaven, *The textile Museum Journal*, pp. 160-185.

Bernfeld, Tirtsah Levie (2012). *Poverty and welfare among the Portuguese Jews in early modern Amsterdam*. Oxford: The Littman Library of Jewish Civilization.

Bernfeld, Tirtsah Levie (2012). Matters Matter: Material cultural of Dutch Sephardim (1600-1750). *Studia Rosenthaliana* vol. 44, pp. 191-216.

Bloom, Ivan Herbert (1937) *The Economic Activities of the Jews in Amsterdam in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*. Amesterdão: Bayard Press.

Bettencourt, João (2017) Os naufrágios da baía de Angra (ilha Terceira, Açores): uma aproximação arqueológica aos navios ibéricos e ao porto de Angra nos séculos XVI e XVII. Tese de doutoramento. Lisboa: FCSH.

Bettencourt, Luís (2008) *Moinhos de vento dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.

Borlandi, F. (1950) Note per la storia delle produzione e del commercio di una materia prima. Il guado nel medio evo. *Studi in onori di G. Luzzato*, vol. 1, pp. 297-324.

Brandão da Luz, J.L. (1996) O homem e a história em Gaspar Frutuoso. *Revista Portuguesa de Filosofia. Homenagem ao professor doutor Lúcio Craveiro da Silva*, nr. 52, pp. 475-486.

Brugmans, H. (1901-1904) *Handel en nijverheid van Amsterdam in de zeventiende eeuw*. 'S Gravenhage: Martinus Nijhoff.

Busche, E.V. (1874) *Flandre et Portugal. Mémoires sur les relations qui existèrent autrefois entre les Flamands de Flandre - particulièrement ceux de Bruges - et les Portugais*. Bruges: De Moor.

Catena, Adrianna (2015) *Enter Xiuhtliltl: indigo in the Spanish Empire, c. 1550-1700*, vol. 1. A dissertation submitted in fulfilment of the requirements for the Degree of Doctor of Philosophy at the University of Oxford.

Christman, Victoria. *Trade in Tolerance: the Portuguese New Chrstians of Antwerp, 1530-50*, 2014. In: Timothy G. Fehler (e.o.), editors. *Religious diaspora in Early Modern Europe*. London: Routledge, pp. 9-17.

Cid, Manuel (1991) *Moinhos flamengos nos Açores*. Ponta Delgada: Marinho Matos Eurosigno Publicações Ltda.

Claeys, André L.F. (2011) *Vlamingen op de Azoren sinds de 15<sup>de</sup> eeuw*.

Costa, Francisco Carreiro da (1957). "A Tinturaria Vegetal em Alguma Ilhas dos Açores". *Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores. Ponta Delgada*, vol. 25, pp. 133-137.

Costa, Francisco Carreiro da (1946). A Cultura do Pastel nos Açores. Subsídios para a sua História, *Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais dos Arquipélagos dos Açores*, vol. 4, pp. 1-37.

Degryse, Karel (1995) The hey-day of Portuguese trade and finance in the Southern Netherlands (16th-17th century). *Handelingen van het Genootschap voor Geschiedenis*, vol. 132(3), pp. 337-342.

Demko, G.J., H.M. Ross e G.A. Schnell (1970) *Population geography: a reader*. New York: McGraw-Hill.

Denucé, Jean (1937) *Afrika in de XVI eeuw en de handel met Antwerpen*. Antwerpen: Sikkell.

Van Dillen, J.G. (1929) *Bronnen tot de geschiedenis van het bedrijfsleven en het gildewezen van Amsterdam. Volume I*, Den Haag: Instituut voor Nederlandse Geschiedenis.

Disney, Anthony (2009) *A history of Portugal and the Portuguese Empire, vol. 1*. Cambridge: Cambridge University Press.

Ebert, Christopher (2008) European competition and cooperation in pre-modern globalization: "Portuguese" West and Central Africa 1500-1600. *African Economic History*, pp. 53-78.

Enes, Maria F. D. T. (1984). A Provedoria das Armadas no Século XVII (algumas notas). *Os Açores e o Atlântico (Séculos XIV-XVII)*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, pp. 147-205.

Fernández Chaves, Manuel (2015) El pastel de las ilhas Atlânticas Portuguesas y la producción textil em la Andalucía del siglo XVI. In: Juan José Iglesias Rodríguez, Rafael Pérez García e Manuel Fernández Chavez (eds.) *Comércio y cultura em la Edad Moderna*. EUS: Sevilha.

Freitas Menezes, Avelino de (2001) As Ilhas, os arquivos e a história. O caso dos Açores. *Arquipélago. História*, vol. 5, pp. 723-732.

Gelderblom, Oscar (2000) *Zuid-Nederlandse kooplieden en de opkomst van de Amsterdamse stapelmarkt (1578-1630)*. Hilversum: Verloren.

Gelderblom, Oscar (2003) From Antwerp to Amsterdam. The contribution of Merchants from the Southern Netherlands to the commercial expansion of Amsterdam (c. 1540-1609). *Review (Fernand Braudel Center)*, vol. 26, nr. 3, pp. 247-282.

Gelfand, Noah L. (2008) A people within and without: International Jewish commerce and community in the seventeenth and eighteenth centuries Dutch Atlantic world. New York: New York University.

Génicot, L. (1962) La guède namuroise. *Belgisch tijdschrift voor filologie en geschiedenis*, vol. 40, pp. 685- 687.

Gil, Maria Olímpia da Rocha (1970) O porto de Ponta Delgada e o comércio Açoriano no século XVII. Elementos para o estudo do seu movimento. *Do Tempo e da História*, vol. 3, pp. 51-146.

Gil, Maria Olímpia da Rocha (1981) Os Açores e a nova economia de mercado (séculos XVI-XVII). *Arquipélago, Revista da Universidade dos Açores*, pp. 371-425.

Hart, Anna, e.o. (2015) Searching for blue: experiments with woad fermentation vats and an explanation of the colours through dye analysis. *Journal of Archaeological Science: Reports*, vol. 2, pp. 9-39.

Heijer, Henk den (2003) *The Dutch West India Company*. In: Johannes Postma (eds.) *Riches from the Atlantic Commerce*. Leiden: Brill, pp. 77-112.

Hendrix, Harald e Marijke Meijer Drees (2000) (eds.) *Beschaafde burger: burgerlijkheid in de vroegmoderne tijd*. Amsterdam: Amsterdam University Press.

Herbillon, J. e A. Joris (1964) Les moulins à guède en Hesbaye au moyen âge, *Belgisch tijdschrift voor filologie en geschiedenis*, vol. 42, pp. 495-515.

Hoffenk de Graaf, Judith (2004) Dyeing black in seventeenth century Holland. Em: Ístvan, Éri (ed.), *Conserving textiles. Studies in honour of Ágnes Timár-Balázszy*. Roma: ICCROM.

Hurry, Jamieson B. (1930) *The woad plant and its dye*. London: Oxford University Press.

Iqbal, Noor F.K. (2012) Ambivalent blues: woad and indigo in tension in Early Modern Europe. *Constellations*, vol. 4 (1), pp. 277-292.

Huussen, Arend (2002) The legal position of the Jews in the Dutch Republic 1590-1796, In: Jonathan Israel e Reinier Salverda (eds.) *Dutch Jewry: Its History and Secular Culture (1500-2000)*. Amsterdam: Brill, pp. 26-41

Iqbal, Noor F. (2013). Ambivalent blues: woad and indigo in tension in Early Modern Europe. *Constellations*, 4(1), pp. 277-292.

Israel, Jonathan (1980) Some further data on the Amsterdam Sephardim and their trade with Spain during the 1650s. *Studia Rosenthaliana*, vol. 14(1), pp. 7-19.

Israel, Jonathan (1984) An Amsterdam Jewish merchant of the golden age: Jeronimo Nunes da Costa (1620-1697), agent of Portugal in the Dutch Republic. *Studia Rosenthaliana*, vol. 18, pp. 21-40.

Israel, Jonathan (1987) Duarte Nunes da Costa (Jacob Curiel), of Hamburg, Sephardi nobleman and comunal leader (1585-1664). *Studia Rosenthaliana*, vol 21, nr. 1, pp. 14-34.

Israel, Jonathan (1989) Sephardic Immigration into the Dutch Republic, 1595-1672. *Studia Rosenthaliana*, vol. 23(1), pp. 45-53.

Israel, Jonathan (1989) *Dutch primacy in world trade 1585-1740*. New York: Oxford University Press

João, Maria Isabel (1994) *O Infante D. Henrique na historiografia*. Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Joris, A. (1963) La guède en Hesbaye au moyen âge (XIIIe-XVe siècle). *Le Moyen Age*, vol. 69, pp. 773-789.

Joris, A. (1959) Les moulins à guède dans le comté de Namur pendant la seconde moitié du XIIIe siècle. *Le Moyen Age*, vol. 65, pp. 253-278.

Kaplan, Yosef (2008) Amsterdam, the Forbidden Lands and the Dynamics of the Sephardi Diaspora. Em: Yosef Kaplan, (ed.), *The Dutch intersection: the Jews and the Netherlands in Modern History*. Leiden: Brill, pp. 33-62.

Kaplan, Yosef (1989) Political Concepts in the World of the Portuguese Jews of Amsterdam during the Seventeenth Century: the problem of exclusion and the boundaries of self-identity. Em: Yosef Kaplan e.o. (eds.), *Menasseh ben Israel and His World*. Leiden: Brill, pp. 45-62.

Kaptein, Herman (1998) *De Hollandse textielnijverheid 1350-1600: conjunctuur en continuïteit*. Hilversum: Verloren.

Klooster, Wim (2006) Communities of port Jews and their contacts in the Dutch Atlantic World. *Jew History* vol. 20, pp. 129–145.

Koen, E.M. (1970) The earliest sources relating to the Portuguese Jews in the municipal archives of Amsterdam up to 1620. *Studia Rosenthaliana*, vol. 4 (1), pp. 25-42.

Konvitz, Josef W. (2020) *Cities & the sea: port city planning in Early Modern Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Labrador Arroyo, Felix (2013) A jornada real de 1602-1603. Um projecto político frustrado. Em: Pedro Cardim, Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha (org.) *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas dez integração e de conflito*. Lisboa: Centro de Histórias do Além-Mar.

Leite, José G. R (2001). A estrutura da provedoria das Armadas de Angra no séc. XVIII. Uma visão burocrática. *Portos Escalas e Ilhéus no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente*. Em: Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal, Ilhas Terceira e S. Miguel, Lisboa, Universidade dos Açores-Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, vol. 1, pp. 295-308.

Lesger, Clé (2001) *Handel in Amsterdam ten tijde van de Opstand*. Hilversum: Verloren.

Lesger, Clé (2006). *The rise of the Amsterdam market and information Exchange. Merchants, comercial expansion and change in the spatial economy of the Low Countries, c. 1550-1630*. London: Routledge.

Lopez Martin, I. (1998) Embargo and protectionist policies. Early Modern Hispano-Dutch relations in the Western Mediterranean. *Mediterranean Studies*, vol. 7, pp. 191-219.

Maczak, Antoni (1995) *Travel in Early Modern Europe*. Cambridge: Polity Press.

Madruga, Catarina R.M. (2023) O território da paisagem da cultura da vinha da Ilha do Pico em finais do século XVI: o livro sexto das *Saudades da Terra*. Em: Gaspar Martins Pereira, Maria Otília Pereira Lage e Carla Sequeira (coord.), *Paisagens culturais da vinha. Identidades, desafios e oportunidades*. Porto: CITCEM, pp.95-114.

Manerf, Guido (2003) Protestant conversions in an age of Catholic Reformation: the case of sixteenth-century Antwerp. Em: Arie-Jan Gelderblom, e.o. (eds), *The Low Countries as a crossroads of religious beliefs. Intersections. Yearbook for Early Modern Studies*, deel 3, pp. 33-48.

Marques, Alfredo Pinheiro (1994). Pastel. Em: *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II. Lisboa: Caminho, pp. 862-863.

Marshall, Peter (2017) *Reforma Protestante: uma breve introdução*. São Paulo: L&PM.

Martyn, George (2024) How the nation of Portuguese merchants in Antwerp “made” its privileged customary law (XVI-XVIII). Em: Luisa Brunori (coord.) *La dynamique juridique des réseaux marchands: Hanses, nations, agences, filiales et comptoirs*. Toulouse: Presses de l’Université Toulouse Capitole.

Meneses, Avelino de Freitas (2022) *Gaspar Frutuoso – o homem e a obra*. Ponta Delgada: ed. Letras Lavadas.

Meneses, Avelino de Freitas (2005) O Arquipélago dos Açores. A Economia e as Finanças. Em: *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. III. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 331-445.

Mesquita Mendes, Rui Manuel (2015) Comunidade flamenga e holandesa em Lisboa (séculos XV a XVIII): algumas notas históricas e patrimoniais. *Amentu*, nr. 7, pp. 57-90.

Moch, Leslie Page (1992) *Moving Europeans, Migration in Western Europe since 1650*. Bloomington: Indiana University Press.

Morgan, Thiago (2019) As instituições comerciais da Idade Média: estudo histórico comparado - o caso de Gênova e Países Baixos. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). São Paulo: Unicamp.

Mota, Valdemar (1983) Algumas notícias de uma erva tintureira – o pastel no povoamento dos Açores. Boletim *Instituto História da Ilha Terceira*, vol. XLI, pp. 333-349.

Muhana, Adma (2021) António Vieira: A Jesuit missionary to the Portuguese Jews of Amsterdam. *Journal of Jesuit Studies*, vol. 8(2), pp. 233-249.

Munro, John (1998) Textiles as articles of consumption in Flemish towns, 1330-1575. Working Paper. Toronto: University of Toronto.

Mus, O. (1964) *De Brugse compagnie Despars op het einde van de 15<sup>e</sup> eeuw*. Brugge: Handelingen van het Genootschap voor Geschiedenis.

Nef, John U. (1941) Industrial Europe at the time of the reformation (ca. 1515 – ca. 1540), *Journal of Political Economy*, vol. 49 (2), pp. 183-224.

Novinsky, Anita (1972) *Cristãos Novos na Bahia*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Odergaard, Erik (2022) *Graaf en gouverneur: Nederlands-Brazilië onder het bewind van Johan Maurits de Nassau-Siegen*. Zutphen: Walburg Press.

O’Flanagan, Patrick (2008) *Port cities of Atlantic Iberia c. 1500-1900*. Aldershot: Ashgate.

Ogilvie, Sheilagh (2014) *The economics of guilds*. *Journal of economic perspectives*, vol. 28 (4), pp. 169-192.

Oliveira, Humberto (sem data) A evolução da imagem cartográfica dos Açores (séculos XV-XVIII). Borba.

Oliveira e Costa, João Paulo, José Damião Rodrigues e Pedro Aires Oliveira (2014) *História da Expansão e do Império Português*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Pastoureau, Michel (2001). *Blue. The history of a color*. Princeton: Princeton University Press.

Peeters Publishers (1979) Notarial records relation to the Portuguese Jews in Amsterdam up to 1639. In: *Studia Rosenthaliana*, vol. 13(2), pp. 220-240.

Pereira, Gabriel (1899) *Diogo Gomes. As relações do descobrimento da Guiné e das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde*. S.l.: s.n..

Ploss, E. E. (1962) *Ein Buch von alten Farben. Technologie der Textilfarben im Mittelalter, mit einem Ausblick auf die festen Farben*. Heidelberg Berlin.

Poelmans, Eline e Johan F.M. Swinnen (2011) A brief history of beer. Em: Johan F.M. Swinnen (ed). *The economics of beer*. Oxford: Oxford University Press, pp. 3-38.

Poelwijk, A.H. (2003) *“In dienste vant suyckerenbacken.” De Amsterdamse suikernijverheid en haar ondernemers, 1580-1630*. Verloren: Amsterdam.

Polonia, Amélia e Ana Maria Rivera Medina, eds. (2016) *La gobernanza de los puertos Atlánticos, siglos XIV-XX, políticas y estructuras portuárias*. Madrid: Casa de Velázquez.

Popkin, R.H. (2005) The Jewish community of Amsterdam. In: Daniel H. Frank e Oliver Leaman, eds. *History of Jewish Philosophy. Routledge History of World Philosophies*, vol. 2, London e New York: Routledge, pp. 536-545.

Posthumus, N.W. (1910-1922) Bronnen tot de geschiedenis van de Leidsche textielnijverheid 1333-1795, volume 1. 's Gravenhage: Rijks Geschiedkundige Publicatiën.

Prestage, Edgar e Pedro de Azevedo (1920) *Correspondência diplomática de Francisco de Souza Coutinho durante a sua embaixada em Holanda*, vol. 1-3, Coimbra: Imprensa da Universidade.

Prims, Floris (1939) De statuten van de Antwerpsche lakengilden in het begin der zestiende eeuw. *Verslagen en mededelingen van de Koninklijke Vlaamse Academie voor Taal- en Letterkunde*, pp. 19-46.

Prims, Floris (1949) Het lakenverwersambacht. *Antwerpiensia*, vol. 20, pp. 67-73.

Rau, V. (1964). Um grande mercador banqueiro italiano em Portugal: Lucas Giraldi. *Estudos italianos em Portugal*, vol. 24, pp. 3-35.

Rocha Gil, Maria Olímpia da (1970) O porto de Ponta Delgada e o comércio Açoriano no século XVII (elementos para um estudo em movimento). *Do tempo e da História*, vol. 3, pp. 55-129.

Rocha Gil, Maria Olímpia da (1981) Os Açores e a nova economia de mercado. *Arquipélago. Série Ciências Humanas*, nr. 3, pp. 371-425.

Rocha Gil, Maria Olímpia da (1982) Açores: comércio e comunicações nos séculos XVI e XVII. *Arquipélago, Série Ciências Humanas*. vol. 4, pp. 349-415.

Rocha Carneiro, Filippe (2024) *A reforma protestante: o pensamento político dos reformadores*. *Contemporary Journal*, vol 4 (5), pp. 1-30.

Rodrigues, José Damião (2007) Elites locais e redes de poder em São Miguel no século XVI: o testemunho de Gaspar Frutuoso. Trabalho apresentado em *Ribeira Grande 1507-2007. Congresso Poder Local, Cidadania e Globalização*. Ribeira Grande.

Rodrigues, José Damião (2008) Gaspar Frutuoso e as dinâmicas sociais e políticas no século XVI. In: *História da ilha do Faial (das origens à época de elevação da Horta e a cidade)*. Horta: Camara Municipal da Horta, pp. 296-303.

Roitman, Jessica (2011) *The same but different? Inter-cultural trade and the Sephardim, 1595-1640*. Amsterdam: Brill.

Ronaldo Salvador Vasques, Fabrício de Souza Fortunato e Marcia Regina Paiva (2024) Indumentária, moda e têxteis na Idade Média. *Revista Foco (Interdisciplinary Studies Journal)*, vol. 17 (2), pp. 1-20.

Ruiz Ibañez, José Javier e Vicente Montojo (2013) Los portugueses y la política imperial: de Flandes, Londres y Francia al sureste peninsular, entre oportunidades y frustraciones. Em: Pedro Cardim, Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha (org.) *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas dez integração e de conflito*. Lisboa: Centro de Histórias do Além-Mar.

Ruspio, Federica (2013) La nazione portoghese a Venezia e i suoi rapporti coi domini spagnoli. Em: Pedro Cardim, Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha (org.) *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas dez integração e de conflito*. Lisboa: Centro de Histórias do Além-Mar.

Russell-Wood, A.J.R. (2007) Settlement, colonization and integration in the Portuguese-influenced world, 1415-1570, *Portuguese Studies Review*, vol. 15 (1-2), pp. 1-35.

Sabatini, Gaetano (2013) Entre o Papa e o rei da Espanha: a comunidade lusitana em Roma nos séculos XVI e XVII. Em: Pedro Cardim, Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha (org.) *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas dez integração e de conflito*. Lisboa: Centro de Histórias do Além-Mar.

Schaub, Jean-Frédéric (2013) Arquipélago marítimo y arquipélago político: las Azores bajo los Austrias (1581-1640). Em: Pedro Cardim, Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha (org.) *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas dez integração e de conflito*. Lisboa: Centro de Histórias do Além-Mar.

Schreuder, Yda (2019) The Atlantic sugar trade at the end of the seventeenth century. Em: Yda Schreuder (eds.) *Amsterdam's Sephardic Merchants and the Atlantic Sugar Trade in the Seventeenth Century*. Palgrave Macmillan. pp. 1-30.

Scholz, Rudolf (1929) *Aus der Geschichte des Farbstoffhandels im Mittelalter*. München: Fürst.

Schwartz, Stuart (2013) As classes populares portuguesas durante a União Ibérica e a restauração. Em: Pedro Cardim, Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha (org.) *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas de integração e de conflito*. Lisboa: Centro de Histórias do Além-Mar.

Serrentino, Angelo (2018) The reformation in Antwerp: its rise and impact. *Christian visions of social unrest, vol. 13 (1)*, pp. 8-16.

Smedt, Oskar de (1954) *De Engelse natie te Antwerpen in de 16<sup>e</sup> eeuw (1496-1582)*. Antwerp: De Sikkel.

Stols, Eddy (2000) Los imperios ultramarinos de Carlos V y Felipe II en la historiografía e imaginativa expansionistas belgas (1830 -1914), José Martínez Millán e Carlos Reyero, eds. *El siglo de Carlos V y Felipe II, La construcción de los mitos en el siglo XIX*, vol. 2, pp. 383-405. Madrid: Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V.

Stols, Eddy (2014) Lisboa um portal do mundo para a nação flamenga. Em: E.Stols, J.Fonseca e S. Manhaeghe (eds.) *Lisboa em 1514. O relato de Jan Tascoen Van Zillebeke*. Cadernos de Cultura, vol. 8. Lisboa: Edições Húmus.

Swetschinski, Daniel (1980) *The Portuguese Jewish merchants of seventeenth-century Amsterdam: a social profile*. Brandeis University, UMI: Ann Harbor.

Swetschinski, Daniel (2004) *Reluctant cosmopolitans: the Portuguese Jews of seventeenth-century Amsterdam*. Littman Library of Jewish Civilisation: Oxford.

Tadeu Salles, Bruno (2007) A monarquia portuguesa nas discussões sobre o fim dos Templários e a fundação da Ordem de Cristo: aspectos das relações de poder entre D. Dinis, as Ordens Militares e o Papado. *Revista Tempo de Conquista, RTC1*, pp. 1-15.

Tadeu Salles, Bruno (2008) A administração do Infante D. Henrique na Ordem de Cristo e os inícios da expansão marítima portuguesa no século XV (1420-1460). *Revista Tempo de Conquista, RTC4*, pp. 1-25.

Thijs, Alfons (1987) *Van werkwinkel tot fabriek. De textielnijverheid te Antwerpen (einde 15<sup>e</sup> eeuw – begin 19<sup>e</sup> eeuw)*. Brussel: Gemeentekrediet Historische Uitgaven.

Tilmans, Karin (2004) The Dutch concept of the Citizen: from the Early Middle Ages till the 21st century. *Redescriptions. Political thought, conceptual history and feminist theory*, vol. 8 (1), pp. 146-171.

Vermeleyen, Filip (2010) The colour of money: dealing in pigments in sixteenth-century Antwerp. Em: J. Kirby, ed. *European trade in painters' materials to 1700*, pp. 356-365. London: Elsevier BV.

Vieira, Alberto (2015) As ilhas Atlânticas (Canárias, Madeira, Açores) como espaços de fronteira. *Cadernos de divulgação do CEHA. N.º 7*.

Vieira, Alberto (2004) As ilhas Atlânticas para uma visão dinâmica da história. *Anuário de Estudos Atlânticos* (50), pp. 220-264.

Vieira, Alberto (1995) *Guia para a história e investigação das ilhas atlânticas*.

Vieira, Alberto (1992) *Portugal y las Islas del Atlántico*. Madrid: Editorial MAPFRE.

Vigil Montes, Néstor (2019) El fenómeno escriturario en una colonia de mercaderes establecida en una urbe extranjera: A casa da Feitoria Portuguesa em Bruges e Antuérpia. Em: Javier de Santiago Fernández e Jose María de Francisco Olmos (eds.), *Escritura y sociedad: burgueses, artesanos y campesinos*. Madrid: Dykinson, pp. 349-359.

Vogt, John (1975) Notes on the Portuguese cloth trade in West Africa, 1480-1540. *The International Journal of African Historical Studies*, vol 8 (4), pp. 623-651.

Vries, J. de e A. Van de Woude (1995), *Nederland 1500-1815. De eerste ronde van moderne economische groei*. Amesterdão: Uitgeverij Balans.

Ward, M. (2020) True blue: the connection between colour and loyalty in the later Middle Ages. In: *Journal of Medieval History*, pp. 133-155.

Zandvliet, Kees (2020) *De rijksten 500 van de republiek. Rijkdom, geloof, macht en cultuur*. Zutphen: Walburg Pres.

Zelinski, W. (1971) The hypotheses of the mobility transition. *Geographical Review* (6), pp. 219-225.

Yun-Casalilla, Bartolomé (2019) *Iberian world empires and the globalization of Europe, 1415-1668*. Singapore: Springer.

## **ANEXOS**

## FIGURAS E ILUSTRAÇÕES



*Figura 1: O simbolismo das cores na vestimenta no século XII. O preto era a cor mais cara e luxuosa, símbolo da nobreza protestante. O azul simbolizava a pureza, simplicidade e virtude e era frequentemente usado por mulheres. Nota-se aqui o contraste com a vestimenta dos mendicantes, ela usando o vermelho, símbolo do profano. Quadro “o prefeito de Delft e sua filha” por Jan Havicksz. Steen, 1655. Fonte: Rijkstudio – banco de imagens do Rijksmuseum.*



*Figura 2: O uso do azul na vestimenta de trabalhadores no século XVII. Aqui o azul simboliza a servidão. Quadro "A descascadora de maçãs", Cornelis Bisschop, 1667. Fonte: Wikimedia Commons.*



Figura 3: Amesterdão em 1550. Fonte: coleção de mapas do Arquivo Municipal de Amesterdão.

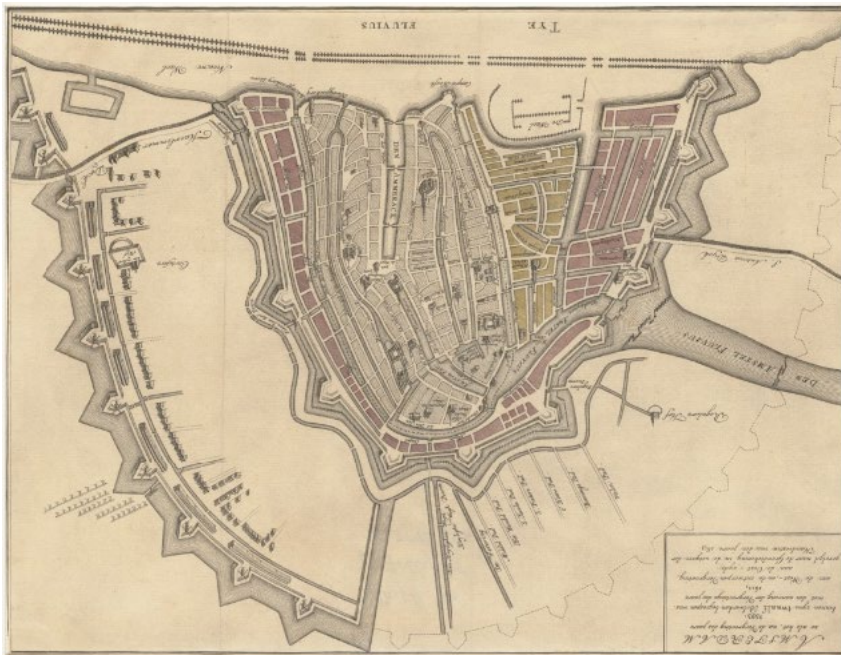
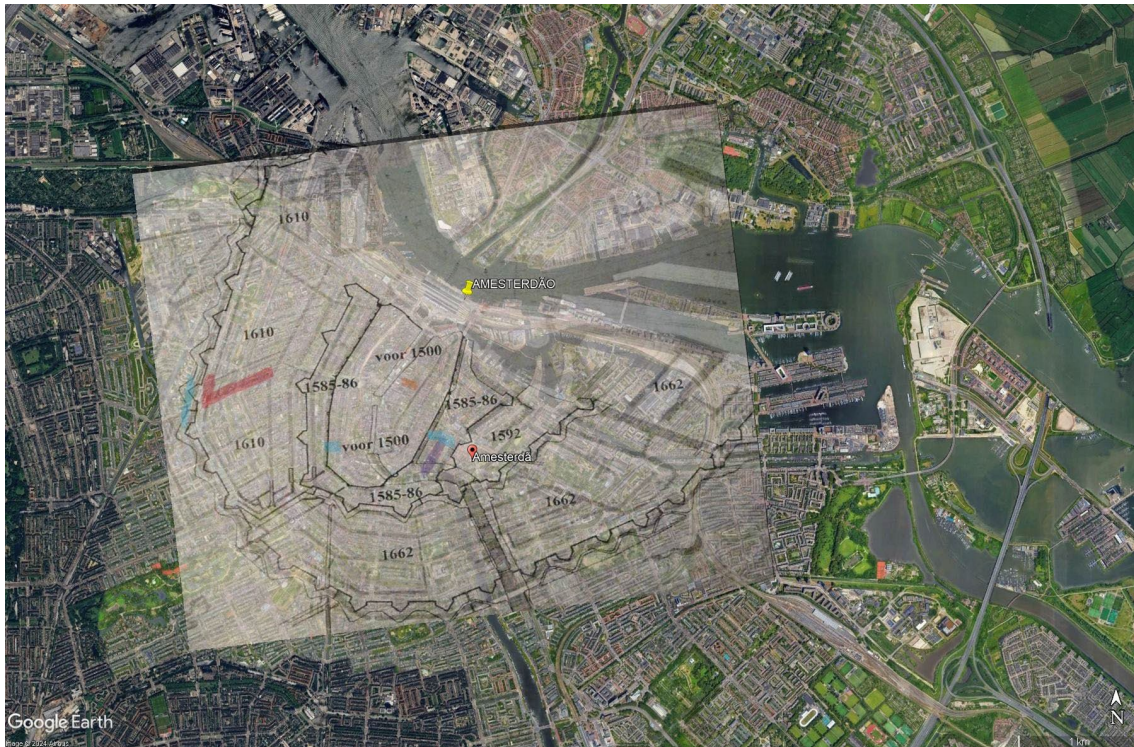


Figura 4: Amsterdão em 1613. Autor: Isaac Tirion. Fonte: coleção de mapas do Arquivo Municipal de Amesterdão.

Figuras 3 e 4 ilustram o crescimento de Amesterdão antes e depois da chegada de imigrantes flamengos.



Figura 5: Mapa de Amsterdão demarcando a localização das oficinas de tingimento e a secagem de tecidos. Azul claro: locais para a secagem de tecidos após seu tingimento. Laranja: beco para onde os tecidos eram levados para inspeção de controle de qualidade. Roxo: local para as oficinas de tingimento, designado em 1591. Vermelho: local para as oficinas de tingimento, designado em 1622. Ilustração: *Ontwikkeling van Amsterdam in de Gouden Eeuw*, Pinterest.



*Figura 6: Fotografia aérea com sobreposição do mapa de Amesterdão demarcando a localização das oficinas de tingimento e a secagem de tecidos. Esta sobreposição, produzida no âmbito da dissertação permite ver a possível localização atual dos bairros e zonas de produção têxtil de Amesterdão (Google Maps, 2024; Ontwikkeling van Amsterdam in de Gouden Eeuw, Pinterest).*



Figura 7: Mapa das rotas do pastel açoriano até o porto de Amesterdão entre 1605 e 1640. Mapa construído com base nas fontes documentais: atos notariais de Amesterdão de 01-10-1604, 06-04-1609, 06-06-1628 e 16-03-1633 e Extract uyt het register vande willekeuren der stadt Amsterdamme, geteeckent mette Letter L, 1638.